



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

KÁTIA CELENE DE PAULA

**O MACHISMO NO ESPAÇO ESCOLAR: um estudo sobre representações docentes em
uma escola da rede municipal de ensino de Paranaíba – MS**

**Paranaíba/MS
2024**

KÁTIA CELENE DE PAULA

**O MACHISMO NO ESPAÇO ESCOLAR: um estudo sobre representações docentes em
uma escola da rede municipal de ensino de Paranaíba – MS.**

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Educação
Docente: Dra. Tânia Regina Zimmermann

Paranaíba/MS

2024

P347m Paula, Kátia Celene de

O machismo no espaço escolar: um estudo sobre representações docentes em uma escola da rede municipal de ensino de Paranaíba – MS/ Kátia Celene de Paula. - Paranaíba, MS: UEMS, 2024. 111 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba/MS, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Regina Zimmermann

1. Gênero. 2. Masculino. 3. Educação. 4. Professores. I. Zimmermann, Tânia Regina.
II. Título.

CDD 23. ed. - 305.3

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

(UEMS) - Susy dos Santos Pereira CRB1º1783

KÁTIA CELENE DE PAULA

**O MACHISMO NO ESPAÇO ESCOLAR: um estudo sobre representações docentes em
uma escola da rede municipal de ensino de Paranaíba – MS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 01/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Participação por videoconferência

Prof. Dra. Tânia Regina Zimmermann
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Orientadora

Participação por videoconferência

Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Participação por videoconferência

Prof. Dra. Aparecida Favoreto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

*A todas as mulheres que sofreram e ainda sofrem de certo modo
um ato opressor e buscaram voz e não foram ouvidas,
aquelas que não se curvaram diante do machismo, as
feministas, aos profissionais da Educação, e aos
homens que respeitam e repudiam veementemente
qualquer situação que diminuam as mulheres,
bem como a minha neta Maria Julia, que
necessita assim como todas e todos
de uma sociedade melhor,*

Dedico!

AGRADECIMENTOS

A todos/as profissionais da educação que ao longo da minha vida contribuíram para que esse momento fosse possível, os/as quais fizeram o processo do mover educacional florir em mim, pois tenho a consciência do quão é difícil ser professor/a em solo brasileiro, mas trago também a certeza que é pela força destes profissionais que ainda conseguimos olhar para o amanhã.

Agradeço imensamente à Prof^a. Dra. Tânia Regina Zimmermann, por incentivar e orientar neste processo, o qual é fundamental em minha vida enquanto mulher, abordar uma pesquisa que é latente a realidade feminina, a qual impacta a vida de milhares de mulheres e meninas, pois Tânia sempre foi compreensiva, serena, educada... um exemplo de formadora, assim faço questão de salientar que ela é um ser humano que deveria ser replicado para o bem social, pois acredita no outro, mesmo diante das dificuldades apresentadas! Carregarei por toda a vida, as valiosas contribuições e saberes obtidos ao longo do mestrado: “minha eterna gratidão”!

Não poderia deixar de agradecer ao Prof^o. Dr. Diogo da Silva Roiz da Universidade Estadual (UEMS), a Profa. Dra. Aparecida Favoreto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), por terem aceitado de bom grado compor a banca de qualificação e a final, que é um ponto fundamental para o processo da minha pesquisa.

À minha mãe, ao meu pai, pois sempre incentivaram-me aos estudos, vibraram com cada conquista das quais obtive, bem como aos meus filhos, os quais foram em determinados momentos de suas vidas, de algum modo, afetados por ausências, ainda que pequenas, para que eu pudesse estar exatamente aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDU), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), assim como os camaradas da turma ingressante de 2022, aos professores/as com os quais obtive interação, momentos de aprendizagem, reflexão e crescimento. Bem como o Doutor em Educação Ailton e a Doutora Lidiane Malheiros, ambos meus amigos, contribuíram significativamente para o meu progresso acadêmico. Eles foram parceiros, incentivadores e amigos que impulsionaram o meu desenvolvimento.

Enfim, sou grata ao criador, à natureza e a mim mesma, por superar cada obstáculo ao longo desse processo.

RESUMO

Esta dissertação está vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisas em História e Historiografia do Brasil (GEPHEB) e à linha de pesquisa “História, Sociedade e Educação” do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Esta pesquisa tem como objetivo um estudo de representações docentes sobre o machismo numa ambiência escolar, no tempo presente na educação básica de Paranaíba MS sob a perspectiva de gênero. Entende-se a urgência desse tema dadas as inúmeras ocorrências dos mais diversos tipos de violências contra as mulheres e dissidentes que são registradas no país, pois o machismo é preponderante nesses casos. Nesse sentido, parte-se da hipótese que o machismo é produzido de forma consciente ou inconsciente na sociedade e que a escola pode estar contribuindo com esse processo. Neste campo de estudo, a questão norteadora para investigação serão representações de docentes sobre o machismo em uma ambiência escolar, pois é importante atentar-se para os olhares de professores/as e investigar a especificidade local manifestada em suas representações sobre o machismo na escola e, se há ações formativas para diminuir essas relações de poder assimétricas. Assim, se faz necessário abrir discussão sobre essa temática, tendo como sujeitos da pesquisa dez professores/as regentes no ensino fundamental I, de uma escola pública da rede municipal de ensino de Paranaíba. Para tal, recorre-se à pesquisa de ordem qualitativa, valendo-se de levantamento bibliográfico a fim de buscar amparo na formulação de questões e na construção das interpretações, bem como de um questionário estruturado como instrumento para a coleta de dados e o uso do diário de campo conforme proposto por Kroef; Gavillon e Ramm (2020). Além da perspectiva de gênero em Scott (1989), Butler (2003) e da dominação masculina em Bourdieu (2012) far-se-á inferências à metodologia da interseccionalidade proposta por Collins e Bilge (2021), bem como da análise de conteúdo de Bardin (2011), pois tais metodologias contribuirão para compreender como o machismo está imbricado nas relações de poder perpassadas por gênero, religião, sexualidade nos sujeitos da pesquisa. Lerner (2019), Segato (2022) e Hintze (2020) fundamentarão a compreensão para adotarmos estudos centrais sobre patriarcado e machismo. A partir desse movimento empírico-científico entende-se ser possível compreender alguns aspectos que contribuem para legitimação e perpetuação do machismo em sua ordem política patriarcal na sociedade. Portanto, conclui-se que o machismo se faz presente na ambiência escolar e dada suas práticas discursivas diversas e espalhadas, nem todos/as professores/as foram capacitados para lidar com o machismo. Acredita-se que alguns eixos de opressões assim como a falta de formação continuada nesse tema preponderam para a manutenção do machismo.

Palavras-chave: Gênero; Masculino; Educação; Professores.

ABSTRACT

This dissertation is affiliated with the Study and Research Group on the History and Historiography of Brazil (GEPHEB) and the research line "History, Society, and Education" of the Graduate Program in Education at the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS). The objective of this research is to study teacher representations of machismo in a school environment, focusing on the present time in basic education in Paranaíba, MS, from a gender perspective. The urgency of this theme is underscored by the numerous occurrences of various types of violence against women and dissidents recorded in the country, where machismo is predominant in these cases. In this context, the hypothesis is that machismo is produced consciously or unconsciously in society and that the school may be contributing to this process. This field of study will investigate teachers' representations of machismo in a school environment, emphasizing the importance of considering teachers' perspectives and examining local specificities reflected in their representations of machismo in schools. Additionally, it will explore whether there are formative actions to reduce these asymmetrical power relations. Therefore, it is necessary to open discussions on this topic, involving ten primary school teachers from a public municipal school in Paranaíba. The research employs a qualitative approach, utilizing a bibliographic review to support the formulation of questions and the construction of interpretations. It also uses a structured questionnaire as a data collection instrument and a field diary as proposed by Kroef, Gavillon, and Ramm (2020). In addition to the gender perspective from Scott (1989) and Butler (2003), and the concept of male domination by Bourdieu (2012), the study will draw on the intersectionality methodology proposed by Collins and Bilge (2021) and Bardin's content analysis (2011). These methodologies will help understand how machismo is intertwined with power relations influenced by gender, religion, and sexuality among the subjects of the research. Lerner (2019), Segato (2022), and Hintze (2020) will provide the theoretical foundation for central studies on patriarchy and machismo. Through this empirical-scientific movement, it is expected to understand some aspects that contribute to the legitimization and perpetuation of machismo in its patriarchal political order in society. Therefore, the conclusion is that machismo is present in the school environment, and due to its diverse and widespread discursive practices, not all teachers are equipped to deal with machismo. It is believed that certain oppression axes, along with the lack of continuous training on this topic, contribute to the maintenance of machismo.

Keywords: Gender; Masculine; Education; Teachers.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Principais contribuições dos levantamentos de estudos.....	35
QUADRO 2 – Dados relevantes dos professores/as atuantes na escola Municipal Professora Maria Luiza.....	54
QUADRO 3 – Demonstração de termos frasais, para a representação do machismo..	56
QUADRO 4 – Representações do machismo no espaço escolar: registro por subcategorias.....	74
QUADRO 5 – Contribuições para diminuir o machismo através da educação.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Taxas de homicídios feminino e feminicídios UF's, Brasil, 2022.....	66
GRÁFICO 2 – Taxas de homicídios feminino e feminicídios, por região Brasil, 2022.....	66
GRÁFICO 3 – Percentual de idade das vítimas de feminicídios e demais mortes violentas Brasil 2022.....	67
GRÁFICO 4 – Percentual de raça/cor das vítimas de feminicídios e demais mortes violentas Brasil 2022.....	68
GRÁFICO 5 – Representações do machismo no espaço escolar.....	73
GRÁFICO 6 – Intervenção contra o machismo no espaço por parte de professores.....	75
GRÁFICO 7 – Como os/as professor/as se veem em relação a sua representação racial.....	85
GRÁFICO 8 – Como os/as professor/as se veem em relação ao gênero.....	87
GRÁFICO 9 – Como os/as professor/as se veem em relação à sexualidade.....	89
GRÁFICO 10 – Como os/as professor/as se autodeclaram em relação à religião.....	93
GRÁFICO 11 – Como os/as professores/as se autodeclaram em relação ao tempo de atuação.....	95
GRÁFICO 12 – Como os/as professor/as se veem em relação à formação.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. METODOLOGIAS NOS ESTUDOS EM INTERSECÇÕES.....	23
1.1 A entrada em campo: uma busca de tensionamento.....	32
1.2 Pesquisando na perspectiva de gênero e machismo em ambiências escolares.....	33
2. EM BUSCA DE UMA TEORIA SOBRE MANDATOS MASCULINOS, MACHISMO E PATRIARCADO.....	37
2.1 Alguns debates sobre o machismo junto ao patriarcado em consequência à pedagogia da crueldade.....	43
2.2 A pedagogia da crueldade, como pedagogia do machismo e seus efeitos.	49
3. DELINEANDO A COLETA E O QUE OS QUESTIONÁRIOS E DIÁRIO DE CAMPO APONTAM SOBRE O MACHISMO.	52
3.1 Categoria 1: Representações sobre o machismo em olhares docentes	55
3.2 Categoria 2: Detecção e representação na ambiência escolar	73
3.3 Categoria 3: Para professores/as, o que de fato poderia diminuir a ocorrência do machismo através da educação escolar?.....	79
3.4 Uma análise interseccional: análise de conteúdo X eixos de opressões	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE	110

INTRODUÇÃO

*“quem soube de mim em outros tempos
já não sabe de mim agora
pois quando me quebraram
meus pedaços foram arrumando novos lugares
mais lindos e mais fortes
pra se encaixar nessa mulher que hoje escreve
com punhos firmes e nenhuma culpa
de existir como bem quer”¹*
Ryane Leão

Considera-se que a melhor forma de abordagem e apresentação sobre essa pesquisa seria tocar na minha vivência enquanto mulher, mãe e professora, pois ser mulher é se reinventar e desafiar diariamente à sociedade, e com isso, é preciso ressignificar, se deseja ter um lugar ao sol, a fim de designar a existência nesse sistema regado de opressões.

Assim, é importante iniciar a partir do surgimento do gosto sobre a temática, pois em vinte e um anos de docência nunca recebi uma formação, uma palestra, uma roda de conversa sequer, que tocassem nas questões de gênero, machismo, sexismo, binarismo ou patriarcado. Inclusive, alguns destes termos, só obtive conhecimento de sua existência quando iniciei as leituras para a escrita do pré-projeto, ou seja, para o ingresso do mestrado. A fim de compreender um pouco sobre o machismo, busquei na universidade, mais precisamente em uma disciplina especial de mestrado. Alí comecei a me familiarizar com a temática, pois trago inquietações desde meu processo de formação enquanto criança, na adolescência e que perdura até o tempo presente, no entanto, em outros moldes e desdobramentos.

Dessa maneira, nota-se que com o avanço tecnológico é comum assistir, principalmente em noticiários brasileiros, diversos casos de violência e ataques contra as mulheres, nos quais o gênero² aparenta ser o fator preponderante na maioria destas agressões. Sabe-se que não é muito difícil acessar e participar de uma plataforma de interação digital sem se deparar com a presença maciça de publicações de caráter extremamente ofensivo e discriminatório, tendo como alvo o gênero feminino.

Nesse sentido, percebe-se de forma clara que os diversos tipos de violência contra as mulheres têm se tornado uma prática cada vez mais frequente. Em alguns

¹ LEÃO, Ryane. Tudo nela brilha e queima. Planeta Brasil, 2017.

² Faremos uso de gênero na perspectiva de Scott (1999) a qual o entende como desigualdades e diferenças construídas entre mulheres e homens e também de Butler (2003) que o performa nas constituições identitárias não mais fixas e cristalizadas na história.

casos, é possível perceber que nem mesmo a própria vítima consegue reconhecer a prática de violência contra si. Em outras palavras, quando a própria mulher não consegue identificar a violência, principalmente, quando essa violência não é física, justifica-se pelo fato de que essas agressões já se mostram intrínsecas nas relações sociais, na visão de Lerner, “o sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história [...]” (2019, p. 267). Logo, o machismo se constitui num dos aportes dessa ordem político-cultural. Como exemplifica Saffioti (2015):

Pode-se até dizer que quando a mãe dá palmadas em seus filhos está, rigorosamente, exercendo o poder patriarcal, que lhe foi delegado pelo pai das crianças. Isto se expressa, de maneira cristalina, na própria fala da mãe ao filho punido: “Isto é só o aperitivo. Você levará aquela surra quando seu pai chegar e eu lhe contar o que você fez”. A autoridade máxima é o pai, a quem a mãe evoca, no momento da impotência, exatamente com este papel. Assim, embora as mulheres não sejam cúmplices dos patriarcas, cooperam com eles, muitas vezes inconscientemente, para a perpetuação deste regime. (Saffioti, 2015 p. 68)

Nota-se como a mulher coopera com essa ordem, mesmo que inconsciente. Nesta contenda, torna-se imprescindível compreender os aspectos que historicamente têm sido fundamentais para sustentar essa ordem social machista. E isso, de certa forma, implica reconhecer se as instituições, em particular o espaço educacional, atuam no sentido de alimentar o sistema patriarcal. Como afirma Bourdieu (2012, p.138).

Realmente, creio que, se a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e não só através do recurso à violência física), o princípio de perpetuação das relações de forças materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instância como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas [...].

O próprio autor deixa expresso que a dominação masculina se reverbera também pela escola, logo, parte-se da premissa que o sujeito é um ser em constante construção e a escola participa ativamente nesse processo. É oportuno observar a instituição de ensino, tendo o/a docente como elemento principal e sua representação como foco na discussão de gênero. Atualmente o/a professor/a aparece como agente mediador/a entre o conhecimento reflexivo e o/a educando/a e que, para Freire (1996, p.112), “[...] se a

educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante”.

Neste campo de estudo, o que norteará a pesquisa para investigação serão representações de docentes sobre o machismo em uma ambiência escolar numa perspectiva de gênero. Pois, é importante atentar-se para os olhares de professores/as e investigar a especificidade local manifestada nas representações dos/das professores/as sobre o machismo na escola e, se há ações formativas para diminuir essas relações de poder assimétricas. Para tal é necessário averiguar a concepção que as/os professores/as têm sobre o machismo. Também verificar se estes/as professores/as identificam práticas machistas dentro do espaço escolar e, analisar como as/os professores/as tratam as questões que reproduzem o machismo na escola, caso eles/elas as identifiquem.

Sendo assim, esta pesquisa ocorreu com dez professores/as regentes, atuantes no ensino fundamental I, ou seja, profissionais atuantes nas séries/turmas do 1º ao 5º anos, os/as quais estão lotados/as no período matutino e vespertino; na instituição de ensino Professora Maria Luiza Corrêa Machado pertencente à rede municipal de ensino, na cidade de Paranaíba, MS. No Projeto Político Pedagógico (PPP) esta instituição escolar consta o corpo docente composto por 61 professores/as, do mesmo modo que, contempla estudantes da zona rural no período matutino, bem como estudantes da zona urbana no período vespertino. A rede municipal de Ensino de Paranaíba conta com o quantitativo de oito instituições escolares que contempla o Ensino fundamental, contudo as instituições que contempla o ensino fundamental I configuram-se com o quantitativo de sete unidades.³

³ Fonte: Informações contidas no site do QEdu: Censo Escolar 2023, INEP.

Imagem de nº 1:



4

Um fato importante é que a instituição de ensino Professora Maria Luiza Corrêa Machado teve momentos distintos ao longo do tempo. O que consta no registro de seu próprio Projeto Político Pedagógico (PPP) de acordo com (PARANAÍBA, 2023), fica evidente que essa instituição já foi palco de inúmeras outras instituições educativas, inclusive de ensino superior, assim a mesma engendrou um leque educacional.

Esta instituição de ensino foi criada na gestão do Prefeito Moacir da Silveira Queiroz, pela Lei n. 818, de 22 de Junho de 1993. Recebeu este nome em homenagem à professora Maria Luiza Corrêa Machado, que é natural de Paranaíba, a qual nasceu aos 26 dias do mês de Abril do ano de 1938, filha de Augusto Corrêa da Costa Júnior e Geralda Corrêa da Costa. Era conhecida por todos como “Baiza”. Ela atuou na educação da cidade de Paranaíba por 26 anos, se aposentando em 1982 no quadro permanente do estado de Mato Grosso do Sul com o quantitativo de vinte e duas horas aulas semanais. No ano de 1986 aposentou-se completamente, com mais 22 horas aulas semanais, também pelo estado de Mato Grosso do Sul e faleceu em 1987.

Machado ingressou em sua carreira de magistério em Fevereiro de 1956, no Grupo Escolar José Garcia Leal por ato governamental. Foi nomeada como educadora

⁴ Disponível em: <https://jornaltribunalivre.com/projeto-na-assembleia-passa-predio-da-escola-maria-luiza-para-municipio-de-paranaiba/> . Acesso em: 03 Fev. 2024.

de Língua Portuguesa no Ginásio Wladislau Garcia Gomes. Maria Luiza tinha uma extensa formação em especial para aquela época, possuía habilitação em Magistério, cursou Geografia e Pedagogia, atuou como professora de língua portuguesa, a partir de toda essa trajetória é que o Prefeito Moacir da Silveira Queiroz resolveu homenageá-la, pois tinha uma grande dedicação na formação de novos cidadãos Paranaibenses.

No ato de sua criação, esta instituição foi alocada em um prédio cedido pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul à Prefeitura Municipal de Paranaíba. Assim que esta unidade foi instalada contava com 170 estudantes, que estavam matriculados do pré à quarta série, haviam 6 salas de aula em funcionamento e uma cantina.

Já nos anos de 1995 a 1998 esta Unidade Escolar passou por uma situação de mudança, nesse período o Prefeito Municipal era o então Dr. Diogo Robalinho de Queiroz, o qual autorizou e emprestou as dependências desta instituição, para que fosse criada uma faculdade particular: Faculdades Integradas de Paranaíba – FIPAR. Faculdade essa que tinha como Diretora a Profa. Edna Mendes Medeiros, a qual foi responsável pela ampliação de 6 salas de aulas para atender os cursos de Ciências Contábeis em 1995 e, em 1996, o curso de Pedagogia. Tempos depois essa faculdade instalou-se em um prédio próprio, que permanece até o hodierno.

Em 2002, ocorreram outras ampliações, realizadas pela Prefeitura Municipal, gestão ainda do Dr. Diogo e, neste período, foram construídas salas para a instalação do laboratório de Informática, ampliação da cozinha, entre outros. Em 10 de dezembro de 2003, por meio da Deliberação do Conselho Estadual de Educação - MS n. 7296, foi implantado o “Projeto Porteira do Saber”, sob forma de Projeto Experimental com duração de 03 anos. Neste projeto foram matriculados 800 educandos oriundos do campo. Este projeto tinha o objetivo de oferecer o Ensino Fundamental aos educandos do meio rural, respeitando as especificidades curriculares que considerassem as características próprias desse público, que era oriunda do campo. Nessa época, os estudantes tinham aulas 3 vezes por semana com horários que correspondessem à carga horária exigida em lei.

Novamente por determinação deste ainda então prefeito, em 29 de Julho de 2003 esta Unidade Escolar foi emprestada para a criação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a qual tinha na direção a Profa Dra Marlene Durigan, com os cursos de Matemática, Administração e Psicologia, os quais tinham seu funcionamento no período noturno, sendo palco mais uma vez do ensino superior, agora público e federal. Com um aumento considerável de estudantes a Universidade foi transferida em

29 de junho de 2005 para as dependências da Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa.

Atualmente esta instituição contempla a Educação Infantil, Ensino fundamental I e II, sendo 90% dos estudantes oriundos do campo no período matutino e no período vespertino aqueles estudantes que moram na cidade, mais precisamente aqueles pertencem aos bairros vizinhos como Centro, Bairro São José, Jardim América e Jardim das Paineiras. Em 2023 havia o quantitativo de 1.011 alunos matriculados, destes 580 no período matutino e 431 no período vespertino.

Nesse espaço escolar atuam os professores pesquisados, os quais tecem suas representações sobre o machismo. É pertinente salientar que o termo “representação” que permeia a tessitura desta pesquisa, advém a partir das perspectivas de Silva (2000), Chartier (1990) e Moscovici (2003). O modo como os professores veem o machismo, parte da sua construção de identidade gendrada, o que para Silva (2000), se compõe pela diferença vivenciada ao longo do processo de formação social e, para isso, é preciso considerar que essa identidade só atribui sentido pela representação, a qual se liga ao sistema de poder, pois de acordo com o autor supracitado:

[...] a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. É aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquire sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: "essa é a identidade", "a identidade é isso". É também por meio da representação que a identidade e a diferença se liga a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. (Silva, 2000, p. 91).

Sendo assim, representação, identidade e a diferença, além de estarem interligadas, também se ligam subsequentes às relações de poder, corporificando sua existência. Logo, a forma que um indivíduo pensa e posiciona perante uma determinada realidade tem relação com a identidade e a forma de acesso simbólico que ela se constitui ao longo do tempo.

A leitura de um determinado assunto, de uma realidade tem segundo Chartier (1990) como base as representações sociais que esse indivíduo construiu de acordo com seu mundo, com sua bolha social, pois o modo de compreensão de um indivíduo está ligado a todos os elementos que fazem parte do contexto cultural, do qual ele se

apropriada, para tanto que ainda de acordo com o autor referenciado faz a seguinte afirmativa:

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos — ou, por outras palavras, das representações do mundo social — que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (Chartier, 1990, p. 19).

A partir dessa prerrogativa, nota-se que as pessoas são moldadas pelo mundo social em que estão inseridas, visto que se apropriam de representações oriundas desse contexto social, criando assim suas próprias significações simbólicas.

Nessa perspectiva representacional, observa-se aqui que o diferencial desta pesquisa não se dá necessariamente num foco unívoco sobre o machismo, mas pela visão interseccional, a qual objetiva compreender essas óticas docentes, por diferentes eixos de opressões, raça/etnia, gênero, sexualidade, entre outros eixos que podem estar imbricados agindo de modos escalonados, bifurcados e que desembocam sobre o fenômeno do machismo na ambiência escolar. Entretanto, questões que evidenciam o diferencial da proposta desta pesquisa, serão discutidas no tópico 1.2, momento oportuno para o levantamento do que foi produzido sobre a temática dessa proposta.

Com base nas inquietações que este estudo propõe-se investigar, considerando as contribuições da perspectiva de gênero em Scott (1989), Butler (2003) e Bourdieu (2012) far-se-á inferências à metodologia da interseccionalidade proposta por Collins e Bilge (2021). Além disso, realizar-se-á a análise de conteúdo de Bardin (2011), a qual possibilitará a compreensão dos dados coletados por meio de análise de conteúdo, permitindo assim observar os aspectos que compõem esse arcabouço, o qual sustenta a legitimação e perpetuação do machismo em sua ordem político-cultural na sociedade.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo representações docentes sobre o machismo numa ambiência escolar, no tempo presente na educação básica de Paranaíba, MS. Para tal, tem-se a intenção de fazer uso da abordagem exploratória, recorrendo-se à pesquisa qualitativa interpretativista. Com isso, entende-se que para melhor compreender a relação do sujeito docente e suas representações são necessários estudos pautados na perspectiva da interseccionalidade para a compreensão de dados coletados.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade,

bem como as experiências individuais na vida cotidiana. [...] A Interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (Collins; Bilge, 2021, p.15 e 16).

Conforme proposto, nesta pesquisa serão realizadas discussões sobre as intersecções, imbricando raça/etnia, gênero, sexualidade, religião, tempo de atuação docente, formação docente. Sabe-se, pois, que esses marcadores interagem nas relações de poder⁵ que se entrecruzam nas vias de opressão, bem como as contribuições analíticas causais defendidas pela teórica de Scott (1989, p. 06), a qual [...] “elabora teorias⁶ sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, assim buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm”. Pretende-se além da interseccionalidade, valer-se também da análise de conteúdo, para melhor compreender os dados coletados, pois de acordo com a autora, essa análise, seria:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2011, p. 48).

Vale salientar que a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2011), está estruturada em três fases sendo elas: 1) pré-análise, 2) exploração de material, categorização ou codificação e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Por meio da análise de conteúdo, juntamente com a interseccionalidade acredita-se ser possível, ter uma melhor dimensão sobre as representações dos/as professores/as mediante ao machismo. Ademais, serão utilizadas como embasamento para a pesquisa as contribuições de Foucault (1987), para compreender as docilidades que moldam os

⁵ O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (Foucault, 1998, p.183 e 184)

⁶ [...] podemos dizer que a teoria é necessária para mantermo-nos seguros dentro do campo da pesquisa, dando-nos as coordenadas sobre nossa posicionalidade. Dizendo de maneira mais geral e simplória, o mundo é complexo: nós não podemos enxergar nada sem as lentes que tornam possível focalizá-lo. (Burawoy, 2014, p.237)

corpos contribuindo para esse adestramento social.

Além disso, buscar-se-á amparo em Bourdieu (2012) no quesito da dominação masculina, pois é pertinente compreender como esse processo de dominação se naturalizou e se naturaliza no tecido social, agindo como regra, tal qual nos estudos feitos por Minayo (2005, p. 25), voltados para observar os laços perigosos entre machismo e violência.⁷ Desse modo, tais estudos possibilitam à compreensão de como o machismo está intimamente ligado ao patriarcado, pois “[...] na visão arraigada do patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar de ação [...]”, tal qual Lerner (2019) em seus estudos demonstrou a história da opressão das mulheres com grande contribuição a teoria feminista, assim destaca a criação histórica do patriarcado. Em consonância a esse processo de opressão, Hintze (2020) corrobora para compreender como são os elementos vitais que dão estrutura do machismo estrutural que se consolidou na sociedade sendo eles: normatização, hierarquização e naturalização, agregando outros elementos a este viés, bem como este machismo dá sustentação à ordem patriarcal.

Nessa perspectiva, referências serão buscadas a partir das reflexões de Butler (2003), que abrirá caminhos para compreensão das questões de como o gênero é problematizado e como torna-se suporte para a hegemonia masculina, pois Butler (2003, p.21) no tocante ao feminino diz que “[...] de todo modo a especificidade do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relação de poder”. Tais contribuições darão luz às nuances sobre as relações de poder que compõem o arcabouço para a sustentação deste machismo na ambiência escolar.

Butler (2003) e em Scott (1999) há possibilidades para compreender a perspectiva de gênero como construto social e histórico bem como suas articulações identitárias para mulher, mulheres e gênero. Em relação ao conceito central do

⁷ O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. A definição utilizada pela Organização Mundial da Saúde associa intencionalidade com a prática do ato propriamente dito, independentemente do resultado produzido. Os incidentes não intencionais – tais como a maioria das lesões de trânsito e queimaduras acidentais – estão excluídos da definição. A inclusão da palavra "poder", além da frase "uso da força física", amplia a natureza de um ato violento e expande o entendimento convencional de violência de modo a incluir aqueles atos que resultam de uma relação de poder, inclusive ameaças e intimidações. O "uso do poder" também serve para incluir negligência ou atos de omissão, além de atos violentos mais óbvios de perpetração. Assim, "o uso da força física ou do poder" deve ser entendido de forma a incluir a negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como o suicídio e outros atos de auto-abuso. (Dahlberg e Krug, 2002, p. 6)

machismo, os embasamentos serão por meio dos estudos de Lerner (2019), Segato (2022) e Hintze (2020). Esses estudos visam demonstrar que o machismo é uma ideologia dominante, imbricada na superioridade masculina, e ligada a uma ordem maior, o patriarcado. Essas ideias reforçam simultaneamente, perpetuando uma benevolência paternalista, a qual converge alguns grupos em criaturas inferiores a exemplo, a mulher, bem como se liga a mandatos que permitem uma estrutura para continuar em atuação.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para mapear os estudos e análises científicas sobre o tema que, por conseguinte, passaram pelo crivo da ciência para ser apresentado à sociedade (Bastos, Ferreira, 2016). Vale ressaltar que, de acordo com Minayo, “fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, métodos e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicionam mutuamente [...]” (2012, p. 622). Após essa checagem realizar-se-á às seguintes etapas:

- Explicar ao grupo de professores/as o fundamento da pesquisa e suas contribuições para a atual conjuntura educacional e social.
- Realizar a coleta de dados com dez professores/as a partir dos critérios de inclusão adotados, sendo eles: profissionais regentes, atuantes no ensino fundamental I, que fazem parte da instituição de ensino municipal Professora Maria Luiza Corrêa Machado, situada na cidade de Paranaíba/MS, por meio de questionário estruturado, em contrapartida, exime-se de responder a esta pesquisa os professores/as que estejam afastados da instituição nesse período, como aqueles que por algum motivo não quiserem responder.

É pertinente destacar que a escolha de profissionais se dará a partir de diferentes perfis percebidos na convivência diária. Nestes perfis configuram-se a sexualidade, tempo de atuação, religiosidade, formação acadêmica. Para exemplificar melhor alguns dos diferentes perfis: há um professor no 5º ano, hetero, branco com formação acadêmica e ateu; há uma professora no 2º ano Lésbica, negra, cuja formação é o mestrado, no 2º ano há uma professora prestes a se aposentar, branca, hétero e espírita. Há no 3º ano uma professora, negra, hétero e evangélica.

A partir desta proposta, acredita-se ser possível dimensionar como o machismo pode estar ou não imbricado no espaço escolar, bem como nas representações de professores/as. Sendo assim, esta pesquisa salienta que os riscos são mínimos, considerando a eventualidade de algum participante se negar, ou não saber responder, ou até mesmo apresentar desconforto em algumas questões do questionário, lembrando

que o ritmo da participação de cada participante da pesquisa será respeitado, bem como suas identidades preservadas, até porque no corpo da pesquisa, esses profissionais encontram-se nominados e identificados a partir da letra “P” seguidos de números naturais sendo: P.1, P.2, P.3... Antes da coleta, todos/as participantes assinaram o termo de consentimento (TCLE). Em relação aos benefícios, os participantes da pesquisa poderão refletir sobre seu olhar para a educação no que concerne ao machismo, ou seja, construir novos paradigmas sociais e ampliar seu conhecimento, o que implicaria em uma ressignificação da prática docente.

Após da coleta de dados, pretende-se realizar a análise de conteúdo, bem como a análise interseccional, produzindo assim a síntese textual, a partir dessa perspectiva, a presente dissertação se divide em três capítulos.

O primeiro capítulo atentou-se à construção da metodologia, além de técnicas e métodos envolvendo teoria, a fim de significar os dados empíricos. Com isso, demonstrou-se a interseccionalidade, como metodologia de análise, bem como suas outras atribuições sendo elas, ferramenta de luta e empoderamento, assim como ocorreu a entrada em campo a fim de demonstrar os tensionamentos. Procurou-se evidenciar como os métodos de análise de conteúdo de Bardin (2011) e análise de intersecção estão engendrados nessa análise. E subsequente a essa vertente, realizou-se o levantamento bibliográfico para deixar claro no que essa pesquisa se difere de outras.

Já o segundo capítulo visou tecer discussões, por meio da teoria, a fim de compreender as relações mútuas e correlatas sobre as representações em relação aos mandatos masculinos, machismo e patriarcado. Diante disso, procurou-se versar como o machismo e o patriarcado estão engendrados e afinados para essa ordem de dominância, os quais produzem uma pedagogia machista e patriarcal, pedagogia essa que configura-se como uma verdadeira pedagogia da crueldade⁸. Tendo como propositura explicar o que é essa pedagogia, a serviço do que ela está, mais precisamente o capitalismo, que se engendra a um capitalismo canibal⁹, o qual

⁸Segato (2018, p.11) faz uso do termo pedagogia da crueldade, referindo-o da seguinte maneira [...] Chamo de pedagogias da crueldade todos os atos e práticas que ensinam, habitam e programam os sujeitos para transmutar o vivo e sua vitalidade em coisas.

⁹ O capitalismo canibal, portanto, é um sistema ao qual devemos a presente crise. Verdade seja dita: é um tipo raro de crise, em que múltiplos ataques de voracidade convergiram. O que enfrentamos, graças a décadas de financeirização, não é “apenas” uma crise de desigualdade desenfreada, precarização e baixos salários. Nem é uma “mera” crise do cuidado ou da reprodução social ou “só” uma crise de migração e violência racializada. Não é “simplesmente” uma crise ecológica em que um planeta cada vez mais quente expele pragas letais, tampouco “somente” uma crise política de sucateamento de infraestruturas, aumento do militarismo e proliferação de tiranos. Ah, não, a coisa é pior: trata-se de uma crise generalizada de toda

demonstra quais são seus efeitos na tessitura social.

Já o terceiro capítulo aprofundou-se e averiguou-se, de fato, o machismo se faz presente em uma das instituições públicas de ensino em Paranaíba, mais aproximadamente na escola municipal Professora Maria Luiza Correa Machado, observando o que apontam o delinear dos questionários respondidos pelos/as professores/as, bem como o uso das informações dadas pelos/as professores/as e registrados no diário de campo, abordagens que visam demonstrar as representações desses profissionais no que se refere ao machismo, bem como na ambiência escolar, evidenciando se há formação para esses profissionais que se expressa as questões atinentes aos machismos nos currículos e na atuação cotidiana. Na busca de encontrar ensinamentos que combatam e sejam alternativos para frear o machismo, no que tange à visão dos/as professores/as. Tais aspectos estão relacionados às etapas de análise e interpretação dos dados, da qual se utiliza uma abordagem metodológica voltada à Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), bem como uma análise interseccional intercruzando as informações obtidas com alguns eixos de opressões como: raça/etnia, gênero, sexualidade e religião. Eixos esses que agem como marcadores sociais de diferenças, assim como outros condicionantes sociais pertinentes para a pesquisa como o tempo de atuação docente e formação docente, os quais permitem compreender as representações dos professores/as e chegando a um consenso final.

Em suma, na ala das Considerações Finais, apresentam-se os apontamentos tensionados por este processo investigatório, bem como a análise dos resultados relevantes e algumas considerações pertinentes que podem ser notadas ao longo da pesquisa, contribuindo para o engendramento de novos estudos.

1. METODOLOGIAS NOS ESTUDOS EM INTERSECÇÕES

Muitas mudanças surgem no contexto social a partir de uma inconformidade, no entanto, a interseccionalidade pode se considerar um destes frutos, pois advém do movimento do feminismo negro como afirma Piscitelli (2008 *apud* Fernandes; Santos, 2016, p. 221-222):

O conceito de interseccionalidade ou “categorias de articulação” começou a ser desenvolvido no final da década de 1990, época marcada pela insurgência

a ordem social em que todas essas calamidades convergem, exacerbando-se entre si e ameaçando nos engolir por inteiro. (Fraser, 2024, p.17)

de categorias que se referiam à multiplicidade de diferenciações no debate internacional. Destaca-se, também, a importante influência de vertentes do feminismo (pós-colonial, pós-moderno e crítico).

As mulheres que compõem esse feminismo negro, não se viam representadas no movimento feminista de outrora. De acordo com Collins (2017) foi Kimberlé Crenshaw uma advogada afro-americana que cunhou o termo interseccionalidade, por meio do qual ganhou notoriedade nos anos de 1990. Logo, houve expansão no âmbito acadêmico já no início do século com grande interesse pela interseccionalidade por essa questão entrelaçar vários campos, bem como diversas disciplinas assim como analisar um dado tema por diversos eixos e de modos inter cruzados, por exemplo, raça, classe e gênero. E, a partir destas perspectivas, nas palavras de Crenshaw é possível compreender o que seria a interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p 177)

É pertinente ressaltar que a sociedade é composta por múltiplas variáveis, e a essas variáveis estão elencados inúmeros problemas sociais, aos quais pode-se chamar de fenômenos sociais, que para serem explicados necessitam de uma investigação multifacetada, pois olhar um dado fenômeno por apenas uma vertente é como se não fechasse a conta, usando aqui uma linguagem coloquial e, para isso, se utiliza a interseccionalidade como ferramenta analítica como afirma Collins e Bilge:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins; Bilge, 2021, p.15 e 16)

Outrossim, tal ferramenta é capaz de explicar esse fenômeno, e todos os eixos

opressores de atravessamento que agem de modos intercruzados. Portanto, exemplifica-se como os marcos interseccionais auxiliam no processo decisório de ordenamento de poder, sendo assim de acordo com Collins e Bilge (2021).

Tanisha Anderson, negra, foi morta pela polícia de Cleveland durante um “surto psicótico”. Sua mãe ligou para a polícia, pedindo ajuda para a filha, mas, quando chegaram, os policiais jogaram Anderson no chão de uma maneira que resultou em sua morte. A morte de Anderson reflete sua localização social nos sistemas de poder interseccionais: uma mulher negra de 37 anos com problemas de saúde mental, cuja família provavelmente não ligaria para a polícia se tivesse acesso a saúde privada. Para os policiais, Anderson não era alguém que precisasse de cuidados, mas uma ameaça: uma mulher negra agitada. A força de estereótipos como “negro bandido” ou “negra louca” é, literalmente, letal quando associada ao poder policial em uma sociedade estruturada por formas interseccionais de domínio racial e de gênero. (Collins; Bilge, 2021, p.175)

Nesse exemplo citado, fica indubitável como os marcadores sociais de diferença foram cruciais para estabelecer relação de poder entre os policiais e a vítima. Certamente se essa vítima fosse um homem, hétero, branco, de classe elitista, tal situação não se prevaleceria, até porque nem mesmo seria um policial a ser chamado, mas caso fosse, muito provável que o desfecho da história seria outro. Portanto, raça, gênero e também a localidade foram fatores determinantes para ceifar¹⁰ a vida de Anderson. Desta maneira, a interseccionalidade se fez presente para desnudar e compreender este fenômeno de exclusão e poder.

Ademais, a interseccionalidade não é apenas uma metodologia, ou uma ferramenta analítica, ela também é considerada uma ferramenta de luta, portanto como salientam Collins & Bilge (2021, p.57) “A interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas. ”, pois ao explicar um determinado fenômeno, a exemplo disso a “violência contra mulher”¹¹ na hipótese de chegar ao machismo, racismo, sendo assim acenderá o ativismo, uma vez que um fator desencadeia outro. De uma maneira breve, procurou-se demonstrar o que é a interseccionalidade e como ela pode ser utilizada, perpassando as

¹⁰ Utiliza-se o termo no sentido figurado. Cessar a vida; retirar a vida a; matar ou destruir [...] (Dicio, 2009 a 2024)

¹¹ No Brasil, o termo “violência contra a mulher”, que posteriormente fundiu-se no uso comum com o conceito de violência de gênero, ingressa na pauta pública na década de 1970. Nesse período há um fortalecimento dos movimentos sociais (muito em razão da luta pelo fim da ditadura militar), dentre os quais, o feminismo. As mulheres passam a denunciar as violências sofridas (físicas, sexuais e morais) e a provocar o debate sobre questões como aborto, violência doméstica e discriminação no mercado de trabalho[...]constitui o universo do gênero feminino as ameaças e ofensas em razão da condição de ser mulher. [...] A violência de gênero é derivada de uma organização de gênero, que privilegia o masculino;”. (Souza, 2016, p. 155- 156)

suas múltiplas faces, entre elas estão a metodologia, a ferramenta de luta e o empoderamento.

Porém, o foco aqui é utilizá-la de modo metodológico, a fim de compreender o machismo, pois se entende a urgência desse tema dadas às inúmeras ocorrências dos mais diversos tipos de violências contra a mulher que são registradas no país, demonstrando que o machismo se torna um fator preponderante nesses casos. Assim, os dados recentes revelam um preocupante aumento nos casos de feminicídio, o que distancia o Brasil do ideal de igualdade de gênero. Este cenário compromete ainda mais o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável estabelecido pela ONU, particularmente em relação ao seu 5º objetivo na agenda de 2030 conforme destacado por Moura (2023), ainda de acordo com Bueno *et al* (2023, p.4) “No primeiro semestre de 2023, 722 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, crescimento de 2,6% comparado ao mesmo período do ano anterior, quando 704 mulheres foram assassinadas por razões de gênero.” Assim como a partir da fala da socióloga Wânia Pasinato, assessora sênior da ONU Mulheres em uma entrevista dada à DW, firma que:

Somos uma sociedade muito conservadora, que tem uma estrutura patriarcal e machista, que autoriza os homens a praticar violência contra mulheres quando consideram que elas estão saindo do papel de submissão, e que não tem destaque na vida pública e política, essa cultura também autoriza os homens a praticarem essa violência na apropriação dos corpos, em relação à sexualidade e o direito reprodutivos, por exemplos, e isso se reflete no aumento dos estupros. (Moura, 2023, s/p).

Essa condição conservadora, patriarcal, machista, tem se mostrado com crescentes exponenciais nas diversas regiões brasileiras, entre as quais se destacam aquelas que compõem o público-alvo desta pesquisa. De acordo com Bueno *et al*. (2023) o qual demonstra que:

Todas as regiões apresentaram crescimento nos casos de estupro e estupro de vulnerável no 1º semestre de 2023 quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A maior variação se deu na região Sul, com crescimento de 32,4%, seguida da região Norte, com crescimento de 25%, e da região Nordeste, cujo crescimento foi de 13,2%. **No Centro-Oeste o aumento foi de 9,7% e no Sudeste a alta foi de 4,8%.** (Bueno *et al*, 2023, p. 18, grifos nossos).

Diante dos dados apresentados, que evidenciam o aumento da violência contra meninas e mulheres, fica latente que o gênero é um marcador de diferença nessa questão opressora. Nesse sentido, parte-se da hipótese que o machismo é produzido de forma consciente ou inconsciente na sociedade e que a escola pode estar contribuindo com

esse processo. Neste campo de estudo, a interseccionalidade será utilizada de modo metodológico a fim de responder a questão norteadora da pesquisa, ou seja, responder o problema da pesquisa, problema este que está engendrado a partir das representações dos docentes sobre o machismo em uma ambiência escolar. .

Com isso, busca-se uma metodologia capaz de sustentar e dar suporte para compreender o machismo na ambiência escolar a partir da visão de dez professores/as regentes do Ensino Fundamental I. Além disso, visa-se analisar suas representações sobre o machismo e como a interseccionalidade pode contribuir para entender esse fenômeno. Pretende-se explorar como os eixos de opressão podem estar entrelaçados na ambiência escolar e na vivência desses profissionais, permitindo ou não a percepção do machismo neste espaço, bem como a ação para sua desconstrução ou manutenção.

Na pesquisa utilizar-se-á de aportes da interseccionalidade em relação às variáveis presentes nas representações das relações de poder que permeiam a tessitura dessa ordem. Da mesma forma, a interseccionalidade possibilita problematizar os padrões estabelecidos socialmente, com foco especial no gênero masculino. Para tal, foram realizadas incursões a partir das reflexões de Butler (2003), as quais abriram caminhos para a compreensão das questões relacionadas à problematização do gênero, inclusive fornecendo suporte para entender a hegemonia masculina.

Se o gênero ou sexo são fixos ou livres, é função de um discurso que, como irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguarda certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise do gênero. O *locus* de intratabilidade, tanto na noção de “sexo” como na de “gênero”, bem como no propósito significado da noção de “construção”, fornece indicações sobre as possibilidades culturais que podem e não podem ser mobilizadas por meio de quaisquer análises posteriores. Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero. (Butler, 2003, p. 27 e 28)

Logo, se o gênero não é pronto e acabado, pelo contrário, é construído culturalmente de acordo com domínios e em sua propositura a serviço de interesses hegemônicos, então ele pode ser discutido e repensado tanto socialmente quanto academicamente. Como a própria Butler alerta que as possibilidades discursivas para um gênero possuem limites e um desses limites “[...] se estabelece sempre nos termos

de um discurso cultural hegemônico[...]”. Atinente a isso, é necessário que se discuta questões que problematizam o sujeito enquanto indivíduo por estar atrelado em vertentes ao masculino, o fato de ser homem, de ser macho - dominador. Problematizar tais questões é pertinente para desnudar a face do machismo que é a propositura desta pesquisa. E, para isso, Nolasco (1993, p.12) chama a atenção dizendo que “Os homens abrem mão da própria liberdade quando negam os limites, história de vida, desejos e sonhos para tentar reproduzir o padrão de comportamento definido a priori para eles”. Ou seja, o fato de ser do gênero masculino, tem de seguir um padrão social, um tipo de regimento que os obrigam a ter um determinado comportamento opressor e que esse comportamento também implica em roubar sua liberdade, em sucintas palavras, os oprimem também, assim esse mesmo sistema que os oprimem, os torna opressores.

No intuito de contemplar os objetivos da presente pesquisa, será necessário recorrer também à análise metodológica de conteúdo na perspectiva de Bardin. Pois, Bardin (2011, p. 50) se expressa da seguinte concepção “Análise de conteúdo, por seu lado, visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc, por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”. Tal análise como já supracitado na introdução da pesquisa, foi possível pela coleta de dados, feita mediante um questionário estruturado, composto por onze questões, classificadas em abertas e fechadas, tais questionários foram selecionados como corpus de análise para realizar a pesquisa, já estando contidos na regra da homogeneidade em relação à temática tratada. Tal análise está organizada da seguinte maneira: 1) pré-análise, 2) exploração de material, ou codificação e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

a. Pré-análise: inicialmente foi realizada a leitura flutuante do conteúdo expresso nestes questionários: identificou-se a unidade de contexto, considerando unidades frasais, bem como palavras pertinentes que de alguma forma tensionam o machismo, as quais se definem de acordo com as três respostas contidas nas perguntas abertas do questionário, sendo elas: 1) O que você entende por machismo? 2) Você já identificou algum traço de machismo na escola? Caso a resposta seja positiva, dê exemplo e como lidou com essa questão, assim como a escola. 3) Como diminuir a ocorrência do machismo através da educação escolar?

b. Exploração de material, categorização ou codificação: com a definição dessa unidade de registro, faz-se análise por meio de classificação e agrupamento para observar as representações desses profissionais mediante o machismo e a frequência que

aparecem tais expressões. Todos esses quesitos serão representados por meio de um quadro de análise, como já supracitado as perguntas abertas do questionário que serão passíveis de análise a partir delas que se criaram as três categorias. Nessa perspectiva tais categorias foram definidas da seguinte maneira: Categoria 1: Representação sobre o machismo em olhares docentes. Categoria 2: Detecção e representação na ambiência escolar. Categoria 3: Estratégias para diminuição do machismo.

Vale salientar que esse processo de categorizar os dados coletados é de suma importância, pois direciona a análise, contribui para compreender o que pode não estar propriamente dito, comparar as respostas, observar o que diverge de acordo com as afirmativas. É notório destacar que a categorização de acordo com Bardin (2011, p. 148) é compreendida da seguinte forma - “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

c. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: a partir das informações contidas nesta análise que tensionam as questões que permeiam o machismo, tais análises críticas reflexivas dão luz às representações que professores/as possuem sobre o machismo, nesta etapa se constrói e corporifica a síntese textual interpretativista, ao dialogar as informações extraídas da análise de conteúdo com falas de teóricas/os, estudiosas/os, bem como outras fontes de informações pertinentes à temática tratada pela pesquisa.

É evidente que a proposta metodológica desta pesquisa, como já dito, se compila em análise de conteúdo com análise interseccional, por acreditar ser possível ter uma melhor dimensão sobre as representações dos professores/as mediante ao machismo. Mas também por compreender se essas representações são atravessadas por diferentes eixos de opressões, realizando assim a última análise de dados, agora já filtrados pela análise de conteúdo, propõe-se um cruzamento de eixos interseccionais como: raça/etnia, gênero, sexualidade, religião, esses marcadores sociais de diferenças, assim como outros condicionantes sociais que julga serem pertinentes para a pesquisa, como o tempo de atuação docente e formação docente, os quais permitem a compreensão das representações dos professores/as.

Essa análise interseccional, se procede de maneira similar à análise de conteúdo, em dado momento ambas se fundem, pois há momentos que se utilizam meios frasais para dialogar. Ao compilar o resultado do que pensam esses professores e confrontarem essas informações e com os eixos de opressões supracitados, bem como informações e

outros dados trazidos por estudiosas/os, isso culmina na continuidade da produção da síntese, porém, na análise interseccional produziu-se gráficos em todos os entrecruzamentos de opressões para dar melhor visibilidade a essas nuances.

É pertinente salientar que, ao tratar da escolha do corpus de análise para análise de conteúdo, não foi utilizado apenas o questionário estruturado. Ao longo da pesquisa, acrescentou-se outra fonte: o diário de campo. Este elemento acrescenta informações que permitem fazer uma leitura melhor do que os professores compreendem sobre as questões de gênero, principalmente voltadas para a perspectiva do machismo. O diário de campo é utilizado aqui a partir de uma visão antropológica. Sua finalidade é demonstrar as perspectivas desses profissionais, com registro de suas falas após a entrega dos questionários estruturados - uma forma de desabafo e pontuações relevantes.

Adentrar em campo¹², é uma estratégia válida, como afirma (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020, p. 465):

O trabalho de campo é uma estratégia importante de pesquisa, uma vez que envolve a articulação de proposições teóricas com a experiência empírica na produção de saberes contextualizados. Frequentemente, em estudos exploratórios com viés qualitativo desenvolvidos na antropologia, na psicologia e em outras áreas de conhecimento utiliza-se a escrita de diários de campo como ferramenta metodológica para registro e posterior análise da experiência do(a) pesquisador(a) e dos(as) participantes.

Pode-se notar que o diário de campo é uma ferramenta que pode ser utilizada em diversas áreas da pesquisa, tanto pelos participantes como também pelo pesquisador. Em nesta pesquisa quem se apropria desta ferramenta é a pesquisadora. Assim, foi possível observar e registrar os discursos dos professores/as, ou seja, as narrativas, ampliando a visão sobre a temática proposta, até porque de acordo com André (2005, p.47) “Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações”.

Ademais, o conteúdo expresso nas informações contidas e registradas no diário de campo, ajuda melhor delinear a compreensão do que alguns profissionais têm sobre a pesquisa, e por alguns condicionantes que de certa forma corrobora para compreender tal contexto, até porque as informações registradas neste diário não se deu de modo

¹² Campo não deve ser confundido com um local específico, mas é uma rede de relações das quais o(a) pesquisador(a) participa. Kroef; Gavillon; Ramm (2020, p. 472).

como uma entrevista, no qual a pesquisadora efetua as perguntas, pelo contrário, após responder o questionário, tais profissionais se sentiram confortáveis e por livre vontade enfatizaram alguns pontos de vista, questionamentos e demais comentários oportunos.

Pezzato e L'abbate (2011 *apud* Kroef; Gavillon; Ramm. 2020, p. 465 - 466) “afirmam que pesquisas que priorizam o trabalho de campo e a observação participante começaram a ser mais utilizadas a partir do trabalho *Os Argonautas Ocidentais*, de Bronislaw Malinowski, do início do século XX.” Junto a essa perspectiva de campo, salienta-se que é possível outras estratégias ainda de acordo com os autores supracitados:

Outras estratégias de pesquisa contemporâneas e com uma perspectiva pós-estruturalista, como a pesquisa-intervenção, utilizam-se da escrita de diários de campo numa direção oposta, colocando em primeiro plano a relação entre pesquisador (a) e campo de pesquisa, em uma abordagem que compreende uma atuação assumidamente implicada e não mais neutra. (Kroef; Gavillon; Ramm (2020, p. 466).

Com isso, ao registrar a fala dos professores/as, houve momentos de questionamentos por parte de alguns dos professores/as, do tipo, *P.1 [...] mas isso também é discutir gênero? P.4 [...], Sabe professora, minha mãe criou eu e meu irmão da mesma maneira e ele se revelou como machista, por que será?* Houve uma interação, uma intervenção, tudo a partir de questionamentos que os levavam à reflexão.

Segundo Weber (2009, p.168) “É o diário por fim que permitirá efetuar, na medida do possível, uma autoanálise” ainda de acordo com o autor, o diário de campo possibilita, por meio de suas narrativas, destacar o que é pertinente e passível de ser publicado na pesquisa e o que deve ser descartado, sendo assim uma ferramenta importante para produzir análise de dados.

De acordo com Kroef; Gavillon; Ramm (2020) é sabido que os diários de campo compreendem registros de procedimentos técnicos, mas também para além dessa esfera englobando conversas diversas, as quais são exemplificadas por Spink (2003, p. 29) “Algumas conversas acontecem em filas de ônibus, no balcão da padaria, nos corredores das universidades; outras são mediadas por jornais, revistas, rádio e televisão e outras por meio de achados, de documentos [...]”. No caso deste trabalho o registro das narrativas no diário de campo se deu na própria escola, no momento da devolutiva dos questionários, como já dito anteriormente, o diário de campo foi escrito por mim enquanto pesquisadora e, posteriormente, alguns trechos do diário, foram selecionados

para dialogar com a pesquisa, os quais configuram precedentes e pertinentes para a proposta do tema deste trabalho.

1.1 A entrada em campo: uma busca de tensionamento.

Na coleta de dados para compreender as representações dos professores (as) sobre o machismo na ambiência escolar, foi utilizado um questionário. Nesse sentido, para a aplicação contactou-se via whatsapp dez profissionais da escola municipal Professora Maria Luiza Corrêa Machado. No contato explicou-se a importância da pesquisa, e foram combinados dias e horários compatíveis com as aulas vagas dos participantes para que pudessem responder. Entre os dez integrantes, três solicitaram a postergação da entrega, enquanto os demais responderam prontamente e entregaram seus questionários em seguida.

Além do questionário utilizou-se como fonte um diário de campo. Essa fonte inicialmente não estava prevista na pesquisa. Foi inserida devido às valiosas informações que professores/as suscitaram a partir do preenchimento do questionário, no momento da devolutiva dos mesmos, na qual alguns desses profissionais fizeram algumas indagações e pontuações pertinentes à pesquisa que vieram ao encontro para agregar a compreensão do que faz jus aos seus entendimentos sobre machismo, sexualidade e gênero. Nessas conversas ficou expressa a riqueza das informações contidas neste universo. Deste modo, é perceptível a necessidade de ser registrado para também compor o estudo. Tais narrativas registradas, foram suscitadas a partir da curiosidade dos próprios professores ao se depararem com as questões preconizadas no questionário. Algumas narrativas expressam indignação, outras tentam compreender o que é, e o que não é machismo. Alguns/mas expressaram o interesse por pesquisa nessa temática. É perceptível notar como as/os professores, necessitam de formação, que esteja vinculado a vários temas sociais. Isso é expresso na fala da P.4, na qual faz a seguinte afirmativa [...] *Achei tão importante discutir essa questão sobre o machismo a partir da visão do professor\ra no ambiente escolar, com isso confesso que deu vontade de estudar novamente. Sabe professora eu vou fazer mestrado também [...].*

A riqueza presente, tratada como uma marca peculiar nesta fonte de registro denominada como diário de campo, se configura pelo fato de não ser pré-estabelecido, como em uma entrevista ou questionário, pois flui de modo espontâneo, expressando dúvidas, desejos, indignações, ou seja, foi perceptível que esses profissionais sentiram

suas falas ouvidas, e dadas como importantes e com representatividade. O diário de campo validou aquilo que não poderia ser expresso pelos/as profissionais no questionário estruturado.

Não foi difícil realizar a coleta de dados, pois a maioria dos professores/as foram solícitos e atenciosos, desde que respeitassem os seus horários. Então, todo o cuidado foi tomado, inclusive antes de contatar os professores. Uma ida à escola foi feita, procurando a coordenação para solicitar os horários desses profissionais tanto no período matutino quanto no vespertino, com o objetivo de ter ciência sobre as aulas vagas.

É considerável as tensões com as/os pesquisadas/os tranquilas. Apenas uma professora se recusou dizendo que não pretendia participar da pesquisa. Contudo, foi preciso substituí-la por outra com o mesmo perfil. Outro fator que exigiu um pouco de paciência foi o fato de ser necessário o deslocamento por inúmeras vezes até a escola, devido os dois turnos e os professores/as terem aulas vagas em momentos distintos. Inicialmente, outra professora disse que estava com muitos afazeres e isso dificultaria para responder a pesquisa, mas tempos depois disse que ela ia fazer um esforço, pois compreendia a importância e iria levar pra casa e assim fez. Houve momentos em que ao chegar para buscar a pesquisa duas professoras disseram ter esquecido o questionário em casa, porém em outro momento consegui ter o questionário em mãos, contudo, ao final, todos responderam de bom grado. Somado os limites e possibilidades com as fontes auferidas, o tensionamento agora advém do modo como será articulada a metodologia, métodos e as articulações teóricas relativas às perspectivas de gênero e interseccionais.

Até porque nas palavras de Borawoy (2014, p. 283) compreende-se que método e teoria devem caminhar juntos, afirmando que “[...] o método está inextricavelmente atado à teoria; ele não pode funcionar sem a teoria”, assim as tensões que também advém da nomeação do que se considera machismo ou não. Eis que seguem algumas pistas nos caminhos até aqui desenvolvidos.

1.2. Pesquisando na perspectiva de gênero e machismo em ambiências escolares.

Com a temática já delineada, sobre o machismo no espaço escolar a partir da percepção dos professores/as, então realizou-se uma busca nas produções acadêmicas a fim de vislumbrar o que já havia sido produzido de relevância para tal questão. Para

permeiar essa tessitura foram feitas buscas consultivas no portal da biblioteca da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) via fonte de dados apenas do repositório institucional, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), Scientific Electronic Library Online (SciELO), estendendo as buscas para o Portal de periódicos da (CAPES), Catálogo de Teses e dissertações (CAPES) e Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes descritores: machismo, machismo e percepção docente, patriarcado e gênero.

A partir dos descritores supracitados foi possível notar uma gama de pesquisas voltada para estudos, os quais contemplam o arcabouço que impactam as questões que envolvem gênero, e concernente a este viés, estão os estudos com a temática do machismo. Dessa maneira, fica expresso e exemplificado como fora feito o levantamento do que já foi estudado sobre o machismo na vertente do que se aproxima da proposta desta pesquisa.

Na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizou-se o descritor machismo e com isso foi possível ter acesso a 349 arquivos, porém apenas uma dissertação se aproxima da proposta deste trabalho. Na plataforma Scielo Brasil, encontramos 66 arquivos com o descritor patriarcado, seguido de 25 arquivos com o descritor “machismo”. Contudo, nenhum desses arquivos contemplavam alguma proximidade com o que este trabalho propõe. Já o Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) a partir do descritor machismo e a percepção docente, encontrou-se 4 dissertações, porém apenas uma se aproxima do tema em questão. No periódico da Capes, dos 35 arquivos levantados na busca apenas 2 foram selecionados por ter aspectos que se assemelham com essa proposta. No portal da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), foram encontrados 2 TCCs com o descritor patriarcado e uma dissertação com o descritor “gênero”, inclusive com uma pesquisa voltada para gênero no município de Paranaíba, ainda assim, não contempla a abordagem. Foram feitas varreduras no Google acadêmico 157 arquivos, contudo apenas 2 dissertações e um artigo foram selecionados para contemplar o que busca essa pesquisa. E, por fim, foi feito mapeamento na Biblioteca Digital da USP: Teses e Dissertações com descritor machismo, assim encontrou-se 3 teses e 10 dissertações, mas nenhuma se aproximava da proposta.

Quadro 1 – Principais contribuições dos levantamentos de estudos

Ano	Tipo\ plataforma	Autor\ a	Título	Do que se trata a pesquisa
2022	Dissertação Catálogo de Teses e Dissertação (Capes)	Lilian Rosa Daher Macri	A violência simbólica nas questões de gênero no ambiente escolar: a percepção de estudantes e professores do ensino médio.	Este trabalho, se dá a partir da percepção de educadores e alunos do ensino médio sobre a perspectiva de gênero e violência simbólica no ambiente escolar, ocorrendo em duas escolas do município de Taubaté, pretende-se também compreender aspectos facilitadores e dificultadores que englobam a questão de gênero e conhecer práticas desenvolvidas por educadores quanto a essa questão, se existem e quais são. Nesta perspectiva o machismo se faz presente.
2022	Dissertação Google acadêmico	Cíntia de Kássia Pereira Melo	“Machismo ao volante, ao perigo constante”: desconstruindo preconceitos de gênero no ensino médio integrado	Que a superioridade masculina esta posta na tessitura social e assim se construiu, suas relações de poder advinda do gênero na perspectiva machista, a qual é prejudicial para a mulher porque as oprimem, por outro lado aprisionam os homens pela masculinidade tóxica. Compreende-se também que a escola é um agente de transformação. Este estudo objetiva analisar como as questões ligadas ao gênero e machismo no ensino médio integrado podem promover o protagonismo e a redução da violência e preconceito.
2021	Dissertação Google acadêmico	Gislaine Medeiros Mendes	A dimensão subjetiva do machismo na educação: significações apreendidas em uma escola de São Paulo no movimento da pesquisa Trans-Formação	Tal estudo visa analisar a dimensão subjetiva do machismo na educação, como causa desigualdade entre homens e mulheres, analisa essa dimensão por meio de um grupo de professores atuantes em uma escola pública de São Paulo, por uma modalidade de pesquisa de Trans-Formação, na perspectiva do materialismo histórico.
2021	Artigo	Julia Dionísio Cavalcante da	O que eu vi na escola: relatos de uma	Este artigo é oriundo de uma dissertação onde

	Periódico da Capes	Silva e Maria Jacqueline Girão Soares de Lima	professora de ciências sobre questões de gênero e étnico raciais	aborda a narrativa de vivências em escolas municipais, onde um de uma professora de ciências iniciante vivência situações e relata sobre machismo e racismo. Fazendo uma análise de revisão ao seu processo de formação para que a disciplina de ciência possibilite enfrentamento de questões de gênero e étnico raciais.
2019	Artigo Periódico da Capes	Lia Machado Fiuza Fialho e Francisca Genifer Andrade de Sousa	Feminismo e machismo na escola: desafios para a educação contemporânea	Visa analisar o que docentes da educação básica compreende por machismo e feminismo a fim de compreender situações de conflitos em relação a preconceito, é um estudo de caso, realizado no Ceará.
2018	Dissertação Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	Arilane Florentino Félix de Azevedo	Construindo gênero não binário na educação infantil: uma análise discursiva sobre o machismo.	É um estudo que objetiva analisar por meio de análise discursiva se uma professora atuante na Educação Infantil, em João Pessoa legitima o machismo em sua atuação docente, atinente a isso busca observar além de sua prática entre brincadeiras e discursos qual é sua percepção sobre o machismo.
2017	Artigo Google acadêmico	Luisa Bitencourt Martin e Gabriela da Silva Bulla	Encontro com o machismo na sala de aula: aprendizagens a partir de experiências de professoras	Visa contemplar questões e reflexões sobre o machismo a partir de três narrativas de três professoras de línguas que lidam com o machismo em sala de aula, objetivando detectar os principais desafios, e soluções encontradas por elas.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Nota-se que há muitos estudos concernentes à temática que envolvem o machismo, mas englobam também outras vertentes que não seja propriamente o espaço escolar e a percepção da/o professor/a. No processo de varredura do levantamento foi possível observar o machismo no/a: futebol, parlamento, diferentes gêneros musicais, literatura, legislações, publicidades, análises discursivas de pronunciamentos e falas de políticos, Impeachment da ex presidente Dilma Rousseff, análises de leis, piadas,

memes, jogos de games, mulheres que praticam musculação, jornalismo entre outras.

Já no que se aproxima da proposta deste estudo sobre a representação docente a respeito do machismo no espaço escolar, foram encontradas sete pesquisas como estão especificadas no quadro acima, das quais se discute a percepção docente em relação ao machismo, mas não como propõe este estudo, pois nesta pesquisa as representações de docentes serão analisadas de modo interseccional por diferentes eixos de opressões.

Os estudos selecionados nas tabelas se diferenciam nos seguintes quesitos: contemplam níveis de ensinos diferentes, como Educação Infantil e Ensino Médio e Ensino Médio Integrado. Públicos diferentes, professores/as de áreas específicas como: ciências, de linguagens: língua portuguesa, inglês e literatura, docentes e discentes em um mesmo estudo. Também na metodologia, como análise discursiva a partir de hipótese que a professora da educação infantil poderia estar legitimando o machismo por meio de sua prática pedagógica e discursiva, o materialismo histórico com interferência de pesquisa de modo a interagir com o grupo alvo, aplicação de sequência didática para analisar seus efeitos mediante ao machismo. Difere também no diálogo com outras vertentes, apresentando em alguns estudos, sendo elas: sexualidade, racismo, violência simbólica e preconceito no espaço escolar.

Para tal, compreende-se que a partir desta busca foi possível checar que a proposta dessa pesquisa é inédita, não necessariamente por se tratar das representações dos docentes mediante ao machismo, mas por mantê-las como foco exclusivo e também pela visão interseccional, da qual visa compreender essa ótica, por diferentes eixos de opressões, raça/etnia, gênero, sexualidade, entre outras.

2. EM BUSCA DE UMA TEORIA SOBRE MANDATOS MASCULINOS, MACHISMO E PATRIARCADO.

Sabe-se que é preciso destacar a importância da teoria, para o direcionamento de um determinado assunto e para essa questão faz-se necessário salientar o que afirma Burawoy (2014):

Sem a teoria, somos cegos: nós não podemos enxergar o mundo. As teorias são as lentes indispensáveis que nós trazemos para nosso relacionamento com o mundo e, por meio delas, dar sentido a sua interminável multiplicidade.[...] (para entender como o mundo funciona, ligando causas e efeitos). (Burawoy, 2014, p.33)

Diane do exposto, é preciso trilhar o caminho daquilo que busca-se

compreender, os quais compõem o mundo, seja físico ou social determinando alguns fenômenos. A priori, para discutir as configurações das relações entre os mandatos masculinos, machismo e patriarcado, é preciso compreender cada um destes termos e como eles se relacionam entre si, se completando ou interseccionando suas relações de poder. Nesse sentido, a fim de entender, far-se-á o caminho inverso ao título, sendo imprescindível compreender o pivô de tudo isso: começando pelo patriarcado. Deste modo, Delphy (2009, p.174) vai nos dizer, que “Patriarcado” vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando) [...] o patriarcado é literalmente a autoridade do pai”. E ainda de acordo com a autora supracitada, a palavra “*pai*” tinha um sentido que difere da atualidade que assimila ao genitor, o termo atribuía-se ao sentido de todo homem que era independente, que possuía autoridade, domínio sobre a família. Que possuía governância sob um território e não a noções ligada à filiação biológica.

Diante disso, é pertinente salientar, que de acordo com Segato¹³:

Em uma perspectiva histórica, é possível pensar que o patriarcado é a forma mais arcaica e básica da desigualdade. Apenas ao compreender esse papel fundamental, de base, da ordem patriarcal em relação a todas as ordens desiguais, ou seja, quando percebemos que se trata da fundação da estrutura e primeira pedagogia de toda desigualdade (Segato, 2022, p. 44).

Pode-se dizer que o patriarcado é a própria política da desigualdade. Em uma ordem primeira, fica evidente que, ainda de acordo com Segato (2022), o patriarcado se esconde por meio de uma máscara de discursos religiosos, bem como da moral, sendo uma ordem política com suas bases judaico-cristãs. Tendo como exemplo a própria gênese, onde a figura de Eva é subjugada pelo pecado, enquanto Adão não sofre essa mesma subjugação. Sendo assim, pode-se, de acordo com Lerner (2019), definir que:

Patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos. (Lerner, 2019, p. 290)

Logo, como a própria autora supracitada deixa em evidência, que as mulheres

¹³ Segato é antropóloga ativista de Direitos Humanos ambientada em sua carreira acadêmica na UnB, Brasil, e suas produções e atuações tem alcance internacional crescente.

não estão totalmente privadas desses direitos. É preciso destacar o que Foucault (1988, p.91) chama atenção dizendo “não há poder sem resistência”. E nessa perspectiva de resistência deve estar elencada na consciência do indivíduo de modo intrínsecos o que Bourdieu (2012) traz em sua obra - A Dominação Masculina, essa dominação não é a-histórica, é passível de um construto histórico que ocorre de modo imperceptível, pois ocorre em pequenos aspectos, que vão se naturalizando, a exemplo disso: pelos ritos, pelos discursos, pelo que é permitido e o que é proibido. E neste contexto, o homem assume a primeira posição, o lugar do comando e a mulher do dominado, daquela que exerce a subjugação das relações de poder.

Concernente a essa dominação masculina, configura-se um machismo o que reforça o patriarcado, até como Lerner (2019, p. 291) vai pontuar em sua definição sobre a essa questão “Machismo define a ideologia da supremacia masculina, de superioridade masculina e de crença que a apoiam e sustentam. Machismo e patriarcado se reforçam de forma mútua”. E ainda de acordo com a autora supracitada é possível mergulhar ainda mais fundo neste temeroso oceano de águas revoltas.

O machismo tem a mesma relação com paternalismo que o racismo tem com a escravidão. As duas ideologias permitem que grupo dominante se convencesse de que estendia benevolência paternalista a criaturas inferiores e mais fracas. Mas o paralelo acaba aqui, pois o racismo fez com que os escravos criassem grupos de solidariedade, enquanto o machismo fez com que as mulheres se dividissem. (Lerner, 2019, p. 291)

Nota-se que o machismo é uma ferramenta de exclusão, ainda mais nefasta que o racismo, porque não permite que aqueles que os sofrem desenvolvam o sentimento de solidariedade para com o outro, pelo contrário, os fragmentam, pois o machismo possui uma estrutura, como afirma Hintze (2020):

O machismo estrutural é um sistema estruturado de controles e opressões que produz, significa, hierarquiza e trata o “**masculino**” como valor fundamental da moral e, em consequência disso, o “**feminino**” como inferior ao “masculino” (em seu desdobramento mais evidentes: a mulher como inferior ao homem, e os demais gêneros como aberrações ou invisíveis). (Hintze, 2020, p. 15)

Além de possuir um processo de construção histórica, conta com uma estrutura e ainda é ligado a uma força maior, logo, se faz essa fortaleza de opressão. E, neste contexto de dominação, exclusão e poder, deve-se destacar o Estado, que nada mais é do que um arcabouço de concentração de poderio, interseccionado em vários eixos de

opressões e marcadores de diferenças, sendo: raça, classe, gênero, territorialidade, colonialidade, entre outros. Consonante Segato (2022, p. 50) dará ênfase ao patriarcado “Porque o Estado, [...] tem um DNA patriarcal, sua natureza é patriarcal, já que constitui o último momento, a última estrutura gerada pela história da masculinidade”. E ao tocar na masculinidade deve-se dimensionar que, de acordo com Connell, Messerschmidt (2013, p. 271) “Masculinidades são configurações da prática que são construídas, reveladas e transformadas ao longo do tempo”. Dessa forma, é imprescindível que seja um produto social. Com isso, mais uma vez fica expresso que o patriarcado é a raiz de todo mal social, pois dele advém a primeira desigualdade que atrelam as demais.

Já no que concerne aos mandatos masculinos seria, de acordo com Segato (2022), uma corporação composta por homens, uma espécie de irmandade, uma fraternidade entre o grupo masculino. Essa corporação masculina deve ser capaz de provar aos seus pares, alguns dos sete poderes que estão adornados a este mandato de masculinidade, sendo os poderes: moral, sexual, intelectual, bélico, político, físico e econômico. A fim de exibir a dominação, por meio da violência como espetáculo, esses mandatos configuram a fase contemporânea do capital. Veja como essa corporação masculina pode ser explicada segundo Segato.

Que a masculinidade tem, em linhas gerais, a estrutura organizacional de uma corporação, assim como são também corporações as máfias, as forças policiais, os grandes conglomerados econômicos, todas as forças militares e o Poder Judiciário. Duas características essenciais confirmam que a fraternidade masculina é uma corporação replicada em outras estruturas de poder e de prestígio: a lealdade ao grupo corporativo é o valor supremo ao qual todos os outros valores estão subordinados, e seu ordenamento interno é estritamente hierárquico e autoritário; (Segato, 2022, p. 101)

É possível notar que as relações de poder se fazem presentes neste contexto, pois a fraternidade masculina auto se sustenta de modo autoritário, a qual está mais alinhada às questões a masculinidade hegemônica, assim sendo:

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico [...], mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legítima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. Homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina. Foi em relação a esse grupo, e com a

complacência dentre as mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia foi mais eficaz. A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão (Connell, Messerschmidt, 2013, p.245).

É por meio da conjuração entre masculinidade hegemônica engendradora a heteronormativa¹⁴ que ocorre a superioridade do homem à mulher, a qual se sustentada pela força, entreando não por meio da violência e sim pela cultura, nas ações, no modo de pensar, contudo, essa maneira hegemônica influencia e desencadeia construtos que se enraízam, os quais fomentam os mandatos masculinos, os quais por sua vez farão uso da força e são violentos. Assim, Segato (2022, p. 100) diz “que o mandato de masculinidade era, portanto, um mandato de estupro”. Até porque, se alimenta de subjugar o feminino, como fica expresso nos estudos da autora supracitada (2022, p. 101) “o grupo corporativo masculino é erigido sobre a cobrança de um encargo feminino por meio da subjugação, o que alimenta a masculinidade de modo regular e atua como seu núcleo”.

Com isso, pode-se compreender o que diz Minayo (2005) ao relacionar machismo e violência como sendo laços perigosos e, em especial, para o gênero feminino. Nesse viés, a autora diz que:

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas. (Minayo, 2005, p.23 e 24)

¹⁴ Uma ordem dominante que trata com regra os interesses, que privilegia o hetero em primeiro patamar e subsequente a mulher naturalizando como uma lei universal rejeitando o que for contrário a essa ordem social, o que é explicada por Bourdieu (2012, p. 146) “[...] uma construção social, uma ficção coletiva da ordem "heteronormativa", que se construiu, aliás, em parte contra o homossexual[...]" em consonância a essa questão é preciso destacar o que diz Ramos e Nicoli (2016, p.185) “A ideologia heteronormativa é o conjunto de ideias, valores e crenças que orientam o comportamento sexual em um dado espaço social, impondo como modelo dominante a heterossexualidade e, conseqüentemente, proibindo e marginalizando outras identidades sexuais como a lesbianidade, a homossexualidade e a bissexualidade. Diante disso Segato(2022) afirma que “[...] A posição feminina declina abruptamente, transformando-se em residual e expulsa do reino do público e político. Na colonial-modernidade, a mulher passa a ser o outro do homem, assim como o negro é reduzido à posição de outro do branco pelo padrão racista, e as sexualidades dissidentes tornam-se o outro da sexualidade heteronormativa. A modernidade inventa a norma e a normalidade, e reduz a diferença à anomalia.” (Segato, 2022, p. 46).

Nesta ordem que perceptua a dominância de ação do masculino sobre o gênero feminino, de fato é uma relação de poder que se naturaliza, configurando uma permissão da violência tornando de fato um laço perigoso.

Esses mandatos masculinos nada mais são do que a união autoritária dos homens, advinda do patriarcado, fortalecido pelo machismo e reafirmado pelos mandatos de masculinidades. Com isso, segundo (Segato, 2022, p. 261) ocorre “A dessensitização é, [...] mandato de violência e da pedagogia da crueldade, uma das formas contemporâneas e permanentes de iniciação masculina. Os homens sofrem um fenômeno que os dessensibiliza e os torna menos capazes de sentir empatia”. É como se perdesse a capacidade de ter bons sentimentos, se tornando cruéis, isso pode explicar o porquê de muitas mulheres serem vítimas em diferentes formas de violência, pois muitos desses homens carregam a dessensitização. Um bom exemplos disso, é o que tem ocorrido na guerra de Israel contra a Palestina, pois de acordo Shirbon e Grzanka (2024, sem p.) em matéria publicada na UOL:

Soldados israelenses têm publicado fotos e vídeos de si mesmos brincando com roupas íntimas femininas encontradas em lares palestinos, criando um registro visual dissonante da guerra em Gaza,[...] Em um vídeo, um soldado israelense senta-se em uma poltrona em uma sala em Gaza, sorrindo, com uma arma em uma das mãos e pendurando roupas íntimas de cetim branco na outra, sobre a boca aberta de um companheiro deitado em um sofá... Em outra publicação, outro soldado está sentado em cima de um tanque segurando um manequim feminino vestido com um sutiã preto e capacete e diz: "Encontrei uma linda esposa, um relacionamento sério em Gaza, uma ótima mulher... Os dois vídeos gravados por soldados israelenses estão entre dezenas de publicações em que as tropas em Gaza são mostradas exibindo lingerie, manequins e, em alguns casos, ambos. As imagens de lingerie foram vistas dezenas de milhares de vezes[...] (Shirbon e Grzanka, 2024, sem p.)

Nota-se que em situações como essas citadas em Gaza, tais soldados sofreram o fenômeno da dessensitização, não basta matar, é preciso exaltar como troféu as roupas íntimas das mulheres, demonstrando a superioridade do poder masculino em razão do feminino.

O que para Santos (2019) todo esse processo de dominação está ligado a um processo que podemos chamar em especial de tripé de opressão de ordem maior: colonialidade, patriarcado e capitalismo. Sendo as epistemologias do sul como alternativas para pensarmos em uma sociedade que desconstruam essas opressões postas e expressas nesta pesquisa, que produza um novo tipo de saber, em contraponto o que já está posto, em especial o saber eurocêntrico sendo que de acordo com o autor

supracitado (p.182) “[...] epistemologias do Sul está também intimamente ligada, como tenho sublinhado, às lutas sociais contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.”

É preciso pensar nesta questão das epistemologias do Sul como uma forma de destituir essa ordem estabelecida, até porque Segato (2022) nos alerta dizendo que:

[...] enquanto existir o patriarcado, não estaremos em uma transição revolucionária. E o que é uma transição revolucionária? É a reorientação da história para uma época mais benigna. Com o patriarcado em vigor, teremos sempre à espreita o embrião da desigualdade, e este germinará e florescerá pelas fendas do processo. Contaminando as boas intenções com sua pedagogia patriarcal, que não é nada além de uma pedagogia da apropriação e da crueldade. (Segato, 2022, p. 259).

Entende-se que para obter uma sociedade que permita paridade à mulheres e homens, faz-se necessário destruir o patriarcado e o machismo, porém não basta apenas isso, visto que é preciso atacar também a colonização com epistemologias anti-coloniais para por fim atacar o capitalismo.

2.1 Alguns debates sobre o machismo junto ao patriarcado em consequência à pedagogia da crueldade.

Já discutido no tópico 2, as relações entre patriarcado, machismo e mandatos masculinos, porém aqui, será tecido um afinamento com mais afinco, sobre patriarcado e machismo, o que resulta a construção do subtópico seguinte, que junto a essa temática faz abordagem a pedagogia da crueldade. Este subtópico tem a pretensão de explicar os termos e como eles se relacionam, assim como exemplificar na prática como ambos, tem atuado recorrente contra meninas e mulheres, nesse processo de dominação, que tem se perdurado ao longo do tempo.

Lembrando que o patriarcado surge primeiro que o machismo, pois de acordo com Segato (2022) é a primeira pedagogia da desigualdade e Lerner (2019) vai pontuar dizendo que:

O PATRIARCADO É UMA CRIAÇÃO HISTÓRICA formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 até ser concluído. A princípio, o patriarcado apareceu como Estado arcaico. A unidade básica de sua organização foi a família patriarcal, que expressava e criava de modo incessante suas regras e valores. (Lerner, 2019, p. 261)

Como expresso no excerto acima, é indubitável que a família configura-se como

a unidade básica para o patriarcado, isso explica essa organização tão sólida que permanece por tanto tempo moldando a sociedade, até porquê a nossa construção enquanto pessoa é marcada pela família de modo inicial e para além. Logo, é imprescindível destacar Castells (1999), que complementa essa questão dizendo que:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, **é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política**, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente. **Não fosse a família patriarcal, o patriarcalismo ficaria exposto como dominação pura e acabaria esmagado pela revolta da “outra metade do paraíso”**, historicamente mantida em submissão. (Castells, 1999, p. 169) **grifos nossos.**

E neste contexto, o patriarcado que tanto tem subjugado mulheres e as demais minorias¹⁵ agindo como medida de opressão para a política de desigualdade, que atua em várias esferas da sociedade como exposto acima, teve sua ascensão com a religião como evidência a autora:

O desenvolvimento do monoteísmo no Livro do Gênesis foi um enorme avanço dos seres humanos em direção ao pensamento abstrato e à definição de fortaleceram e afirmaram o patriarcado. Assim, o próprio processo de criação de símbolos ocorreu de maneira a marginalizar as mulheres. Para estas, o Livro do Gênesis representou sua definição como criaturas essencialmente diferentes dos homens; a redefinição da sexualidade delas como benéfica e redentora apenas dentro dos limites da dominação patriarcal; e, por fim, o reconhecimento de que foram excluídas de poder representar o princípio divino por si próprias. O peso da narrativa bíblica pareceu decretar que, pela vontade de Deus, as mulheres eram incluídas em Sua aliança apenas pela mediação de homens. Este é o momento histórico da morte da Deusa-Mãe e sua substituição pelo Deus-Pai e a Mãe metafórica sob o patriarcado (Lerner, 2019, p. 244).

O patriarcado se firma com a morte da Deusa-Mãe, pode-se dizer que o

¹⁵ Em alusão o que afirma Segato (2022, p.25) O termo minoria é questionado [...] A racialização e a genderização deixam de ser diferenças num ordenamento hierárquico e tornam-se restos, margens do sujeito. Diante disso a autora supracitada diz que minoritarização se encontra em uma lógica hegemônica de poder. Logo que minorias são uma invenção criada pelo humanismo. Tendo uma visão dual, binarista: Homem/minoria, sendo o *Homem* como sujeito universal e *maiorias* como o outro disso.

protagonismo do masculino se consolida a partir desse momento, até porquê a bíblia por ser considerada a palavra de Deus, um Deus-pai (no masculino) como criador de tudo e de todas as coisas, torna-se um narrativa como se fosse uma lei, pois não se contexta a palavra do sagrado. Sem a pretensão de adentrar na questão do mérito da religião, mas sabe-se que a bíblia é uma via de discurso de massificação e que por meio dela as ideias patriarcais podem ter se disseminado ao longo do tempo.

Contudo, precisa-se destacar que o machismo, o qual já foi definido nessa pesquisa, age como uma ideologia masculina de supremacia em relação ao feminino, há a crença que sustenta o ideário que homem é superior a mulher, o que é dito por Lerner (2019), bem como expresso por Guimarães e Marinho (2016, p.174) o machismo é definido como “[...] o comportamento, expresso por opiniões e atitudes, de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, favorecendo e enaltecendo o masculino.”

Diante do exposto, é preciso destacar que o machismo é um preconceito, como fica expresso nos dizeres de Hintze (2020).

O machismo é um preconceito porque é um conjunto de ideias opiniões e sentimentos que são desfavoráveis ao “feminino”, esse conjunto é formado sem conhecimento abalizado, sem ponderação ou mesmo sem razão (moralismo); é igualmente, um sentimento hostil, assumido em consequência da generalização apressada de uma regra naturalizada (a superioridade do “masculino” sobre o “feminino”); e é uma intolerância, pois não permite que nada fora disso floresça. Hintze (2020, p.41)

Entretanto, apesar de ambos se auto-reforçarem, o machismo pode existir sem necessariamente a presença do patriarcado, o que será demonstrado logo abaixo:

É evidente que o machismo pode existir em sociedades onde o patriarcado institucionalizado tenha sido abolido. Um exemplo seria o de países socialistas com constituições que garantem às mulheres igualdade absoluta na vida pública, mas onde as relações sociais e familiares são machistas mesmo assim. (Lerner, 2019, p.291).

Diante desse exemplo, pode-se compreender que as mulheres ainda são subjugadas pelo âmbito familiar, mas na vida pública já estão com seus direitos respeitados. O que nos permite afirmar, que a mulher mesmo livre do patriarcado, ainda está sobre a subalterização do machismo, ou seja, às mulheres continuam em condição inferior. Perante o exposto, Lerner (2019) alerta que:

[...] onde quer que exista a família patriarcal, o patriarcado renasce sempre, mesmo que as relações patriarcais tenham sido abolidas em outros âmbitos da sociedade. [...] o fato é que, enquanto existir machismo como ideologia, as relações patriarcais podem ser restabelecidas com facilidade, mesmo que tenham ocorrido mudanças legais que as proscurem. Sabemos que a legislação de direitos civis é ineficaz enquanto existirem crenças racistas. O mesmo vale para o machismo. (Lerner, 2019, p.291).

É pertinente destacar que o patriarcado se faz presente, como afirma Schneider (2020, p. 30) “[...] o patriarcado é um sistema ainda vigente que designa uma formação social na qual os homens detêm o poder [...]”, atinente a isso Castells (1999, p. 278) afirma que “[...] o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passa bem”. O qual se encontra à todo vapor no período de agora, para a manutenção do capital o que é dito por Segato (2022).

O capitalismo necessita da ordem patriarcal; é isso o que nos mostra com seu ataque fundamentalista. Desmantelar essa ordem seria uma contrapedagogia do poder, demonstraria que é possível eliminar a primeira pedagogia de desigualdade, a ordem de gênero. É muito importante perceber que o capitalismo precisa do patriarcado. Aqueles que projetam sua agenda afirmam que o desprezo pela ordem patriarcal representa uma ameaça a ela. (Segato, 2022, p. 49)

O patriarcado piorou e se tornou mais letal, mais cruel nos últimos tempos. Há ali uma funcionalidade mútua, que motiva a custódia que os setores proprietários exercem sobre a manutenção do padrão de poder patriarcal nesta fase do capital, e o broto fundamentalista que está sendo inoculado no continente. (Segato, 2022, p. 55)

Diante disso, é importante salientar que o fundamentalismo é um ponto que merece destaque para determinar a veracidade do patriarcado nos tempos atuais. O que de acordo com Segato (2022), é uma corrente mais ocidentalizada do Islã, que carrega consigo uma agenda essencialista de reações às opressões do ocidente, que geram subordinação às mulheres, descaracterizando suas lutas. Esse fundamentalismo possui uma característica perigosa, porque se espalha muito rápido, em um curto período, devido ao poder de cooptar as mentes que não angariaram uma consciência política crítica, assim como o campo progressista, é tudo muito proximal do que condenam-se nos países do Oriente Médio.

Dessa forma, Castells (1999, p. 278) explica o motivo em defesa do patriarcado por grupos que quer mantê-los, pois estão diante dos desafios antpatriarcais, para isso estão em defesa dos “[...] valores antes considerado eternos, naturais, e até mesmo de inspirações divina, agora precisam ser defendidos à força nas trincheiras de seu último

bastião e perdem legitimidade nas mentes das pessoas”. Um exemplo de fundamentalismo, se dá pelos novos discursos como evidencia Segato (2022):

[...] circulou um discurso do fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, o bispo Edir Macedo – brasileiro, mas cuja influência na África e na América Latina é enorme –, em que diz ao mundo – e seu dizer é um sermão – que não permitirá que suas filhas estudem para que não sejam intelectualmente superiores aos seus futuros maridos. Isso não fazia parte do discurso cristão até muito pouco tempo atrás. (Segato, 2022, p. 264)

Por meio da religião esses discursos se articulam com a donidade, que de acordo com Segato (2022), é um termo que explica que o mundo de hoje pertence aos senhores, aos quais emanam do poder do capital e eles são os donos do mundo, correspondendo a uma refeudalização do globo. Ainda conforme a autora, a palavra desigualdade já não é capaz de abarcar todo o descalabro e velocidade dos proprietários em negociar as riquezas em nome deste capital. Portanto, donidade e patriarcado se assemelham, pois são regimes que se apropriam dos corpos das mulheres, considerando como donos de mundo, logo visualizam as mulheres como propriedades. Junto a isso, Fraser (2024, p.164) faz o seguinte complemento a essa questão em relação ao capitalismo, dizendo que “Críticos que adotam a visão estreita de capitalismo veem três grandes problemas intrínsecos nele: injustiça, irracionalidade e falta de liberdade”. Fatores esses que aprisionam toda a sociedade em geral, e o feminino em primeira ordem.

Como já dito, que mulheres e homens fazem parte desse processo de dominação patriarcal machista, é importante destacar Safiotti (2015), pois a autora afirma que:

Obviamente, os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que seja uma ideologia¹⁶. Mas eles não estão sozinhos. Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. (Safiotti, 2015, p.36 e 37)

Lembrando que o machismo impacta todas e todos, porém, não da mesma forma. Ao se tratar em especial a partir da dualidade de mulher e homem, tal fenômeno

¹⁶ [...] foi avaliada historicamente como uma forma de falsa consciência que distorce o quadro que temos da realidade social e serve aos interesses da classe dominante de uma sociedade. [...] em outras palavras, a ideologia foi também tratada como criações inevitáveis que são essenciais e funcionam como convenções compartilhadas de significado, a fim de tornar compreensível uma realidade social complexa (Apple, 2006, p. 53-54).

apresenta aspectos diferentes de acordo com o gênero. No caso do masculino alguns aspectos ganham destaque a partir da narrativa do homem provedor, sendo eles: desemprego, impotência, repressão dos sentimentos e emoções e violência.

Os homens, contudo, são os mais afetados, na medida em que sempre lhes coube prover as necessidades materiais da família. E este papel de provedor constitui o elemento de maior peso na definição da virilidade. Homens que experimentam o desemprego por muito tempo são tomados por um profundo sentimento de impotência, pois não há o que eles possam fazer. Além de o sentimento de impotência ser gerador de violência, pode resultar também em impotência sexual. **Há homens que verbalizam preferir morrer a ficar sexualmente impotentes.** Nem neste caso se permite ao homem chorar. Isto consiste numa “amputação”, pois há emoções e sentimentos capazes de se expressar somente pelo choro (Saffiotti, 2015, p.37 e 38) **grifos nossos.**

São fatores negativos impostos aos homens nesta empreitada machista, em que o sexismo os coloca em situações de frustrações, que os mesmos preferem à morte caso fiquem impotentes sexualmente. Logo, as narrativas do machismo, que agem como regra, impõem pessoas ao sofrimento, os quais desejam deixar de existir em situações assim.

Em relação o feminino, Saffiote (2015) também traz importantes afirmações, o que se expressa logo abaixo:

As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. Isto constitui a raiz de muitos fenômenos, dentre os quais se pode realçar o fato de seguros de automóveis exclusivamente dirigidos por mulheres custarem menos, porque, em geral, elas não usam o carro como arma, correm menos e são mais prudentes. (Saffiotti, 2015, p.37)

Deste modo, o machismo age como um fenômeno adestrador, que moldam as pessoas, moldando os gêneros e controlando os corpos, no caso das mulheres e meninas tornando-as dóceis. Termo, que além de ser citada por Saffiotti (2015) em relação à mulher, também é explicado por Foucault (1987, p.163) como “uma teoria geral do adestramento, [...] reina a noção de “docilidade” que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado[...]modelos reduzidos de poder.”

Em poucas palavras pode-se compreender que, moldam a mulher para reduzir seu poder ao molde que ela não se rebelde contra esse sistema. E quanto ao homem seus

poderes em relação as questões hierárquicas aos gênero gosam dessa dominância de poderes em relação ao feminino “a mulher”, dominando-a, inclusive utilizando a violência como dominância, seja ainda que imperceptível e até as mais expressas, que muitas vezes levam mulheres à morte, aniquilando sua existência .

Devido a esses moldes que regem o gênero, os preços de seguros em relação ao uso do carro são diferentes segundo Saffioti (2015) a qual afirma que as corretoras de seguros cobram valores menores de mulheres porque as mesmas “*[...]não usam o carro como arma[...]*” o que nos permite inferir que muitas vezes homens utilizam o carro para uso de transporte assim como as demais, porém apresentando imprudências, assim como se utilizam desse meio como arma, para ferir/matar, inclusive as mulheres, que se tornam vítimas de feminicídios. Um outro exemplo da ação do machismo um pouco impercível, é a violência impercebível contra mulheres de acordo com a autora supracitada (2015, p. 50) é o fato de:

Uma mulher pode sair feliz de um posto público de saúde, tendo esperado quatro horas na fila, estado dois minutos na presença do médico e “ganho” a receita de um medicamento, que seu poder aquisitivo não lhe permite adquirir. [...] poderá considerar este fenômeno uma verdadeira violência.

Logo, situações que tem esse mesmo modo operante, compõe a tessitura social e impactam de diferentes modos o gênero, o que nos remete o conceito, para além da violência física, um sofrimento social.

2. 2 A pedagogia da crueldade, como pedagogia do machismo e seus efeitos.

É oportuno destacar que a ação patriarcal machista, a serviço do capital, é a engrenagem para discutir a pedagogia da crueldade, pois é a partir deles que produzem essa pedagogia, logo uma verdadeira violência perversa. Até porque Castells (1999, p.169) afirma que a “*[...] violência têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo.*” O que está em concordância com Segato (2018), salientando que:

A repetição da violência produz um efeito de normalização de um cenário de crueldade e, com isso, promove nas pessoas os baixos limiares de empatia indispensáveis para o empreendimento predatório. A crueldade habitual é diretamente proporcional às formas de gozo narcísico e consumista e ao isolamento dos cidadãos por meio de sua dessensibilização ao sofrimento alheio. Um projeto histórico dirigido pela meta do vínculo como realização da felicidade transforma-se em projeto histórico dirigido pela meta das coisas como forma de satisfação. (Segato, 2018, p. 11).

O que permite entonar que tudo isso estão juntos como uma teia. Concernente a essa pedagogia, Segato (2018) explica como ocorre sua ação diante dos corpos:

Naturalmente, as relações de gênero e o patriarcado desempenham um papel importante como uma cena prototípica dessa época. A masculinidade está mais aberta à crueldade porque a socialização e a formação de vida do sujeito que terá que carregar o peso da masculinidade o obriga a desenvolver uma afinidade significativa – em uma escala de tempo de grande profundidade histórica entre masculinidade e guerra, entre masculinidade e crueldade, entre masculinidade e estranhamento. entre masculinidade e baixa empatia. **As mulheres são empurradas para o papel de objeto, disponível e descartável**, uma vez que a organização corporativa da masculinidade leva os **homens à obediência incondicional aos seus pares – e também opressores** – e encontra neles as vítimas à mão para dar lugar à cadeia exemplar de comandos e expropriações. (Segato, 2018, p. 13), **grifos nossos**' .

Diante desse processo de dominância, estão todos os corpos, seja feminino ou masculino, porém não da mesma maneira, pois homens são impactados em formação enquanto pessoa pela masculinidade, o qual se torna refém de seus pares e opressores e atinente a isso faz com que as mulheres se tornam meros objetos, os quais podem ser descartados. Mas afinal o que é a pedagogia da crueldade? Segato (2018) nos explica dizendo que:

[...] chamo de pedagogias da crueldade todos os atos e práticas que ensinam, habitam e programam sujeitos para transmutar o vivo e sua vitalidade em coisas. Nesse sentido, essa pedagogia ensina algo que vai muito além de matar, ensina como matar a partir de uma morte desritualizada, de uma morte que não deixa quase nenhum resíduo no lugar do falecido. (Segato, 2018, p. 11)

Perfeitos exemplos da pedagogia da crueldade na atualidade seria de acordo com Segato (2018) o tráfico e a exploração sexual, que agem simultaneamente, o que pode ser explicado como uma alegorias dessa pedagogia cruel. É notável, que quando uma empresa promove empreendimento extrativista se instalando nos campos e pequenas cidades em especial na América Latina, a qual tem como finalidade a produção de mercadorias para abastecer o mercado global, logo precedido a essa empresa se instala bordéis que oferecem os corpos das mulheres como mercadoria. As pessoas são expostas como objeto como se não houvesse alí uma vida, a qual possui sentimentos.

É comum nas aulas de história ouvir de professores/as, que as pessoas eram

vendidas para serem exploradas na era do Brasil colonial e imperial, mas na atualidade com a escravidão remodelada aos moldes do capital, é recorrente ver nos noticiários o tráfico de órgãos, antes se comprava as pessoas para explorar seus serviços e ações, agora vende a própria pessoa, desmembrada, muito similar a um açougue.

Alusivo a isso, é possível compreender a partir de uma matéria divulgada no jornal O Globo (2022) em consonância as revistas “Ela”, bem como a revista a “Gente”, o qual expõe o acontecido com Blanca Arellano Gutierrez. Uma mulher com 51 anos de idade, que ao conhecer o estudante de medicina Juan Pablo Jesus Villafuerte, de 37 anos de idade, por um aplicativo de jogos, estabeleceram um relacionamento amoroso, entretanto ambos residiam em países distintos, Juan no Peru e Blanca no México. Após um período de alguns meses de namoro, Blanca viajou enúmeros quilômetros até chegar ao Peru, para finalmente consolidarem as expectativas de modo presencial desse romance. Entretanto, o que Blanca não imaginava é que após conhecê-lo desapareceria, situação que deixou os familiares intrigados, pois notaram seu sumiço das mídias, sendo assim por meio da polícia peruana pediram ajuda acionando-a, até porque estava em outro país, diante disso ao investigar o caso, conclui que Blanca foi morta pelo namorado e teve partes do seu corpo removidas, o qual após seu sumiço divulgou no TikTok vídeos horríveis com exposição de órgãos da vítima, mas não expunha que era para venda. Logo, a família de Blanca chegou a falar com Juan, via telefone, contudo ele disse, que ela se cansou dele, que pelo fato de não conseguir dar a ela uma vida que almejava, a qual foi embora em busca de passagem para voltar para seu país e havia perdido contatos. Entretanto, o fato de pescadores terem encontrado os restos de um corpo de uma mulher, chamando a atenção das autoridades peruanas, permitindo os investigadores constatarem, que o corpo estava em uma praia, que fica próxima a Universidade Nacional José Faustino Sanchez Carrion, onde Pablo estudava, fez com que a polícia suspeitasse ainda mais. O perito forense certificou, ainda de acordo com O Globo (2022, s. p.), “[...] que os restos e os órgãos da vítima foram removidos por alguém experiente com instrumentos cirúrgicos.” O que resultou na prisão do estudante de medicina, por ser acusado de homicídio e tráfico humano de órgãos.

Veja que diante da expectativa de viver um romance, Blanca foi vítima da pedagogia da crueldade. Pois Segato (2018) explica que:

A sujeição das pessoas à condição de mercadoria imposta à maioria pela precarização do emprego e dos salários, bem como a retomada e expansão do trabalho servil, semiescravo e escravo, também fazem parte do mesmo. A

predação de territórios que até pouco tempo permaneciam como espaços de raízes comunitárias, e de paisagens como inscrições da história, ou seja, como livros de história, para sua conversão em mercadorias pela exploração extrativista nas minas e no agronegócio são facetas dessa reificação da vitalidade pachamâmica. Incluo aqui também a alienação, roubo ou **cancelamento do fluxo do tempo vital, agora enquadrado, aprisionado, pelos preceitos do capital** – competitividade, produtividade, cálculo custo/benefício, acumulação, concentração – que confiscam o fluxo que chamamos de "tempo" em que toda vitalidade está imersa. A pedagogia da crueldade é, então, a que nos habitua a essa dissecação do vivo e do vital, e parece ser o caminho inescapável da modernidade, seu destino último [...] (Segato, 2018 p.12) **grifos nossos.**

Em face dessa anulação dos corpos em especial o da mulher, pode-se destacar mais uma vez ainda como a pedagogia da crueldade, que descarta esse corpos os quais já foram usados até se findarem Segato (2018) vai afirmar que os corpos mortos já não vão mais para o cemitério e sim para o lixão, lembrando que para o lixão não vai o todo do objeto e só aquilo que não tem mais como ser usável e ao elencar como a matéria onde Blanca teve seus órgãos retirados para venda, o que sobrou como lixo foi descartado em uma praia, a qual poderíamos substituir pelo lixão.

Em vista disso, pode-se compreender que a pedagogia da crueldade se dá pelos interesses do capital, onde pessoas se tornam objetos, em especial as mulheres, considerando que sempre virão mais outros corpos para serem explorados. Causando uma falta de empatia social, onde a morte não é suficiente, o medo e a crueldade com esses corpos servem de espetáculo. Entretanto, é importante salientar que a pedagogia da crueldade também perpassa o nosso cotidiano de modo imperceptível, pois existem diversas situações que demonstram a apropriação do corpo feminino, estando presentes por exemplo, na recepcionista escolhida pela boa aparência e/ou na propaganda da cerveja e/ou na reportagem do periódico que exalta o valor da ex-primeira-dama por ser: bela, recatada e do lar. Diante disso, desca-se a composição dos três elementos juntos, usados para definir uma Primeira dama, o que expressam uma mulher sem personalidade ativa, valorizando uma mulher por ser dócil, de corpo disciplinado e apropriada para servir o lar.

A pedagogia da crueldade se expressa como fruto de toda essa egrenagem que sustenta o capitalismo¹⁷, o que ficou expresso ao longo do texto, e diante disso, pode-

¹⁷ “capitalismo” se refere não a um tipo de economia, mas a um tipo de sociedade: uma sociedade que autoriza uma economia oficialmente designada a acumular valor monetarizado para investidores e proprietários ao mesmo tempo em que devora a riqueza não economicizada de todos os demais. Servindo essa riqueza de bandeja às classes empresariais, essa sociedade as convida a se alimentarem de nossas capacidades criativas e da terra que nos sustenta sem a obrigação de reporem o que consomem, nem de

se ir ainda mais além, pois de acordo com Fraser (2024, p. 16), a qual faz uma análise do capitalismo diz que “[...] a metáfora do canibalismo oferece diversos caminhos promissores para uma análise da sociedade capitalista. Ela nos convida a ver essa sociedade como um grande banquete institucionalizado, onde o prato principal somos nós.” Ou seja, capitalismo, com seu mecanismo organizacional, muitas vezes, age como canibalização, consumindo, as pessoas, seus direitos e o bem estar social, como produtos a serem vendidos para angarear lucro, a exemplo disso a mercantilização da água, bem pontuada pela autora supracitada (2024, p.30). Diante disso, Blanca Arellano Gutierrez não foi apenas vítima da pedagogia da crueldade e, sim, de um sistema que Frase (2024) trata como Capitalismo canibal.

Logo, o cotidiano traz inúmeras possibilidades de evidenciar como o machismo está naturalizado em nas relações sociais fomentando situações como essas citadas, ou não, as quais nem sempre se percebe, entretanto, alimenta a violência contra a mulher, imputando no feminino uma temerança asseverada.

3. DELINEANDO A COLETA E O QUE OS QUESTIONÁRIOS E DIÁRIO DE CAMPO APONTAM SOBRE O MACHISMO.

A fase para coleta de dados se deu por meio do preenchimento de um questionário, o qual compõe-se por onze questões, classificadas em sete fechadas, que não permitem dimensionar questões socioeconômicas e três questões abertas, as quais permitem compilar como os professores pensam sobre a temática do machismo.

O tempo para aplicação do questionário ocorreu durante o percurso de duas semanas, sendo dez profissionais com diferentes perfis escolhidos a partir da convivência diária no ambiente escolar. Nestes perfis configuram-se a sexualidade, tempo de atuação, religiosidade, formação acadêmica, conseqüentemente contemplou um professor e nove professoras. Esses/as professores/as atuam na instituição de ensino Professora Maria Luiza Corrêa Machado pertencente à rede municipal de ensino, na cidade de Paranaíba MS.

Segue aqui a amostra das questões fechadas que tipificam informações pessoais/profissionais dos/as professores/as.

repararem o que danificam. E essa é a receita do problema. Assim como o Ouroboros que come a própria cauda, a sociedade capitalista está pronta para devorar sua própria substância. Verdadeiro dínamo de autodesestabilização, precipita crises periódicas enquanto consome rotineiramente as bases da nossa existência. (Fraser, 2024, p. 16 - 17)

Quadro 2 – Dados relevantes dos professores/as atuantes na escola municipal Professora Maria Luiza.

Nome	Idade	Raça\etnia	Gênero	Religião	Nascimento local	Grau de estudo	Tempo de docência
P.1	59 anos	branco	Feminino	espírita	São Paulo, residente em Paranaíba há 35 anos.	pós-graduação	33 anos
P. 2	44 anos	preto	Feminino	evangélica	Paranaíba	pós-graduação	12 anos
P. 3	42 anos	preto	Feminino	não possui	Penápolis, residente em Paranaíba há 11 anos.	mestrado	8 anos
P. 4	54 anos	branco	Feminino	católica	Paranaíba	pós-graduação	23 anos
P. 5	35 anos	branco	masculino	não possui	Paranaíba	pós-graduação	10 anos
P. 6	27 anos	pardo	feminino	espírita	Cassilândia, residente em Paranaíba há 6 anos.	pós-graduação	3 anos
P. 7	24 anos	pardo	feminino	católica	Paranaíba,	pós-graduação/ mestrado em andamento	3 anos
P. 8	37 anos	preto	feminino	católica	Campo Grande, residente em Paranaíba há 3 anos.	pós-graduação	14 anos
P. 9	38 anos	branco	feminino	não possui	Cassilândia, residente em Paranaíba há 4 anos.	pós-graduação	13 anos
P. 10	42 anos	branco	feminino	evangélica	Campo Grande, residente em Paranaíba há 4 anos.	pós-graduação	17 anos

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados oriundos do questionário estruturado.

No que se refere em especial o conteúdo das mensagens das questões abertas, faz-se necessário categorizá-las, interpretá-las a partir das especificidades metodológicas de análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2011) como já demonstrado na sessão que faz incursões metodológicas. Essas mensagens se referem às seguintes perguntas:

1. O que você entende por machismo?
2. Você já identificou algum traço de machismo na escola? Caso a resposta

seja positiva, dê exemplo e como lidou com essa questão, assim como a escola..

3. Como diminuir a ocorrência do machismo através da educação escolar?

Essas questões deram origem às seguintes categorias de análises: Categoria 1: Representação sobre o machismo em olhares docentes. Categoria 2: Detecção e representação na ambiência escolar. Categoria 3: Estratégias para diminuição do machismo. Com isso é possível identificar previamente o que o público de professores, compreende o conceito do que é machismo, expressa representações mediante o machismo, contudo nem todos conseguem correlacionar essas representações na ambiência escolar, levando em consideração o grupo que não identificou o machismo na ambiência escolar, ainda assim foram capazes de demonstrar estratégias que visam diminuir a ocorrência do machismo por meio da educação escolar, podendo tipificar um paradoxo.

3.1 Categoria 1: Representações sobre o machismo em olhares docentes

A categoria 1 visa analisar como os/as professores/as compreendem o machismo, como é a representação do machismo para esse público, pois de acordo com Moscovici (2003, p. 86) “[...] compreender melhor a relação que se estabelece entre o comportamento humano e as representações sociais, [...] e considerar, conjuntamente, os afetos, as condutas, os modos como os atores sociais compartilham crenças, valores, perspectivas futuras e experiências afetivas e sociais”. Assim, sabe-se que o posicionamento de uma pessoa pode convergir com o processo histórico que compõe a sua realidade, pois de acordo com Chartier (1990, p. 16 e 17) “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Ademais, Silva (2000) afirma que as representações se dão mediante sistema de significações que projeta sentido, de via que se liga às relações de poder e que isso constrói a identidade. Nesse viés, Chartier (1990, p.17) também afirma que “[...] investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação [...]”.

E nessas perspectivas, a análise da categoria 1, se dá mediante as respostas da pergunta intitulada: o que você entende por machismo?

Destarte, dentre as dez respostas, foi possível analisar que o grupo de

professores/as apresenta representações claras sobre o que é machismo. Contudo ainda é preciso pontuá-las, fazer algumas ressalvas nas abordagens, o que realizar-se-á no decorrer da escrita. Em relação ao conteúdo das respostas que evidenciam a compreensão sobre o machismo destaca-se da seguinte forma:

P.1 [...] Opiniões emitidas tanto por homens como mulheres quanto à preponderância em ter como regra, a diferenciação de ações determinadas como o homem sendo superior ou impor suas atitudes por força, palavras e ações. Se coloca como dono, posse.

P.2 [...] É a pessoa acreditar que homens e mulheres têm papéis diferentes na sociedade colocando o homem em uma posição de superioridade.

P.3 [...] Toda ação verbal, psicológica, física em que o indivíduo do gênero feminino seja inferiorizado, e ou denegrado perante, diante do indivíduo do gênero masculino.

P.4 [...] São atitudes ou situações que favorece positivamente o sexo masculino.

P.5 [...] Conjunto ideológico subjuga a mulher em todos os aspectos da vida; que lhe tira o direito de viver em sociedade de forma plena.

P.6 [...] Alguns homens se veem como se a mulher fosse obrigada a fazer tudo os afazeres de casa e outras coisas. Muitos homens não podem ajudar nos serviços domésticos porque são muito machistas e falam que é obrigação das mulheres.

P.7 [...] Todo e qualquer atitude ou o julgamento que inferiorize a pessoa simplesmente por ser do gênero feminino, a diferenciação entre indivíduos com intenção de diminuir, pelo feminino.

P.8 [...] Quando o homem se sente superior pelo fato de ser homem (apenas).

P.9 [...] O ato de subestimar a capacidade do outro em solucionar ou realizar atividades ou problemas cotidianos; o ato de diminuir, desprezar, limitar fragilizar o outro.

P.10 [...] O machismo ao meu entender é a excesso de masculinidade e diminuição da igualdade de direitos de gênero.

Para afunilar a análise do conteúdo das respostas das professoras e do professor destacam-se alguns termos e palavras que estão organizados no quadro abaixo, sendo eles.

Quadro 3 – Demonstração de termos frasais, para a representação do machismo.

Professores/as	Termos\ parte de uma oração	Palavras pertinentes
P.1	[...] o homem sendo superior ou impor suas atitudes por força, palavras e ações[...]	Homem, superior, força, impor.
P.2	[...] acreditar que homens e mulheres têm papéis	Homens, mulheres, superioridade.

	diferentes [...] homens em uma posição de superioridade.	
P.3	[...] em que o indivíduo do gênero feminino seja inferiorizado, [...]	Inferiorizado, gênero, feminino.
P.4	[...] atitudes ou situações que favorece positivamente o sexo masculino.	Favorece, positivamente, masculino.
P.5	Conjunto ideológico subjuga mulher[...]	Ideológico, subjugar, mulher.
P.6	Alguns homens se vêem como se a mulher fosse obrigada a fazer todos os afazeres de casa e outras coisas[...]	Homens, machista, serviços domésticos, mulheres.
P.7	[...] julgamento que inferiorize a pessoa simplesmente por ser do gênero feminino, [...]	Inferiorize, gênero, feminino.
P.8	[...] homem se sente superior[...]	Homem, superior.
P.9	subestimar a capacidade do outro[...], diminuir, desprezar, limitar e fragilizar o outro.	Subestimar, desprezar, limitar e fragilizar.
P.10	[...] o excesso de masculinidade e diminuição da igualdade de direitos de gênero.	Machismo, masculinidade, igualdade, gênero.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados oriundos do questionário estruturado.

Os termos frasais em destaque no quadro 3, vão ao encontro com a perspectiva de alguns estudiosos, pois no tocante os docentes mencionaram as palavras, que configuram na aba palavras pertinentes, ainda do quadro 3, os mesmos possuem similaridades, como a afirmativa de Lerner e Hintze. Nesse sentido, para Lerner (2019), a definição do machismo se dá mediante crenças, pela superioridade masculina, quando se estabelece de forma ideológica a supremacia masculina, de forma que esses segmentos se sustentam apoiados nessa estrutura. Em razão de disso, vale ressaltar que o machismo é estrutural e, por isso, se torna tão latente na tessitura social, pois Hintze (2020) afirma que:

Entendemos que o **Machismo é estrutural**, pois os mais diversos aspectos da vida social e subjetiva são encharcados/impregnados por seu paradigma. No **espaço social**, o poder está estrutural hegemonicamente colocado na mão de “alguns” homens [...] quando falamos “homens”, via de regra temos: homens masculinos, brancos, de comportamento (ao menos aparentemente) heteronormativo, adulto e base moral calcada em religião monoteísta. (Hintze, 2020, p.16)

Consoante a essa engrenagem estrutural, ainda de acordo com Hintze (2020) há uma normatização da produção da moral, hierarquização dos valores que correspondem masculinos e femininos e a naturalização desse processo machista, colocando os gêneros apenas em uma ordem, em uma posição “masculino superior” e “feminino inferior”. É pertinente salientar que as palavras: subestimar, desprezar, limitar, fragilizar e subjugar, não estão expressas na escrita dos estudiosos supracitados, mas

elas fazem sentido quando se olha para o termo inferior, termo este que se faz presente na fala do autor. Considerando que tais palavras fazem parte deste processo de diminuição feminino.

A partir da resposta da P.1, destaca-se os trechos em grifos nossos, “*Opiniões emitidas tanto por homens como mulheres quanto à preponderância em ter como regra, a diferenciação de ações determinadas como o homem sendo superior ou impor suas atitudes por força, palavras e ações. Se coloca como dono, posse*”. Quando a professora menciona o termo “opiniões”, infere-se que a sua compreensão sobre o machismo, se dá tanto pelos homens quanto pelas mulheres, sendo que elas estão inseridas nesse construto, o qual expressa o machismo, ou seja, mulheres também podem reproduzir o machismo, logo ser machista, o que parece ser um pouco eloquente, um verdadeiro paradoxo. Todavia, pode ser explicado a partir dos estudos de Lerner (2019).

Há milênios as mulheres participam do processo da própria subordinação por serem psicologicamente moldadas de modo a internalizar a ideia de própria inferioridade. A falta de consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas. (Lerner, 2019, p. 268)

Ainda de acordo com Lerner (2019), no processo de construção social, por meio da hegemonia dos homens, simbolicamente as mulheres não tinham história, com isso elas interiorizam essa representação, o que prejudicou tal gênero. O que ocorre, é que a história das mulheres foi ocultada aos moldes sociais.

Em alusão ao excerto “*Se coloca como dono*”, o qual se refere ao homem, faz jus às contribuições de Segato (2022), pois deixa evidente que na atualidade, as questões patriarcais permeadas pelo machismo se fortalecem a partir do interesse do capital, o homem se sente o dono do globo, sendo assim também das mulheres. Pois as mesmas fazem parte desse mundo que reverbera a posse pertencente ao homem.

Faz-se necessário considerar que em concordância com as representações de alguns/algumas professores/as, tanto o gênero quanto sua posição na perspectiva do machismo aparece aqui, de forma dicotômica e binária estabelecida pela heteronormativa, pois está expresso nas respostas: P.1, P.2¹⁸ e P.3, trazendo

¹⁸ Verificou-se por meio de aferição na plataforma do Google que a resposta P.2 foi pesquisada nesta plataforma e transcrita para o questionário, abrindo margem para duas hipóteses: a primeira hipótese seria que a professora desconhece essa representação mediante o que é machismo e a segunda hipótese seria, que por não se sentir preparada para responder, ou seja, não ter uma precisão sobre a temática abordada

“homens/mulheres”, “gênero masculino/gênero feminino”. Para Bourdieu (2012) é por meio desse sistema de dicotomia e binarismo que hierarquiza e se naturaliza as construções sociais, pois não ocorre por imposição física, mas nos pensamentos, os quais se estabelecem de modo sutil, imperceptível colocando-as em dois pólos distintos entre o que é dominante estando o masculino em evidência e o que é dominado, subalternizando o feminino, o que se torna *habitus*,¹⁹ logo vira regra ser seguida. Isso fica explícito na resposta da P.4 - *São atitudes ou situações que favorece positivamente o sexo masculino*. Ao citar “favorece positivamente” infere-se o homem como superior.

A ordem dominante de acordo com Bourdieu (2012, p. 146) se apresenta como “[...] uma construção social, uma ficção coletiva de ordem heteronormativa, que se construiu, aliás em parte contra o homossexual [...]”. Nesse âmbito de dominação é tipificado com ordem, sendo assim de acordo com Butler (2003, p. 57) “a unidade de gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade de gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de reprodução excludente”. Com isso, reitera-se que ambos os autores concordam que nesta reprodução excludente se encontra a mulher - o feminino, assim faz morada uma ordem hetero, reverberando o machismo.

Deve-se considerar que os termos presentes nas quatro primeiras respostas como: *homem, homens, superior, superioridade, impor, força, favorece positivamente, masculino e inferiorizado, feminino, mulher e mulheres*. Se explica tais representações para compreensão dos/das professore/as, por via do androcentrismo, que para Moreno (1999):

O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo. É precisamente esta metade da humanidade que possui a força (os exércitos, a polícia), domina os meios de comunicação de massas, detém o poder legislativo, governa a sociedade, tem em suas mãos os principais meios de produção [...] (Moreno, 1999, p.23).

Mesmo que as mulheres tiveram avanços significativos, tanto na ciência quanto

utilizou-se da plataforma para responder com firmeza, aquilo que pode não estar claro para si.

¹⁹ Para Bourdieu (1966, p. 21-22) O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que reproduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida onívoro, isto é, em um conjunto onívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.

no mercado de trabalho, ainda assim homens são a maioria dos lugares de comando a exemplificar isso se dá pelo quantitativo de mulher na política, pois de acordo com as estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, IBGE (2021, p. 09) salienta que “No Brasil, 62,6% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens e 37,4% pelas mulheres, em 2019.” Diante disso, destaca-se como androcentrismo também se faz presente na naturalização dos critérios que moldam gênero na sociedade, nas questões de papel e valor, pois de acordo com Parisoto e Favoreto (2022):

[...] apesar do desenvolvimento técnico-industrial ter ampliado o campo de trabalho da mulher, manteve-se a representação androcêntrica, a qual, de forma objetiva e/ou subjetiva, escreveu contornos no comportamento e no trabalho da mulher; assim foram se naturalizando os critérios da definição das expectativas do papel e do valor do gênero na sociedade. (Parisoto e Favoreto, 2022, p. 171):

Tanto os dados acima apresentados pelo IBGE (2021), como as afirmativas de Parisoto e Favoreto (2022), demonstram que há um caminho árduo para se trilhar para desconstruir o androcentrismo, o qual pode-se considerar como parte desse processo machista.

No registro da resposta P.6, o binarismo também se faz presente, como foi citado em outras respostas, mas o que chama atenção ao analisar o conteúdo dessa resposta, é o fato dessa professora compreender o machismo um pouco mais voltado para o contexto do privado, do espaço doméstico como fica nítido em seu registro, [...] *Alguns homens se vêem como se a mulher fosse obrigada a fazer todos os afazeres de casa e outras coisas. Muitos homens não podem ajudar nos serviços domésticos porque são muito machistas e falam que é obrigação das mulheres.*

Essa maneira de representação vai na direção de aquilo que Bourdieu (2012, p.138) afirma “[...] creio eu que, a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira indiscutível e não só através do recurso da violência física o princípio da perpetuação das relações de forças materiais e simbólicas[...]”. Sendo assim, deve-se considerar que no espaço doméstico há de fato a dominação masculina, um machismo latente e condicionante, pois configura-se a partir do privado, o espaço da invisibilidade da mulher e do feminino. Pois Louro (1997) aborda essa questão:

A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito

[...] É preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o "verdadeiro" universo da mulher [...] (Louro, 1997, p.17).

E, na esfera de dominação, ao construir historicamente, o espaço doméstico despolitizado e como universo da mulher, se explica porque o trabalho do cuidar não é remunerado, situação citada por Parisoto e Favoreto (2022, p. 180), as quais afirmam que “[...] mulheres são normalmente as responsáveis pelo cuidado dos doentes da casa, mesmo quando trabalham externamente, pois o cuidado ainda é considerado uma função da mulher. Assim, é mais uma sobrecarga de trabalho invisível e não remunerado [...]”, sendo de obrigação da mulher, geralmente ausentando o homem dessas obrigações, pois o homem é visto como não dentro do universo doméstico, mas como controlador do mesmo. E isso se explica o termo “*ajudar*”, usado pela P.6 como forma de representação explicativa do que seria o machismo de acordo com sua visão, entretanto, pode-se inferir que a profissional apesar de fazer uma representação que de fato configura o machismo, não consegue perceber que este termo reforça o discurso de que os afazeres domésticos de fato é normatizado com um universo feminino. Até porque o uso desse termo “*ajudar*”, desresponsabiliza o homem do trabalho doméstico. E quando o faz é visto como um homem bom e não como obrigação como ambos vivente de um mesmo espaço.

Nessa vertente, o movimento feminista é uma ferramenta que corrobora para a desconstrução desse construto machista de invisibilidade da mulher, mesmo que esse processo seja lento e gradual, pois ainda de acordo com Louro (1997, p. 17) “Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas [...] inclusive como sujeito da ciência”. Nota-se que, no decorrer do tempo, a mulher foi ocupando espaços no mercado de trabalho, na universidade e, protagonizando esferas que outrora pertencia apenas aos homens, o que nem sempre foi uma linha do tempo contínua. Entretanto, o serviço doméstico ainda é visto como espaço da mulher, seja mulher esposa ou moradora do lar, condicionando esse papel para as filhas ou a uma funcionária contratada, também em sua grande maioria do sexo feminino.

Diante deste cenário, é possível compreender o que afirma Parisoto e Favoreto (2022, p. 173) “[...] associada a uma cultura machista, impôs a mulher contemporânea uma dupla[...] jornada de trabalho [...] Em decorrência desses papéis construídos e reforçados culturalmente, há uma extrema sobrecarga de trabalho no espaço público e privado[...]”. Jornada esta, que pode ser melhor compreendida por Schneider (2020, p.

26) que faz as seguintes afirmativas:

Desde que temos a compreensão de que as mulheres são sujeitos-trabalhadoras é consenso o uso do termo “dupla jornada de trabalho”, e ele representa o trabalho realizado em duas esferas em um mesmo dia ou semana: 1) a doméstica, que envolve os trabalhos de cozinha, de limpeza, de lavanderia e de cuidado de crianças, idosos e doentes e 2) aquela realizada no espaço público e/ou considerada produtiva e geradora de valor econômico, mercantil. As duas esferas são, geralmente, consideradas distintas e até opostas na sociedade atual, na qual o trabalho assalariado tem um papel central e o doméstico um papel invisibilizado ou romantizado. (Schneider, 2020, p. 26)

Vale destacar que a duplicidade da jornada feminina se manifesta em duas esferas: no âmbito doméstico (privado) e no espaço produtivo, gerador, fora do doméstico (público). Essa divisão resulta em uma carga adicional para o corpo feminino, gerando desgaste, conforme aponta Saffioti. No ambiente privado, essa jornada é romantizada e invisibilizada, enquanto no espaço público, é mercantilizada para perpetuar a ordem machista patriarcal. Saffioti (1976, p.30) explica que “[...] Sua força de trabalho ora se põe no mercado como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso [...]”. Assim, ao analisar a divisão sexual do trabalho de forma interseccional e considerar outros condicionantes, Schneider (2020) afirma que:

[...]essa abertura amplia a nossa visão das jornadas de trabalho, não somente como “dupla jornada”, **mas como múltipla jornada de trabalho**. Nossa hipótese é a de que as jornadas de trabalho, pensadas com as perspectivas históricas feministas do patriarcado, do racismo, do capitalismo e da colonização, tornam-se muito mais do que duas, dependendo da diversidade e da desigualdade das mulheres. Queremos demonstrar, portanto, que essa divisão sexual, racial e social do trabalho é injusta, violenta e opera contra a liberdade das mulheres e das pessoas em geral. Refletiremos pelo menos **seis jornadas de trabalho: 1) a reprodutiva e de cuidado; 2) a produtiva; 3) a militante e/ou política; 4) a pedagógica; 5) a sexual e 6) a emocional**, que é transversal a todas as demais e é uma sobrecarga de emoções. Analisamos, com a caracterização das jornadas, que a diminuição da violência contra as mulheres depende de suas libertações das múltiplas jornadas impostas às suas vidas pela divisão social, racial e sexual do trabalho e isso exige transformações sociais, políticas e econômicas revolucionárias. (Schneider, 2020, p. 26) **grifos nossos**.

Em observância as múltiplas jornadas que perpassam o gênero feminino em especial a mulher, pode-se dizer que é de suma importância o ganho feminino no âmbito de conquista do espaço de trabalho na sociedade, bem como em espaços de poder, os quais foram excluídos das mulheres ao longo do tempo. Entretanto, a mulher ainda

continua presa aos afazeres do lar, junto às demais jornadas, o que consolida uma sobrecarga, como já dito. O que permite inferir que subiram-se alguns degraus da democracia, bem como no processo de emancipação, contudo não houve evolução social, pois a mulher se sobrecarregou e o homem continua no seu mesmo espaço, na zona de conforto. O que pode ser representado como uma situação paradoxal, o que ainda favorece o machismo.

Diante disso, desse engendramento social, onde ocorre a divisão sexual do trabalho que acaba por aprisionar socialmente o gênero feminino em desfavor ao masculino é pertinente destacar os dizeres de Fraser (2024), que menciona essa forma de organização, a qual favorece um capitalismo promovedor da canibalização dos direitos de um grupo social, trazendo aqui o termo canibalização na sua forma mais abstrata, o qual refere-se à privação destes direitos.

[...] a divisão entre reprodução social e produção de mercadorias é estruturalmente central para o capitalismo e, de fato, um artefato do sistema. Como inúmeras teóricas feministas já destacaram, essa distinção tem uma profunda marca de gênero, sendo a reprodução associada às mulheres e a produção aos homens. Historicamente, a separação entre trabalho “produtivo” remunerado e “reprodutivo” não remunerado sustentou as formas capitalistas modernas de subordinação das mulheres.[...] Neste caso, o que se estilhou foi um mundo em que o trabalho das mulheres, embora distinto daquele dos homens, não deixava de ser visibilizado e reconhecido publicamente como parte constituinte do universo social. Com o capitalismo, em contraste, o trabalho reprodutivo é cindido, relegado a uma esfera doméstica “privada” e separada, onde sua importância social fica obscurecida. Neste novo mundo, onde o dinheiro é o meio primordial do poder, o fato de não ser remunerado ou ser mal remunerado confirma a questão: aquelas que realizam esse trabalho ficam estruturalmente subordinadas àqueles que ganham os salários na “produção”, mesmo que seu trabalho “reprodutivo” também forneça as condições necessárias para o trabalho assalariado. (Fraser, 2024, p. 28)

Em relação a forma como o capitalismo potencializa o universo do trabalho entre os gêneros, opera de modo a canibalizar grande parte dos direitos do universo feminino, ampliando ferozmente a desigualdade.

É possível mediante a essa análise notar que a P.6 menciona junto esse universo doméstico como visão de obrigatoriedade da mulher outro termo que deve ser observado, “*e outras coisas*”, essa expressão fica ao entendimento de modo subjetivo, contudo indica que na perspectiva dela enquanto mulher e professora existem mais situações dentro desse espaço doméstico que produz subalternização. Mediante a essa expressão pode-se inferir que o cuidado dos filhos e demais familiares também fica aos

cuidados da mulher, bem como as mesmas estão suscetíveis aos mais diversos tipos de violência, seja sexual, psicológica, patrimonial, moral e física.

É a partir dessas violências que houve a necessidade criação e atuação da Lei n. 11.340, que traz consigo o nome de Lei Maria da Penha, a qual fora sancionada em 7 de agosto de 2006, para coibir a violência doméstica, que em suma maioria ocorre em desfavor à mulher, apenas pelo fato de ser mulher, o que é compreensível como machismo. Nesses casos é o fator preponderante de causa, que muitas vezes leva a mulher à sentença de morte, atingindo assim o ápice da crueldade machista, mais conhecido como feminicídio. Para validar esses dizeres compreende-se que:

A Lei 11.340 é voltada ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher. Ainda que não abranja as violências sofridas em âmbito público, a lei é um importante instrumento na defesa das mulheres, eis que é no **espaço privado a maior incidência de violência contra a mulher.**[...] Acreditamos que a mobilização de grupos de mulheres, como ocorreu no caso Maria da Penha, tenha o poder de levar o debate sobre a desigualdade de gênero à sociedade, levando a mudanças legais. A exemplo, analisemos a legislação relativa aos crimes sexuais. Em relação à violência sexual, apenas no século XXI, o direito penal brasileiro reconheceu o status de sujeito às mulheres, com manifestação própria da sexualidade e direitos iguais aos dos homens. A legislação penal, além de garantir à mulher o direito de dispor de seu corpo da maneira que quiser, sem ter seu modo de vida ou suas escolhas postos em questão em eventuais processos por violência sexual sofrida, reconheceu aos homens a possibilidade de ser vítima de crime sexual. Nesse sentido, no ano de 2001, o assédio sexual (sofrido por ambos os sexos) passou a ser considerado um crime e, no ano de 2005, eliminou-se a classificação das mulheres (virgem e honesta) – com a revogação dos artigos que previam os crimes de sedução e rapto – e modificaram-se os sujeitos passivos dos tipos de penais (de “mulher” para “alguém”, “pessoa”). A última mudança na legislação brasileira sobre crimes sexuais é datada de 2009 (Lei no. 12.015), quando se reconheceu que esses crimes não ferem o pudor, mas sim os sujeitos. Os crimes sexuais deixaram de ser contra os costumes, passando a ser contra a liberdade sexual. Com a nova legislação, o estupro passou a abarcar também os atos libidinosos, reforçou-se a proteção dos menores e incapazes e reprimiu-se mais fortemente o tráfico sexual. Uma importante alteração está relacionada à ação penal, que passou a ser pública. A violência sexual deixou de ser um problema privado. Destacamos, por fim, a Lei 13.104/2015, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o inclui no rol dos crimes hediondos. De acordo com a Lei, **feminicídio é matar mulher em razão da condição de sexo feminino (por violência doméstica e familiar e/ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher)**. Em termos de punição, poderíamos dizer que não há uma mudança significativa, eis que o homicídio contra uma mulher em razão da condição de sexo feminino já se enquadraria em outras qualificadoras (motivo torpe ou motivo fútil). Porém, há uma importância prática – com a Lei 13.104 a tese de legítima defesa da honra já não pode ser sustentada, eis que a tese violaria o dispositivo legal. (Souza, 2016, p.158 - 159) **grifos nossos.**

Mediante as questões supracitadas, é possível notar que até a Lei Maria da Penha

se consolidar, houve um processo de construção chegando a mesma para validar uma Lei que de fato garantisse com maior amplitude esse fato de dominação masculina, esse processo de construção permanece. Assim, é pertinente destacar que ainda no ano de 2023 o Supremo Tribunal Federal teve que julgar questões do uso da tese da legítima defesa da honra, que apesar de não ser procedente, estava sendo utilizada por alguns juristas para justificar crimes cometidos contra mulheres. Como fica evidente:

Por unanimidade dos votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o uso da tese da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres. O julgamento do mérito da matéria, objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779, foi retomado na sessão plenária desta terça-feira (1º), em que a Corte deu início às atividades do segundo semestre de 2023.

Princípios violados

A tese da “legítima defesa da honra” era utilizada em casos de feminicídio ou agressões contra mulher para justificar o comportamento do acusado. O argumento era de que o assassinato ou a agressão eram aceitáveis quando a conduta da vítima supostamente ferisse a honra do agressor.

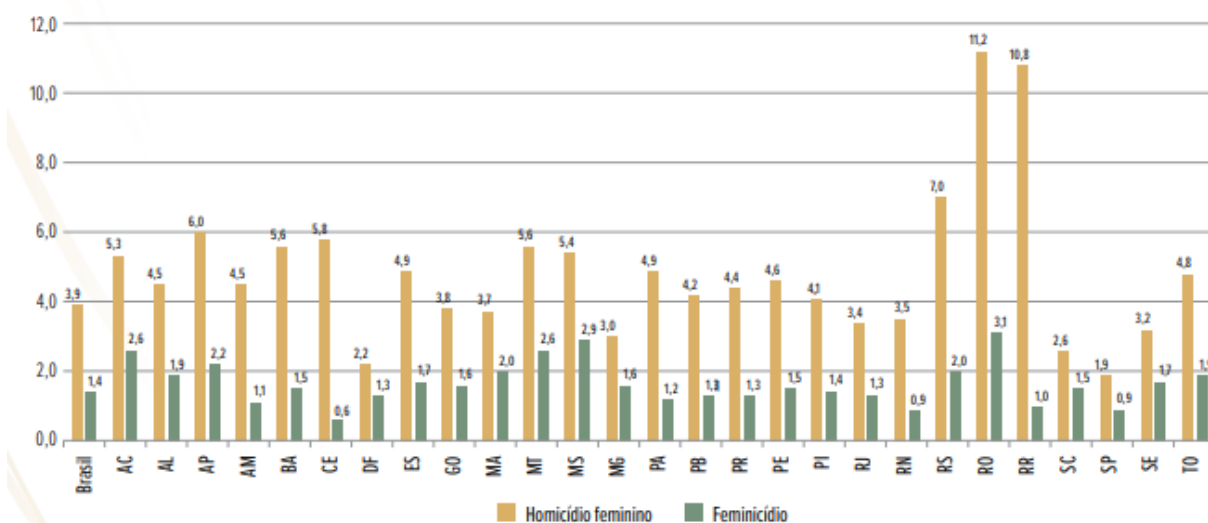
No julgamento, o Plenário seguiu o relator, ministro Dias Toffoli, pela procedência integral do pedido apresentado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) na ação, firmando o entendimento de que o uso da tese, nessas situações, contraria os princípios constitucionais da dignidade humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero. (Supremo Tribunal Federal²⁰, 2023)

A partir das medidas propostas pelo STF para minimizar a desigualdade de gênero, fica evidente que a luta pelo enfrentamento ainda é árdua. Desse modo, o construto machista, e conseqüentemente patriarcal, como enfatizado por Lerner (2019), é uma força dominante. Nesse viés, Segato (2022) afirma que o patriarcado é a primeira pedagogia que se configura como desigualdade. O processo de luta é contínuo, uma vez que o machismo está estruturado, como já mencionado anteriormente no texto, e enraizado na mente das pessoas. Mesmo com todo esse enfrentamento, ainda há índices que comprovam a existência de um problema latente nessa conjuntura social, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico nº 1

²⁰ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511556&ori=1>. Acesso em: 20 jan. 2024)

Taxas de homicídios feminino e feminicídios UF's, Brasil, 2022

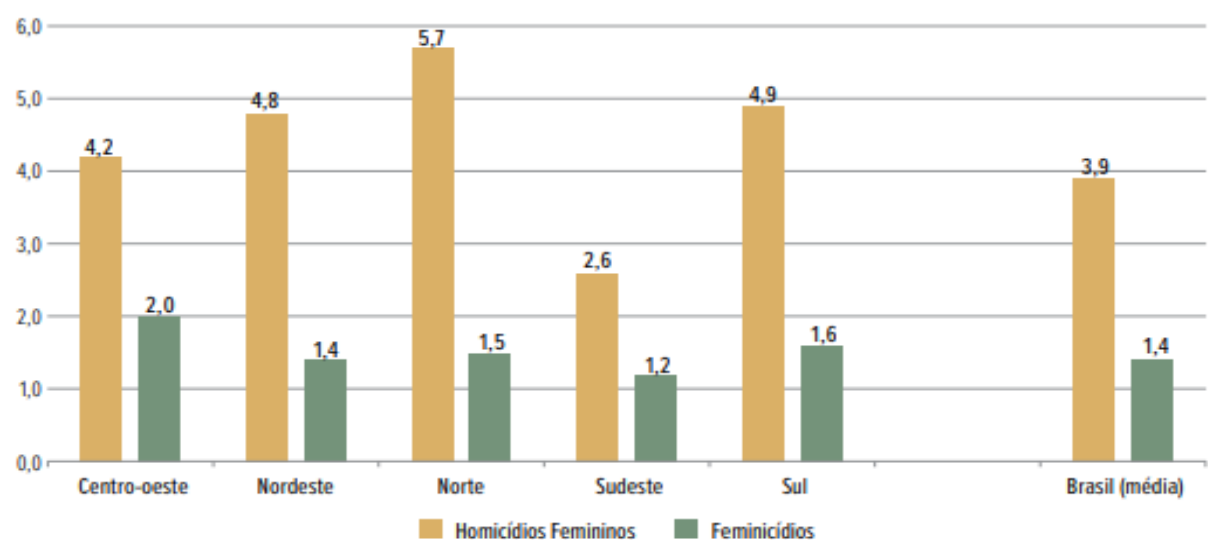


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação - IBGE, realizadas por meio de interpolação linear; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: Retirado do 17º Anuário de Segurança Pública, gráfico 32, (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p.141).

Gráfico nº 2

Taxas de homicídios feminino e feminicídios, por região Brasil, 2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação - IBGE, realizadas por meio de interpolação linear; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: Retirado do 17º Anuário de Segurança pública, gráfico 33, (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p.141).

Por meio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), 17º anuário de segurança pública aponta que em concordância com os dois gráficos acima, que:

O recorte das taxas por região evidencia a maior taxa de homicídios femininos na Região Norte, com 5,7 casos para cada 100 mil mulheres,

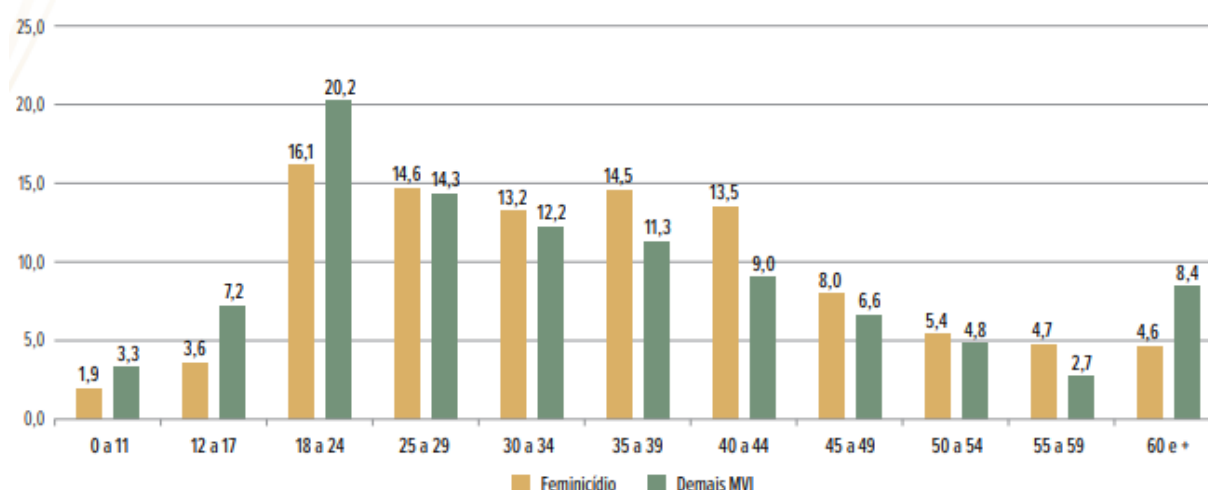
enquanto a média nacional reside em 3,9 por 100 mil. Já para os feminicídios, a maior taxa foi verificada na Região Centro-Oeste, com 2,0 casos para cada 100 mil mulheres, sendo que no Brasil a média é de 1,4 por 100 mil. A Região Sudeste, por sua vez, possui as menores taxas em ambos os casos. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 141).

Ainda assim, é possível notar que a região Centro-Oeste é a região que mais apresentam índices de feminicídio em relação ao território brasileiro, região está composta por três estados sendo eles: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Dentre os três estados o que apresenta o mais alto grau de índice de feminicídio é justamente o estado de Mato Grosso do Sul, com taxa de 2,6 mortes para cada 100 mil mulheres, o qual possui um índice de feminicídio acima da média do país, que está com o índice de feminicídio de 1,4 por 100 mil. Estado este que fica apenas atrás do estado de Rondônia.

Nota-se que estamos no olho do furacão, expressão metafórica, que evidencia o alto grau de índice machista expresso no Brasil. A proposta desta pesquisa se dá neste território, mais precisamente no município de Paranaíba, e isso valida a relevância que este trabalho possui.

Gráfico nº 3

Percentual de idade das vítimas de feminicídios e demais mortes violentas
Brasil, 2022



Fonte: Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Fonte: Retirado do 17º Anuário de Segurança pública, gráfico 35, (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p.143).

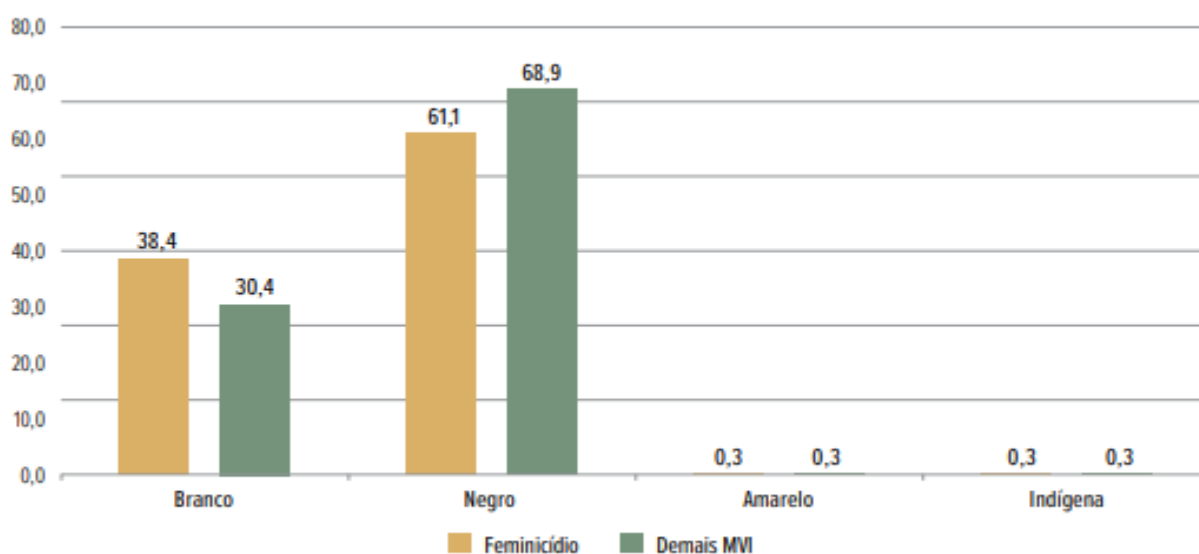
O gráfico nº 06, do 17º anuário de segurança pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) , aponta, que independente da faixa etária, que varia de 0

anos até mais que 60 anos, todas estão suscetíveis ao feminicídio, que é a mais forte expressão machista. Nesse sentido, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023, p.142), aponta o ápice das vítimas no ano de 2022 demonstrando da seguinte forma que “Quanto à idade, 71,9% das vítimas de feminicídio tinham entre 18 e 44 anos quando foram mortas, sendo que o maior percentual se concentra na faixa entre 18 e 24 anos”.

A pesar de que a pesquisa não traz como proposta abordagens para discussão sobre o racismo propriamente dito, mas vale considerar os eixos de opressão que atravessam as mulheres vítimas do machismo, assim como essa proposta parte da interseccionalidade que de acordo com Collins e Bilge (2021), nasce do feminismo negro e, por isso, é pertinente de mostrar que esse machismo que sentencia a um determinado gênero, também possui preferência por um determinado grupo racial, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico nº 4

**Percentual de raça/cor das vítimas de feminicídios e demais mortes violentas
Brasil, 2022**



Fonte: Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

Fonte: Retirado do 17º Anuário de Segurança pública, gráfico 34, (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p.142).

As informações que o quadro nº 07, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023, p.142), permitem compreender com nitidez que “o recorte em termos de raça/cor das mulheres vítimas de violência letal no país reafirma os elementos de racismo que perpassam todas as modalidades criminosas no país, de um jeito ou de outro. Entre as vítimas de feminicídio, tem-se que 61,1% eram negras e 38,4% brancas”.

Tais dados demonstram que esse machismo também tem raça/cor. Conseqüentemente, o feminicídio perpassa por todo o gênero feminino, embora a reincidência preponderante se dê em maior número nas mulheres negras. Segundo o Fórum supracitado (2023, p.144), é preciso destacar que os autores desta prática letal “[...] em mais da metade dos casos (53,6%) o autor é identificado como o parceiro íntimo, em 19,4% dos casos como o ex-parceiro íntimo e em 10,7% dos registros constava outro familiar, como filho, irmão ou pai [...]”. Nota-se que os autores desta prática são aqueles que deveriam zelar pelos seus e não os fazem.

Em análise, a última resposta sobre o que os/as professores/as entendem por machismo, a profissional, P.10: argumenta que “[...] *O machismo ao meu entender é o excesso de masculinidade e diminuição da igualdade de direitos de gênero*”. Com isso, compreende-se o que seria em primeira ordem “masculinidade” e, para isso, faz-se necessário os estudos de Segato (2022), os quais representam a masculinidade como uma irmandade, a qual age de maneira fraterna entre os homens, emana poder e lhes permite mostrar, por meio do corpo feminino, a posse e a violência como espetáculo. Um exemplo disso seria o estupro que, muitas vezes, ocorre por um grupo de homens, aparentemente com seus estados facultativos normais.

Essa masculinidade nem sempre precisa que o agressor esteja acompanhado de modo físico junto aos seus ditos “parças”, basta que a coletividade desse ideário seja redundante para que se auto apoiem. Essa masculinidade é uma coletividade de um ideário masculino, ela é corporativa, assim como as forças armadas, a polícia, o poder judiciário e outros. É uma matriz que se aplica em diferentes segmentos sociais formando uma irmandade entre os homens.

Por masculinidade, compreende-se que mesmo um determinado indivíduo masculino, não faz determinada opressão a uma mulher, mas de algum modo apoia, para não ferir a sua coletividade, às vezes com o discurso de ser “homem”. Agora quanto ao trecho frasal “*diminuição da igualdade de direitos de gênero*”, pode-se inferir que a igualdade de gênero traria um equilíbrio social, mas então por que diminuir, algo que a agenda progressista tenta construir a partir de um sistema democrático?

Para a compreensão dessa questão, a fim de responder a prerrogativa, é pertinente compreender que o processo de dominação masculina, ocorre por meio do processo de naturalização que se construiu entre homens e mulheres estabelecendo uma relação de poder aos homens, pois de acordo com concepções de Bourdieu (2012, p. 33) “A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e

condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada”. Justifica-se essa dominação, em que o gênero feminino é inferior ao masculino, devido às questões de natureza biológica, o que se naturaliza, entretanto é preciso compreender que esse processo de naturalização foi socialmente construído, e tudo que se constrói pode ser desconstruído.

No que se refere a essa desconstrução, emerge considerar uma agenda democrática, para pôr em pauta as discussões de gênero. E isso de fato ocorreu, pois de acordo com Biroli (2020) o termo “gênero” ganha pauta, notoriedade, pois em meio a década de 90, em resposta aos pedidos dos movimentos feministas e de lésbicas, as quais buscaram sustentação nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), mais precisamente no Cairo (1994) e subsequente em Pequim (1995). Todavia, na primeira década dos anos de 2000, a igreja Católica passa a emergir uma ação reacionária contra as pautas de gênero, bem como os movimentos feministas e LGBTs, pois vê na ideologia de gênero uma ameaça à família, aos moldes patriarcais, a exemplificar, pois permite discutir os direitos de igualdade entre homens e mulheres, colocaria o casamento em cheque.

Dessa maneira, Vaggione (2020) afirma que a igreja viu no gênero uma ameaça para a família, então rapidamente a ideologia de gênero também seria uma ameaça por meio da educação, e em reação a essa temática o Vaticano lança um documento intitulado por: *Homem e mulher os criou*, publicado em 2019, na intenção de diferenciar, ideologia de gênero da teoria de gênero, como propósito tecer crítica à ideologia. Veja o que dizia este documento.

A “ideologia de gênero” se caracteriza, segundo documento, por uma vocação desnaturalizada e por “inspirar programas educativos e tendências legislativas” que promovem ideias sobre a “identidade pessoal e a intimidade afetiva que rompem de forma radical com as diferenças biológicas entre homem e mulher”. (Vaggione, 2020, p. 57)

Percebe-se que a preocupação era com a desconstrução da dominação que se construiu por medidas biologizantes e pela a naturalização desse construto social, já discutida por Bourdieu (2012), esse processo de desconstrução se daria por meio do gênero. E não para por aí, pois o neoconservadorismo a serviço do capital se sentiu ameaçado, o que será discutido a partir das perspectivas de Biroli (2020), Vaggione (2020) e Segato (2022), logo abaixo.

Com o intuito de fortalecer os laços reacionários contra o gênero, formou-se uma frente ampla neoconservadora, compostas por grupos de direita, conservadores, liberais, neoliberais e religiosos evangélicos de direita. Dessa maneira, pode-se caracterizar que os dias atuais tornam-se mais agressivos, de acordo com Santos (2019), que trata a questão dizendo que:

Os resultados, no mínimo, não são brilhantes, já que a dominação global é hoje em dia mais agressiva do que nunca. O neoliberalismo, a lógica econômica monocultural que alimenta a articulação entre o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, parece já não temer inimigos[...] (Santos, 2019, p. 182 e 183)

Nos últimos quarenta anos, a ideologia e a política neoliberais têm destruído as organizações dos movimentos, e desacreditado, intimidado ou cooptado os autores coletivos que protagonizam as lutas sociais, tendo mesmo procurado eliminar as ideias de dominação e de luta social contra a opressão. (Santos, 2019, p. 352)

Não basta o neoliberalismo para inflamar a ordem global causando retrocesso no processo de luta, assim como as forças já citadas no parágrafo anterior, é imprescindível destacar o neoconservadorismo, para isso, Lacerda (2018, p. 41) explicará o que é neoconservadorismo e como se firmou como frente ampla: “O neoconservadorismo, portanto, é um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos”. Para compreender melhor essa questão, Vaggione (2020) afirma que o neoconservadorismo nasce nas bases católicas e é heterogêneo. E, para o fortalecimento reacionário pode-se contar com algo até então não visto, uma coalizão entre duas religiões, formando uma direita cristã, que para Diamond (1995, p. 161- 166 *apud* Lacerda, 2018, p. 40) se caracteriza como “A direita Cristã é um grupo cervical da coalizão neoconservadora nos Estados Unidos. É formada por evangélicos e com vínculos com a renovação carismática católica”. Com isso, católicos e evangélicos de direita, conservadores estão unidos contra as pautas de igualdade de gênero.

Biroli (2020) explica que, em especial os evangélicos neopentecostais, têm influências dos Estados Unidos, em uma visão de pregar a fé próspera aos interesses do capital. E isso explica o ataque à educação concernente ao gênero. A ampla representação religiosa que busca restabelecer ao seu poderio que se encontra sob a mão do Estado, utiliza-se de acordo com Vaggione (2020) de uma espécie de maquinaria que

por meio dessa ampla representação religiosa ocupa espaços de poder, inserindo religiosos na política, judiciário, inclusive nas universidades, entre outros. Seria um pensamento de romper com a laicidade do Estado e, com isso, entra também o freamento das pautas de gênero, o qual se encontra dentro desse processo.

O que de acordo com Segato (2022), se explica, pois ao por as discussões que concerne à igualdade de gênero em pauta provocou no capitalismo preocupações, pois isso abala o patriarcado, uma vez que mulheres e as minorias passariam a ter seus direitos validados, e subsequente esse processo democrático fere o capital, que possui bases patriarcais. Até porque o capital se retroalimenta da desigualdade, da exploração. Com isso explica o trecho dito pela profissional P.10, concernente a partir da “[...] *diminuição da igualdade de direitos de gênero.*”

Compreende-se que regular os direitos de gênero para fortalecer o patriarcado acarreta em diminuí-los, com a função de abastecer e marter o capital voraz, logo compila-se uma dominação. E a partir disso, é primoroso destacar os dizeres de Santos (2019):.

Dada a natureza desigual e combinada das articulações entre os três modos de dominação modernos, nenhuma luta social, por mais forte que seja, pode ter êxito se pensar e organizar como incidindo apenas contra um dos modos de dominação. Por mais forte que seja a luta de mulheres contra o patriarcado, nunca terá significativo êxito, se organizar para lutar exclusivamente contra o patriarcado, sem considerar que este, tal como o colonialismo, é hoje um componente intrínseco da dominação capitalista. (Santos. 2019, p. 62)

De acordo com o autor supracitado, lutar para o combate ao patriarcado, de modo isolado é uma luta perdida, pois o patriarcado é ligado ao capitalismo o que é conectado ao colonialismo, logo, a luta deve ser contra esses três modos de dominação. Vale ressaltar que o modo de combate a essas dominações deve ser interseccionado, até porque patriarcado, colonialismo e capitalismo caminham juntos.

É importante salientar, ainda de acordo com Santos (2019, p.162 e 163) que “[...] apesar de existirem muito antes do capitalismo, tanto o colonialismo como o patriarcado foram profundamente reconfigurados por ele [...] A tendência dominante do capitalismo tem sido a de desvalorizar a posição das mulheres em geral.” É perceptível que dentre as opressões, o capitalismo não é o criador dos demais, entretanto é o fomentador, e deles subtrai sua vivência.

3.2 Categoria 2: Detecção e representação na ambiência escolar

Nesta categoria objetiva-se fazer um estudo para compreender quais são as representações que professores/as têm sobre o machismo no espaço escolar, demonstrando por meio da ótica docente, se esse espaço é atravessado pelo machismo e como professores/as, bem como a escola agem diante deste cenário. Essa análise se dará a partir das respostas encontradas na segunda pergunta aberta, que está intitulada da seguinte forma: você já identificou algum traço de machismo na escola? Caso a resposta seja positiva, dê exemplo e como lidou com essa questão, assim como a escola. Tal pergunta encontra-se no questionário que esses profissionais tiveram acesso. O gráfico abaixo sistematiza o que pensa os professores/as:

Gráfico nº 5 – Representações do machismo no espaço escolar



Fonte – Elaborado pela autora com base nos dados oriundos do questionário.

O gráfico de nº 5, expressa o seguinte resultado: três dos/das dez professores/as demonstram que não detectaram traços machistas no espaço escolar. Já para sete dos/das dez professores/as compreendem que o machismo permeia o espaço escolar, contrariando os demais. Considerando as respostas daqueles que detectam o machismo neste ambiente, deve-se considerar seus exemplos de representações e também que dentre esses nem todos mencionaram como lidam com tal questão, assim como a própria instituição com seus membros superiores. O que será demonstrado no decorrer

do texto.

Quadro 4 - Representações do machismo no espaço escolar: registro por subcategorias.

Professores/as	Subcategorias	Palavras.
P.1	Cor	Rosa, coisa de menina
P.1	Brinquedo	Carro, carro da Barbie, não é brinquedo de menina
P.1,	Espaço	Cozinha, coisa de mulher
P.1, P.3, , P.9	Discurso e conceito	Habilidades, conversas direta, , mimi, diminuindo, falas ofensiva, tom alto, , por ser homem, comparação habilidades, controle de disciplina, hierarquia
P.3, P.4, P.5, P.8	Comportamento	Julgar, maus-tratos, diferente, separação na fila, grita, recua, enfrentando, posicionando
P.7	Filme	Barbie, coisa de menina

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados oriundos do questionário.

De acordo com o quadro nº 4, as/os professores/as compreendem o machismo no espaço escolar mediante as seguintes palavras representacionais: cor, brinquedos, espaço, discurso e conceitos, comportamento e filme, os quais estarão relacionados às palavras e situações que corporificam tais representações.

Representação por cor: **P.1:** [...] quando um aluno veio de *rosa* e os demais falaram que é *cor de mulher*.

Representação por brinquedo: **P.1:** [...] aluna trouxe o *carro da Barbie*, e dois alunos disseram que “*carro*”, não é *brinquedo de menina*.

Representação por espaço: **P.1:** [...] em uma conversa falamos sobre *cozinha*, geralmente os meninos relatam que isso é *coisa de mulher*.

Representação por discurso e conceito: **P.1:** [...] ouvi de uma diretora, que um professor de Educação Infantil não poderia assumir, por *ser homem* e não ter *habilidades* iguais ao de uma professora. **P.3:** [...] Sala dos professores, *conversas diretas* com professores *diminuindo* [...] por julgar que a mulher é cheia de “*mimi*”. Gestor com *falas ofensivas* em *tom alto* ao dirigir-se a colegas professoras. **P.9:** [...] situações assim são mais comuns do que imaginamos, *comparações de habilidades intelectuais* envolvendo disciplinas; *controle de disciplina* em sala de aula; comparações de *hierarquia*; respeito; etc.

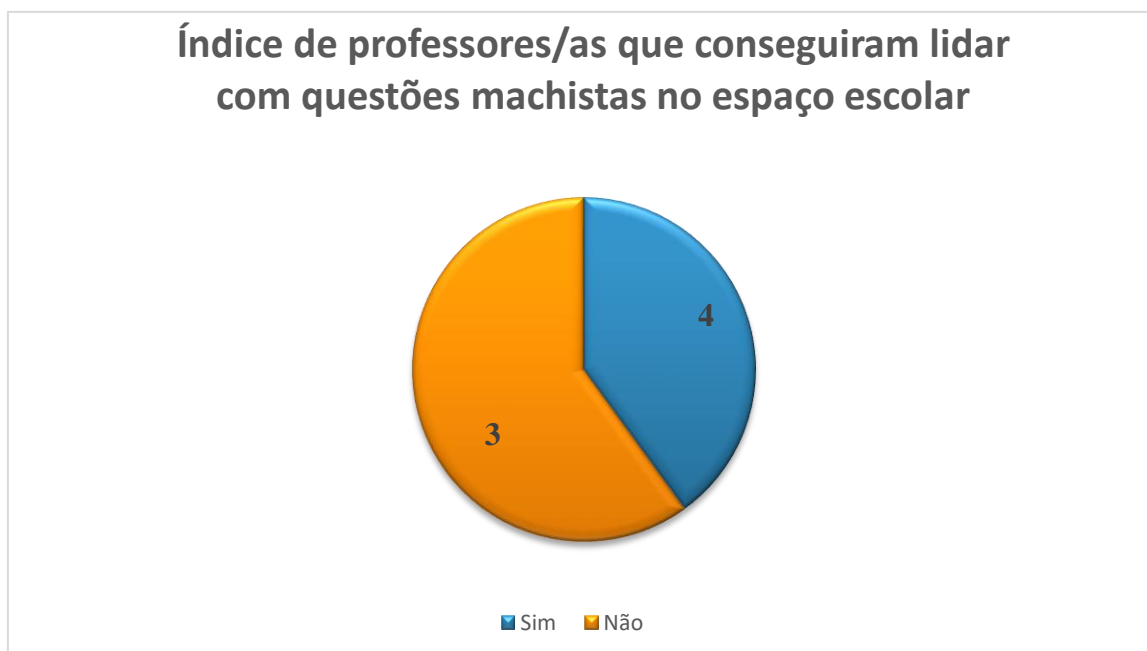
Representação por comportamento: **P.3:** [...] ações de *maus-tratos* contra professoras, por *julgar* que a mulher [...]. **P.4:** [...] desde que houve a luta por direitos femininos, existe o machismo e acredito que existirá por longos anos, na educação a

(escola) não é diferente, pois na sala de aula, quando entra um *professor* o *comportamento* dos estudantes é *diferente*. A sociedade é machista e as pessoas têm esse conceito. Sempre foi assim. **P.5:** [...] sempre observo a *separação* entre meninas e meninos *na fila*. **P.8:** [...] tem um líder que *grita* com professoras, monitoras e merendeiras, mas quando um homem (mesmo que errado) afronta ele, ele *recua*.

Representação por filme: **P.7:** [...] atualmente, foi lançado o *filme Barbie*, e os alunos me perguntaram se eu tinha assistido, eu disse que não, e perguntei no geral se eles assistiram, quando aluno me respondeu, que não porque era uma *coisa de menina*,[...]

O machismo se apresenta na ambiência escolar a partir da ótica docente de maneira multifacetada, como ficou demonstrado tanto no quadro nº 4, como no discorrer das respostas. Assim, compreende-se que essa representação docente aos estudos Bourdieu (2012), o qual explica a violência simbólica como eixo central para dominação masculina, por meio de condicionantes coloca o masculino em superioridade e o feminino e condições de inferioridade, e isso está explícito nas falas dos/das professores/as.

Gráfico nº 6 – Intervenção de professores/as contra o machismo no espaço escolar



Fonte – Elaborado pela autora com base nos dados oriundos do questionário.

Com os dados já compilados a partir do tópico anterior, salienta-se que neste gráfico estão apenas sete profofissionais em análise, os quais foram capazes de detectar

o machismo na ambiência escolar. Diante disso é compreensível por meio das informações presentes no gráfico nº 6, que nem todos/todas professores/as dentre aqueles que compreendem que o machismo atravessa o espaço escolar, conseguiram realizar algum tipo de intervenção. Logo, pode-se afirmar que apenas quatro das/os sete professores/as que trazem consigo as percepções das representações machistas na ambiência escolar foram capazes de realizar algum tipo de intervenção, o que demonstra que os/as outros/as três profissionais não estão aptos para tal. O que é passível de aferição por meio dos registros presentes nas respostas dos seguintes profissionais: P.3, P.5, P.7 e P.8 junto ao questionário.

Em resumo, a P.3 ao demonstrar que na sala dos professores ocorrem falas oriundas de um professor que diminui professoras pelo fato apenas de serem mulheres e ligar isso às questões de gênero, reverberando um machismo, ela faz a seguinte intervenção **P.3** [...] *Eu, enquanto mulher e profissional, disse diretamente a ele que sua ação era machista e que deveria rever como trata as pessoas referindo-me às professoras.*

Além disso, P.8 percebe o machismo na ambiência escolar de modo similar a P.3, ambas partem de sujeito do gênero masculino a ação. Desse modo, demonstra que um líder ocupando de sua posição hierárquica na instituição escolar “grita”, com diferentes profissionais do gênero feminino entre elas merendeiras, faxineira e professoras, mas quanto aos homens o comportamento é redundantemente diferente, inclusive, a mesma cita que este líder recua diante de outro homem ainda que este homem esteja errado, logo quando este líder grita com **P.8** ela possui a seguinte reação de intervenção [...] *Quando comigo aconteceu eu agi da mesma forma, enfrentando com palavras e me posicionando.*

Já de acordo como o P.5, as filas separadas por meninos e meninas tipifica um modo de machismo e sexismo na ambiência escolar e o critério de intervenção adotado pelo professor se deu da seguinte forma [...] *Quanto a isso, sempre opto pela fila única como forma de dizer que gênero não é motivo de separação neste espaço social, pois naturaliza uma visão de segregação. Diante deste contexto, é imprescindível destacar o que diz (Safiotti, 2015, p.37) “[...] o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, em detrimento das mulheres [...]”*, sendo assim, Moreno (1999) alerta dizendo que é preciso reconhecer que há avanços na questão que envolve a discriminação contra a mulher. Entretanto, a escola ainda segue moldes que arrastam o passado consigo. Esses avanços não têm ecoado na instituição escolar,

exemplo disso, são as organizações de filas. Tal segregação se mantém nesse espaço, e deve-se lembrar de que em outros espaços sociais isso já se desconstruiu, exemplo seriam as filas para comprar ingressos em festas, para se servir nos jantares e almoços, não há essa separação entre os gêneros.

Finaliza-se às questões de intervenção com o que traz a P.7, ao ser indagada pelos estudantes se assistiu o filme da Barbie, a mesma trouxe como resposta que ‘*não*’, em seguida devolveu a pergunta, dizendo se eles haviam assistido. Um dos estudantes disse que não, justificando sua resposta com a seguinte expressão: *porque era coisa de menina*, diante desta realidade a P.7 fez as seguintes intervenções [...] *então ali iniciamos uma discussão à respeito, na aula seguinte trouxe para aula imagens de vários brinquedos e fomos discutindo porque havia essa divisão de menino e menina, então desde muito cedo é necessário desconstruir essa ideia de que a menina é frágil e tem uma representação em cores e brinquedos*. Nota-se que a professora tem conhecimento no assunto do qual foi desafiada, primeiro por conseguir detectar a problemática, segundo por não tratar como pedagogia do silenciamento²¹, na qual não opta pela neutralidade, e terceiro por conseguir realizar diferentes possibilidades, das quais permitissem que os estudantes viessem refletir sobre os construtos machistas que tem reverberado a tessitura social e o espaço escolar é importante para problematizar essa questão.

Ao perscrutar como os/as professores/as detectaram o machismo, bem como fizeram intervenções para coibi-lo em âmbito escolar, se evidenciou que o machismo age de maneira interseccionada neste espaço. Pois as respostas apontaram que alunos do gênero masculino reproduzem o machismo, professores têm discursos e comportamentos machistas em relação às professoras, professoras reproduzem machismo ao dizer que um professor do sexo masculino não possui habilidades para atuar na educação infantil, similar a uma professora, reafirmando a feminização na docência da educação infantil, imputando apenas à mulher o cuidar, o que vai ao encontro com o que afirma Oliveira (2023, p. 46) “ desafios guardam estreita relação com o pensamento tabu de que a mulher é o sexo mais indicado para trabalhar com crianças pequenas, já que os homens

²¹[...] silêncio que mata, justamente porque é um silêncio doloroso e real [...] que não nos permite ouvir as vozes que realmente precisamos e porque nos impede de ouvir os ruídos da vida! [...] Mas não falo apenas do silêncio dos alunos e de suas cicatrizes. Falo do silêncio de uma escola que não faz barulho em sua comunidade. Falo do silêncio de uma educação que não faz barulho na nação. Falo do silêncio em que embala um torpor sonolento a que, aqui no Brasil, insistimos em chamar de educação. E, com tal sono, o tal silêncio embala o pesadelo de um país[...] (Ferrarezi Jr, 2014, p. 13)

não teriam vocação para o cuidado do outro''. E ainda de acordo com o autor supracitado, há desafios que faça com que homens não queiram atuar como professor na Educação Infantil, desafios estes, por haver um certo estranhamento por parte das famílias por medo de contato com o corpo das crianças e medo de abusos, salários baixos, que também são reflexos machistas.

Esta análise também é capaz de demonstrar o machismo mediante poder hierárquico. Um líder usa de seu cargo de hierarquia para subjugar mulheres de diferentes profissões dentro da ambiência escolar, mas não o faz com profissionais do gênero masculino. E para isso Hintze (2020) alerta ao afirmar que todo pensamento que faz valoração moral que hierarquiza socialmente, no qual o feminino é inferiorizado e masculino dado como superior é um pensamento machista. E o autor aprofunda fazendo que essa hierarquização é capaz de provocar ações ou violência que incentive preconceito, ódio, segregação, discriminação. Ocorre também com a estrutura de organização de filas, assim como há pesos diferentes em relação ao respeito dos estudantes quanto ao gênero de seus professores, sendo peso maior quando é um professor e peso menor quando se é uma professora.

Cabe salientar que nenhum professor/a deixou expresso em suas respostas como a escola tem lidado com essa questão machista em sua própria ambiência. Destaca-se que quando cita a “escola” é no sentido de uma posição de hierarquia, daqueles que estão em cargos acima dos professores e que têm o poder de direcionar a envergadura educacional desta instituição, propondo e articulando projetos, rodas de conversas, horas atividades entre outras propostas que possam trabalhar essa temática caso percebam. Com isso infere-se que a partir da percepção destes profissionais a instituição escolar no que concerne aos suas/seus superiores não tem agido em favor à desconstrução do machismo. A partir destes pressupostos pode-se inferir que essa instituição tem adotado o que Ferrarezi Jr (2014) chama de pedagogia do silenciamento, uma escola que silencia diante de situações gritantes, que adoecem a tessitura social, quando a mesma deveria fazer barulho a seu público, para problematizar e tornar crítico aquele educando que ali está a espera de compreensão de sua própria realidade. Há um silenciamento em atuar para a desconstrução de tais mazelas, neste caso aqui é o machismo que este trabalho se debruça a compreender, entretanto poderia ser inúmeros outros temas como: racismo, homofobia, meio ambiente, desigualdade, precarização do trabalho, classes sociais, entre outros.

3.3 Categoria 3: Para professores/as, o que de fato poderia diminuir a ocorrência do machismo através da educação escolar?

Esta é a última pergunta aberta, a qual será analisada pelo método de análise de conteúdo de Bardin (2011). Essa análise tem o intuito de demonstrar o que de fato aponta o conteúdo expresso nas mensagens escritas das dez respostas coletadas, as quais têm como propósito compreender por meio das opiniões dos professores/as o que eles/elas compreendem que diminuiria a ocorrência do machismo por meio da educação.

Até porque são esses/essas profissionais que proporcionam o conhecimento a partir da educação escolar, ou seja, carregam consigo a arte de ensinar, o que pode ser destacado, a partir do que diz Burawoy (2014, p.33) “ O ensino é a pesquisa por outros meios. Ensinar não é como encher vasos vazios com conhecimento útil; é um diálogo de auto-realização, tanto do mestre como do aluno.” E para demonstrar o pensamento desse público sobre essa determinada questão, utilizar-se-á da estrutura de um quadro:

Quadro 5 – Contribuições para diminuir o machismo por meio da educação.

Professores/as	Subcategorias	Palavras.
P.1, P.2, P.4, P.5, P.6, P.7, P.9, P, 10	Ações reflexivas aos discente	Debates, orientando, rota de conversa, trabalhando a sociedade, ensinando, educando, desde o jardim de infância, conversas, vídeo explicativo, realizar aulas interdisciplinares, filmes, personagens femininas que contribuiu com a humanidade, trabalho contínuo, não trabalhar somente em datas comemorativas, palestras coletivas em em parceria com:OAB \ DEAM\ UEMS
P. 2, P.3	Projetos	Tema, família, conscientização estudantes
P.3, P.7	Realinhamento e revisão	Normativas, estruturas, diálogos, projetos, unir-se, expor necessidades, estudos teóricos, materiais didáticos imagens com menino de azul e menina de rosa
P.8 P.10	Ação em prol do docente	palestra orientativas, conscientização e gestores que entendam sobre o assunto, se posicionem

O quadro 5 permite ter a percepção de que dos/das dez professores/as, que participaram da pesquisa, fizeram apontamentos para diminuir a ocorrência do machismo por meio da educação, ou seja, todos/todas e ainda permite mostrar como esses pensamentos estão ajustados e se aglutinam nas respostas entre si. Nesse sentido, dois destes profissionais veem por meio de projetos, uma forma de trabalhar o machismo, o qual levaria a essa diminuição, o que fica evidente na resposta da P.2 “desenvolver projeto relacionado com o tema envolver as famílias”[...].

Já P.1, P.2, P.4, P.5, P.6, P.7, P.9, P.10 , se aglutinaram na forma de demonstrar suas respostas, assim trazem de forma conjunta que ações reflexivas impactem diretamente o educando. Dessa maneira, evidenciam que o diálogo reflexivo é uma ferramenta favorável, agindo por meio de rodas de conversas, palestras vinculado a diferentes órgãos, vídeos explicativos, filmes, bem como aulas interdisciplinares, as quais podem diminuir o machismo na ambiência escolar como demonstra o quadro acima, e a partir desses pressupostos será demonstrados algumas respostas pertinentes a essa questão.

P.1 [...] propondo ações reflexivas aos discentes [...] debates e orientando a cada ato de machismo, que acontecer. Roda de conversa para saber opiniões.

P.2 [...] desenvolver projeto relacionado com o tema envolver as famílias. Rodas de conversas conscientizando os estudantes que devem respeitar a diversidade

P.4 [...] trabalhando a sociedade que mulher apresenta o mesmo nível intelectual.

P.5 [...] ensinando e educando desde o Jardim de infância que não existe superioridade de gênero e que todos os espaços sociais é lugar de todos. E que neste mundo há mais coisas que nos unem do que nos separam.

P.6 [...] através de conversas com os alunos, explicando que todo homem pode ajudar nos afazeres domésticos. Passando vídeo explicativo sobre a ação e até mesmo alguns exemplos. Geralmente homens machistas são pessoas extremamente brutas, que acham que se ajudar vão deixar de ser mesmo homem.

P.7 [...] incluindo rodas de conversa sobre o porquê dessa construção histórica em naturalizar as atitudes de machismo, é necessário construir uma visão transformadora do sujeito mulher, rompendo com esses julgamentos estereotipados.

P.9 [...] é sabido que o machismo não está apenas à margem da educação familiar; das tradições hábitos culturais que se enraizaram ao longo do tempo e diminuir essa situação em dias atuais não é uma tarefa para poucos. Realizar aulas interdisciplinares. Trazer para o ambiente escolar filmes; rodas de conversas; personagens femininas; histórias que contribuíram com a humanidade, com o país ou com a comunidade em que vivemos seria uma atividade que poderia trazer resultados positivos nesta questão.

P.10 [...] 2º: não trabalhar o tema somente em datas” Comemorativas” exemplo Agosto lilás violência contra a mulher. O trabalho deve ser contínuo desde o início dos anos escolares e 3º: promover palestras coletivas de conscientização em parceria com órgãos como OAB \ DEAM\ UEMS entre outros.

Como já foi dito anteriormente, o diálogo é marca fundamental na propositura de diminuir o machismo, a partir da ótica dos/das professores/as isso reverbera o conteúdo

da maioria das respostas analisadas, mas é plausível destacar algumas nuances que os profissionais P.6, P.7, P.9 e p.10, trazem como questão pertinente para validar tal diminuição. Neste aspecto destaca-se a concordância com a P.6 que é oportuno trabalhar às questões da desconstrução do machismo no espaço doméstico onde o homem ao dividir afazeres não será invalidado como homem. Nessa perspectiva, de acordo com Bruschini e Ridenti (1995) em um estudo que trata do trabalho domiciliar masculino, revela que os homens por estarem no espaço domiciliar e com isso se manterem próximos dos afazeres domésticos, os mesmos até compreendem sua importância e o quão é árduo, contudo, de acordo com as autoras supracitadas (1995, p. 379):

Aparentemente, porém parecem manter com as tarefas domésticas uma relação mais objetiva do que aquela que as mulheres expressam. Todos os entrevistados confessam que as tarefas domésticas são importantes pesadas difíceis e precisam ser feitas. Mas não há razão para confundi-las ou misturá-las com a atividade profissional.

Apesar dos homens não trazerem para o âmbito profissional o vínculo com o doméstico, dividindo esses dois polos dentro desse mesmo espaço domiciliar, ainda de acordo com a visão de Bruschini e Ridenti (1995) afirma que

[...] Contudo isto não quer dizer que o homem não colabora ou não se envolve com as tarefas domésticas. Ao contrário o fato permanecer mais tempo no domicílio favorece sua aproximação com a casa, os filhos e o trabalho doméstico, o que por vezes se expressa numa colaboração mais efetiva e constante, porém ao que tudo indica sua relação aparentemente racional e objetiva com o mundo doméstico é diferente do intenso envolvimento emocional que a maioria das mulheres mantém com a esfera da casa e da família em torno da qual tiveram sua identidade construída. (Bruschini e Ridenti, 1995, p. 392)

Ao mencionar que os homens ao terem uma proximidade com o doméstico ao exercer os seus trabalhos no âmbito domiciliar, demonstra uma certa sensibilização em relação ao trabalho doméstico, isso fica evidente quando as autoras demonstram por termos como “colabora”, “colaboração”, “envolve”, entretanto esses termos evidenciam que, mesmo que isso ocorra devido essa proximidade, os mesmos não chamam para si a responsabilidade. E, por questões como essa apresentada por esse estudo que questiona o serviço domiciliar masculino, bem como a representação que a P.6 traz mediante esse machismo envolto dos afazeres domésticos ainda que a mesma utilize o termo “*ajudar*” é preciso a desconstrução desses moldes sociais que envolvem o campo doméstico. Essa desconstrução será para que os educandos hoje crianças sejam

futuros adultos de ambos os gêneros com outro olhar para tal questão.

A P.7 aborda discutir o porquê da construção histórica em naturalizar as atitudes de machismo, e isso permite inferir que essa profissional, tem de certo modo alguma leitura sobre as configurações do machismo e o processo de naturalização que para Bourdieu (2012) se dá de modo pouco perceptível, o que ocorre por meio de símbolos e significados, que se torna habitus, logo uma regra que não se questiona. Essa profissional aparenta ter tal leitura até mesmo por propor essa reflexão o que é relevante, pois alguns autores vão dizer que:

A naturalização da submissão da mulher e da sua desvalorização é o motivo elementar de diversos crimes efetivados contra mulheres em todo os dias, razão pela qual se deve ter em mente que a opressão patriarcal-machista mata, seja por morte rápida e cruel, seja por ceifar oportunidades e sonhos de mulheres que se perdem meio a essa guerra sexista.(Silva e Santana, 2020, p. 57)

Nesse sentido, veja que a naturalização que inferioriza mulheres, de modo imperceptível, traz desde agravamentos de submissão que podem sentenciá-las à morte somente pela condição de ser mulher ou até mesmo sentenciar socialmente seus direitos enquanto sociedade. E ainda revisitando Segato (2018) que tratada pedagogia da crueldade, salienta-se que a crueldade não se apresenta apenas nos casos extremos de assassinato, mas está nos fatos cotidianos que impedem muitas mulheres aproveitarem oportunidades, bem como as impedem de realizarem sonhos, simplesmente por ser mulheres. Se opor a este domínio, muitas vezes, é um risco, ou seja uma pedagogia cruel que ocorre de modo imperceptível.

Ressalta-se ainda na resposta da P.9 que realiza aulas interdisciplinares inclusive trabalha com filmes, trazendo para a ambiência escolar a importância do protagonismo do feminino ao longo da história, por meio de [...] *personagens femininas; histórias que contribuíram com a humanidade, com o país ou com a comunidade em que vivemos*[...] seria algo que marcaria de maneira positiva para a diminuição do machismo neste ambiente, o que vai ao encontro com o que diz Lerner (2019), o fato das mulheres desconhecerem sua própria história, não saberem de si e serem privadas desse processo, corroborou para que a mulher também fosse protagonista desse processo machista, do qual ela se insere. E, recentemente, foi aprovada a LEI Nº 6.060 que dá sustentação ao que propõe a P.9, a qual permite abordar e desconstruir a invisibilidade da mulher neste contexto histórico, esta lei é de âmbito estadual:

LEI Nº 6.060, DE 29 DE MAIO DE 2023 Inclui como conteúdo transversal, no currículo das Escolas Estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul, a história das mulheres. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, decreta e eu promulgo nos termos do § 7º do art. 70 da Constituição Estadual a seguinte Lei: Art. 1º Fica incluída a abordagem do tema “a história das mulheres”, pelas escolas estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul, como conteúdo transversal. Parágrafo único. A abordagem do tema a que se refere o caput deste artigo tem como objetivo: I - promover o conhecimento da história das mulheres de destaque de movimentos que contribuíram para emancipação das mulheres e alcance dos espaços em igualdade de gênero; II - apresentar a trajetória pessoal e profissional de mulheres que atuam em diversos segmentos tais como educação, política, direitos humanos, saúde, cultura, sociologia, carreiras jurídicas, entre outros, incluindo todas as etnias de nosso país, com o cuidado especial de salientar as conquistas das mulheres negras, quilombolas e indígenas. (Mato Grosso Do Sul, 2023, p. 2 e 3)

Além de permitir discutir a história das mulheres, desmistificando a invisibilidade, ainda demonstra uma interseccionalidade com ênfase maior para as mulheres negras, quilombolas e indígenas, as quais têm ficado à margem da sociedade. A P.10 traz que a temática do combate ao machismo não deve ser trabalhada apenas em datas comemorativas, e exemplifica O Agosto Lilás, dizendo que deve ser um trabalho contínuo, o que faz todo o sentido, até porque segundo Hintze (2020) o machismo é estrutural por três elementos: normalização hierarquização e naturalização. E acredita-se que não será apenas em datas isoladas que haverá essa diminuição de seus efeitos.

O que chama atenção é o fato do termo formação ser mencionada na análise do conteúdo das respostas presentes, apenas duas vezes, um de modo explícito e outro implícito, conforme demonstra a P.10, a mesma cita que deve ocorrer [...]1º: *formação específica desse assunto[...]*, bem como, a P.8 não cita diretamente, mas faz menção a ao termo formação, quando traz a seguinte afirmativa *P.8[...] palestra orientativas, conscientização e gestores que entendam sobre o assunto e se posicionem perante o ocorrido quando assim houver*. Nessa perspectiva, compreende-se que a mesma percebe a necessidade em ter na ambiência escolar gestores que entendam sobre o que é o machismo e saibam como lidar com sua desconstrução, a qual ainda enfatiza dizendo ser necessário que haja posicionamento por parte deste profissional perante determinado fato ocorrido.

3.4 Uma análise interseccional: análise de conteúdo X eixos de opressões

Este estudo visa catalisar a forma como pensam os/as dez professores/as, para compreender suas representações frente ao machismo na ambiência escolar, profissionais estes, os quais compõem o quadro de participantes desta pesquisa. Em seguida, entrecruzar eixos interseccionais como: raça/etnia, gênero, sexualidade, religião, esses marcadores sociais de diferenças, bem como outros condicionantes sociais pertinentes para a pesquisa como o tempo de atuação docente e formação docente, que permitem compreender as representações.

Quanto ao modo de realizar esta análise, se dará pela filtragem dos resultados obtidos através da análise do conteúdo extraído das respostas contidas no questionário estruturado, inter cruzando com os eixos de opressões supracitados. Em primeiro lugar que merece ser destacado, é o fato da análise de conteúdo continuar seu processo mesmo junto à análise interseccional, seu processo não se findou, o que permite inferir junto aos eixos de opressões outras questões que, até então, não estavam de modo implícito e, ainda não observado.

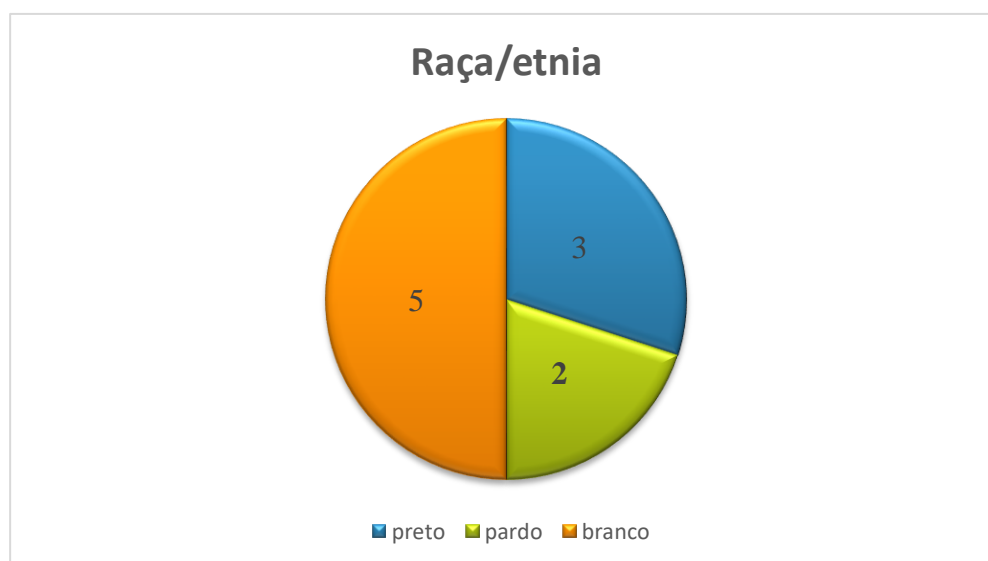
De acordo com Bardin (2011), trabalhar com análise de conteúdo, também é dar espaço para as evidências implícitas ou explícitas presentes nos vestígios daquilo que se está analisando, os quais geram inferências, que são capazes de apontar o que levou a determinado fenômeno e suas causas.

Raça\etnia será o primeiro eixo de opressão, o qual estará em análise interseccional, inter cruzando com as representações que os/as professores/as têm sobre o machismo, a fim de compreender melhor essa realidade e, para isso, é preciso o entendimento deste conceito, o qual pode ser compreendido de modo não biologizante, mas social e político, como demonstra a autora:

[...] o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etnosemântico, político-ideológico e não biológico [...] No entanto, o conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão. (Munanga, 2003, p.s)

Depreende-se que o conceito de raça é visto por condicionantes políticos e sociais. Estes aspectos hierarquiza e privilegia determinados grupos e precariza os demais. Devido a esses condicionantes, de acordo com Gatti *et al.* (2019) foi necessário implantar a lei de cotas Lei 12.711/2012. Esta legislação visa reparar tal desigualdade, entre elas a racial, assegurando que pretos e pardos possam ter acesso por um quantitativo de vagas específico a esse público. Em razão dessa lei, é destacável a importância do processo de reestruturação do Enem a partir de 2009, período em que a prova passou a ser unificada de acesso ao ensino superior. A partir deste feito, permitiu-se que instituições adotem processo seletivo parcial ou total de novos integrantes, por adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), uma plataforma digital, a qual é alimentada pelo MEC. Para tal, vale observar como o público alvo deste trabalho se vê em relação à raça/etnia.

Gráfico nº 7 – Como professor/as se veem em relação à sua representação étnico-racial.



Fonte – Elaborado pela autora com base nos dados oriundos do questionário.

Pretos e pardos configuram como negros, logo pode-se dizer que cinco dos/das professores/as são negros e os demais cinco são brancos, ou seja metade da amostra configura com negros e a outra metade com branco, como fica evidente no gráfico 7, dados estes, os quais são similares aos estudos de Gatti *et al.* (2019) que procura demonstrar que o percentual de licenciados tem mudado de cor ao longo dos anos:

Observando a composição étnico-racial dos diferentes cursos, constata-se

que, decididamente a grande maioria dos estudantes, excetuando os do campo da Arte e a Educação Física, mudou de cor. Na média das licenciaturas, o total de concluintes pretos e pardos equivale à sua representação na sociedade brasileira, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Os avanços sugerem que os negros, assim como outros segmentos socialmente mais fragilizados na competição pelos postos de maior prestígio e poder na sociedade, estão abrindo o caminho na trajetória dos cursos superiores principalmente por meio de vias mais “fáceis” de acesso. [...] No ano de 2014, em nove dos catorze cursos de licenciatura avaliados, a representação dos negros é igual ou maior do que 51% dos alunos. [...] Entre os que têm metade dos alunos pretos e pardos estão Pedagogia (50%) [...] (Gatti *et al.* (2019, p.165)

Entre os professores que se autodeclaram brancos, apenas uma não percebe traços de machismo na ambiência escolar. Já entre os professores que se autodeclaram pretos e pardos, duas compartilham essa mesma direção de não percepção. Assim, infere-se que a apesar do índice de impercepção ser bem menor em relação aos/as professores/as que compreendem o machismo no espaço escolar, ainda assim ele perpassa por ambos os pertencimentos, sendo um pouco mais acentuada para negros. Isso sugere que, embora a maioria dos professores reconheça a presença do machismo no ambiente escolar, há variações na percepção que podem ser influenciadas por fatores individuais e contextuais.

É indubitável que a análise revela que a percepção das representações do machismo no espaço escolar é predominantemente reconhecida, inclusive a ausência de percepção entre alguns professores pode ser relacionada às experiências pessoais, contextos culturais ou variações na conscientização sobre questões de gênero e raça.

Portanto, é relevante não generalizar a ausência de percepção do machismo como uma característica inerente a determinados grupos raciais. Em vez disso, deve-se considerar a multiplicidade de fatores que influenciam a percepção individual e buscar entender como diferentes experiências e contextos podem afetar a sensibilidade dos professores em relação ao machismo na escola.

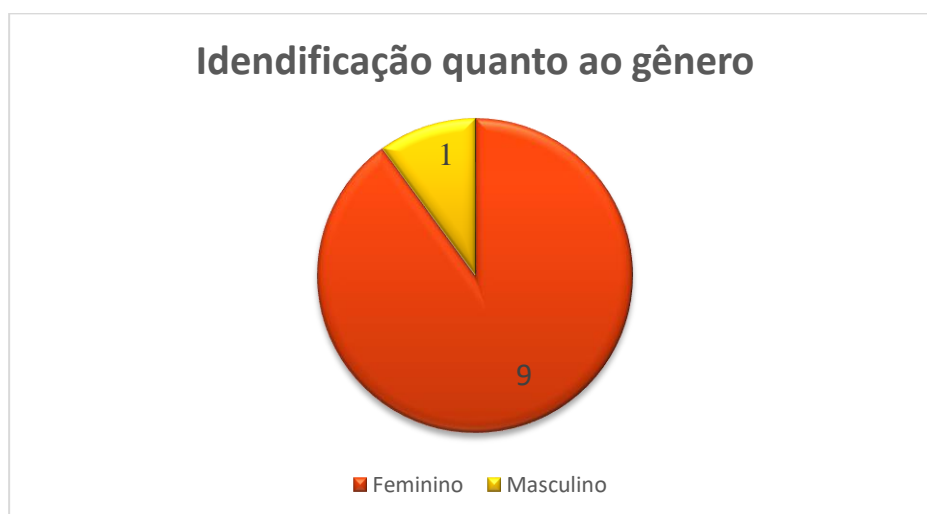
Para explicar essa invisibilidade, pode-se pensar que mulheres negras experienciam e vivenciam como mais frequência e intensidade os atravessamentos do machismo, pois Collins e Bilge (2021) tem demonstrado inúmeros exemplos de como os eixos de opressões se interseccionam sobre uma mesma pessoa ou grupo. E a mulher negra convive constantemente com esses eixos, o que pode estar colaborando com a não percepção.

Diante disso destaca-se Boudieu (2012), o qual diz que:

[...]qualquer que seja sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem, e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas[...]as mulheres continuam separadas umas das outras por diferenças econômicas e culturais, **que afetam, entre outras coisas, sua maneira objetiva e subjetiva de sentir e vivenciar a dominação masculina.** (Boudieu, 2012, p.112 - 113) **grifos nossos.**

Atinente as falas do autor, naquilo que afeta as mulheres e que as separam acrescenta-se as diferenças, o termo étnico-racial, pois acredita-se poder encaixar de forma cultural, e que a partir dessas experiências pode de fato estar interferindo na forma de sentir e vivenciar a dominação masculina, logo trazendo uma impercepção nas representação do machismo na ambiência escolar.

Gráfico nº 8 – Como os/as professor/as se veem em relação ao gênero.



Fonte – Elaborado pela autora com base nos dados oriundos do questionário.

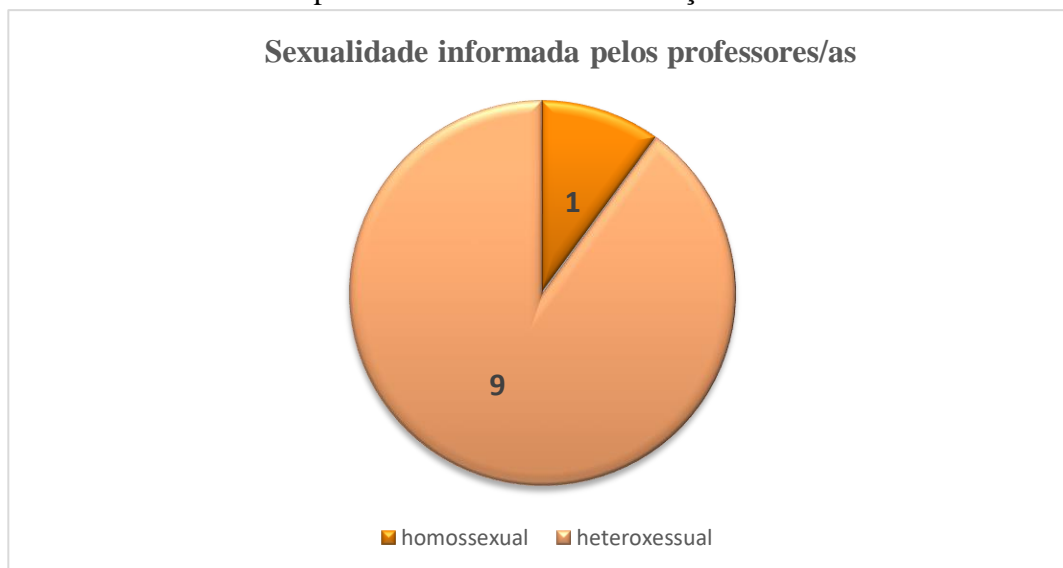
A partir do gráfico 8 é possível notar que reverbera o gênero feminino em relação ao público escolhido para esta pesquisa. Assim, há uma expressiva feminilização no âmbito da licenciatura, no caso deste público alvo se trata da pedagogia, são regentes atuantes do 1º ao 5º ano do Ensino fundamental I, o que vai ao encontro com os estudos apresentados por Gatti *et al.* (2019, p.159) “a licenciatura se caracteriza como um curso feminino: em 2010, para cada 100 homens que o frequentavam, havia 257 mulheres matriculadas e, em 2013, 265.” Afunilando as

licenciaturas, ainda de acordo do Gatti *et al.* (2019) a pedagogia é o curso mais procurado entre as licenciaturas, pois entre os anos 2005 a 2014, do total de 241.875 licenciados de múltiplas áreas, perpassando matemática, física, letras e tantas outras, isso a partir do relatório Enade, 111.863 licenciados se referem a pedagogia, são que se aproxima de quase metade do total de licenciados. O que para Gatti *et al* tal fato pode estar atrelado ao contexto histórico.

A maciça presença feminina no curso de Pedagogia, constatada ainda uma vez no período considerado, parece de certo modo dar continuidade à trajetória específica da própria escolarização da mulher. Foi por intermédio da expansão dos cursos normais ao longo do século passado que proporção significativa das jovens adolescentes obteve acesso ao ensino de nível médio no país, ao mesmo tempo em que se qualificou para entrar no mercado de trabalho como professora primária.
(Gatti *et al.* (2019, p.161)

Fica evidente que o público em análise é maciçamente feminino. Desse modo, é composto por um profissional no masculino e nove no feminino, esse efeito de feminização reverbera nos cursos de licenciatura no cenário atual, pois de acordo com Brasil INEP (2023, sem p.)“A maioria absoluta dos estudantes que concluíram cursos de licenciatura, em 2021, é de mulheres: 76%”. De acordo com a análise de conteúdo realizada a partir das respostas dadas no questionário estruturado, analisou-se que três profissionais não detectaram nenhum traço machista na ambiência escolar. Entretanto, as mesmas se declaram do gênero feminino, pois o único professor que se declara do gênero masculino, fica nítido sua representação sobre o machismo, ele o compreende, assim como na ambiência escolar, demonstrando capacidade em lidar com determinada situação, bem como traz sugestões para minimizar o machismo nesse espaço. O machismo nesta amostra, ao ser interseccionado com gênero, como eixo de opressão, não está expresso no masculino, pelo contrário se manifesta no feminino. Consoante a pesquisadora Lerner (2019), que afirma que a mulher faz parte desse processo de subordinação. Logo, o machismo perpassa as representações femininas das P.2, P.6 e P.10 e por isso é exitoso.

Gráfico nº 9 – Como os/as professor/as se veem em relação à sexualidade.



Fonte – Elaborado pela autora com base nos dados oriundos do questionário.

Para Louro (2008, p.18) sexualidade é processo em construção, “sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado.” Pode-se dizer, que cada indivíduo tem o seu gosto, como comer, vestir, também assim constrói a sexualidade, cada um a seu modo, se sente atraído e confortável. E, ainda de acordo com Louro (2008), as instituições como família, escola, igreja, compõem esse processo constitutivo, bem como na contemporaneidade a mídia, a publicidade, internet com todas suas redes de acesso, contribui com seu impacto e sedução para influenciar na constituição da sexualidade, pois é um construto social/cultural.

Em alusão a essa questão, com base nas declarações de professores/as, levando em consideração o questionário estruturado, bem como informações contidas no diário de campo, as quais estão representadas no gráfico 9, é permissível a seguinte análise: nove dos/das dez profissionais declaram-se como heterossexual e apenas uma dos/das dez se declaram homossexual, e dentre a porcentagem menor se encontra uma professora que verbaliza a seguinte prerrogativa:

P.3 [...]. Sou lésbica, estou casada a dez anos com minha esposa. Vejo a sexualidade como um autoconhecimento do nosso corpo. Pois quando temos a consciência da nossa sexualidade, sabemos nos proteger de violações, abusos e até mesmo preconceito. E para mim, P.3, falo em preconceito, pois sou gorda, ou seja, fora do padrão estereotipado pela sociedade.

Diante do exposto, é primoroso destacar o trecho “[...]quando temos a consciência da nossa sexualidade, sabemos nos proteger de violações, abusos[...]”, isso demonstra o quão importante é um conhecimento crítico e reflexivo voltada para a perspectiva de gênero, no auxílio à proteção, pois quando P.3 faz tal colocação em detrimento a violações e abusos, nos remete pensar a partir das abordagens de Saffioti (2015)

[...] o abuso sexual, sobretudo incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido. A magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito. (Saffioti, 2015, p.19)

Pensar em como essas feridas psicológicas traumáticas, podem impactar a vida pessoal e social, daqueles/as que sofreram de algum modo violações e abusos. É algo preocupante, que visa cada vez mais a necessidade em abordar questões voltados para o machismo, misoginia, patriarcalismo e mandatos de masculinidade, ao modo que tais reflexões cheguem cada vez mais as pessoas, em especial professores/as. Até porque de acordo com Bueno *et al* (2023), em um raio-x feito dos estupros e estupros de vulnerável com dados de 2022, a partir dos boletins de ocorrência registrados pelos estados brasileiros, tem apontado nos anuários de violência que grande parte dos abusadores estão ligados a homens de proximidade familiar, lembrando que há abusadores por toda tessitura social, contudo aqueles que ocorrem no âmbito doméstico familiar são os que se destacam numericamente, com está expresso nos índices abaixo:

Em relação a idade, 61,4% das vítimas tinham entre 0 e 13 anos de idade, e 8 em cada 10 tinham menos de 18 anos. A maioria das vítimas, 88,7%, eram do sexo feminino, e 56,8% eram negras. Quando analisado o vínculo entre vítima e autor, verificamos que entre vítimas crianças ou adultas os agressores geralmente são conhecidos das vítimas. Entre as crianças de 0 a 13 anos, 86,1% dos agressores eram conhecidos, em sua maioria familiares como avôs, padrastos e tios. Entre as vítimas com mais de 14 anos, 77,2% dos agressores eram conhecidos das vítimas e 24,3% tinham sido estupradas por parceiros ou ex-parceiros íntimos. Por fim, em relação ao local do crime, a casa se mostrou o principal local de violência: 68,3% dos casos de estupro e estupro de vulnerável ocorreram na residência da vítima e apenas 9,4% em vias públicas. (Bueno *et al*, 2023, p. 22)

Diante dos dados apresentados pode-se inferir o quão traumático tem se tornado a vida de meninas e mulheres brasileiras. Como já citado, são feridas que podem ser irrecuperáveis. Por isso a necessidade de discutir gênero, e destaca-se novamente a fala de P.3 quando cita o entendimento sobre a sexualidade para a nossa proteção.

Tal professora compreende o machismo, consegue fazer intervenções sobre o mesmo, assim como demonstra ter capacidade de desenvolver ações articuladas que promovam situações que podem diminuir sua ação na ambiência escolar, em especial iniciando pelos, HTPC horários de trabalho pedagógico coletivo, para que os/as professores/as se apropriem da temática e, assim, possam fortalecer em relação a essa questão. Nesse sentido, Ferrarezi Jr (2014), salienta que a escola emana o sono do silêncio, que é preciso fazer barulho a sua comunidade e promover uma pedagogia da comunicação a suas crianças.

Dentre os/as profissionais que não detectaram representações machistas nesta ambiência, bem como aqueles/aquelas que não estão aptos a realizar intervenções, os/as mesmos/as estão inseridos no grupo dos que se declaram como heteros. Portanto, é pertinente destacar a fala do P.5, professor branco e hétero, sobre a sexualidade, tal fala foi registrada no diário de campo, o qual enfatiza sua compreensão mediante a essa questão da seguinte forma:

P.5 [...]a partir do conhecimento emitido por um vídeo que assisti do senhor Drauzio Varella no Fantástico, onde a gente não escolhe o que vai ser, se você vai ser hétero, se você vai ser homoafetivo e todo o leque aí LGBT. Não existe esse dia da escolha, onde você experimenta uma coisa ou outra. E vai dizer, não! Eu sou hétero, vou ser homo. Não, a gente é, então quando eu digo que sou hétero, é porque eu sou, é assim que eu sou, é assim que eu me entendo por gente desde quando eu nasci, **que não é uma escolha é o que a gente vai se desenvolvendo ao longo da vida.** O problema existe em nossa sociedade, que só aceita como normal o hétero, o outro, é visto como uma doença, um diferente, e é esse que tem uma sexualidade diferente que tem que se assumir né, tem que meio que buscaram uma espécie de aprovação da sociedade. Bom seria se não fosse assim! **Grifos nossos**

A partir das ponderações deste professor, fica evidente que além de compreender o machismo nas esferas estabelecidas por esta pesquisa, o mesmo traz uma compreensão ao seu modo sobre sexualidade. Assim, ele questiona a aceitação social em prol do hétero, excluindo aqueles que não fazem parte desta realidade, o que vai a consonância com Bourdieu (2012) que aborda o universo da dominação por via de

controle heteronormativo, pois se utiliza da heteronormatividade como regra social a ser seguida, e colocando de modo subversivo a homossexualidade, bem como Butler (2003 p. 57) ao explicar como se regula o gênero, acaba por adentrar na sexualidade e traz a seguinte concepção “[...] a unidade do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória”.

A força dessa prática é mediante um aparelho de produção excludente [...], ou seja, uma das formas de regulação do gênero se dá pela identidade, logo, também pela sexualidade, trazendo a heterossexualidade como ferramenta de exclusão para tudo aqui que não esteja inserida dentro desta via. Essa exclusão reverbera como um ideário social, o que pode ser notado a partir da mensagem contida na fala do professor P.5 [...] *O problema existe em nossa sociedade, que só aceita como normal o hétero, o outro é visto como uma doença, um diferente [...]*, o mesmo faz jus as formas de pensamentos adotados por ambos teóricos, os quais questionam a heteronormativa.

Quando o P.5 traz em sua fala sobre sexualidade [...] *que não é uma escolha é o que a gente vai se desenvolvendo ao longo da vida.[...]*, em especial o trecho que vai se desenvolvendo ao longo da vida, está de acordo com os estudos de Louro (2008), os quais já estão aqui supracitados, demonstrando que essa construção e desenvolvimento se dá mediante influências constantes e inacabadas que são adquiridas por contatos com a família, igreja, mídia, redes ligadas à internet, entre outros.

Nessa questão, pode-se afirmar que o machismo a partir desta realidade em análise, ao ser interseccionado com o eixo sexualidade, se demonstrou como hetero. Nesse sentido, o machismo com atravessamentos heterossexual vai em consonância com estudos de Hintze (2020), o qual afirmar que o machismo é estrutural, e demonstra que o traço heteronormativo é um dos principais traços que compõe essa estrutura mantendo-o vigente, bem como as afirmações de Saffioti (2015), que diz que na ordem patriarcal de gênero, o poder é heterossexual. Hintze trata do machismo e Saffioti do patriarcado, ambos caminham mutuamente juntos, o que demonstra de modo explicativo a ação heteronormativa.

Gráfico nº 10 – Como as/os professores/as se autodeclaram em relação à religião.



Fonte – Elaborado pela autora com base nos dados oriundos do questionário.

Falar sobre machismo é suscitar as discussões de gênero, o que ao propor essa questão aos/às professores/as poderia trazer certo desconforto, ou recusa, até porque para Biroli (2020) em concordância com seus estudos uma força neoconservadora tem se expandido no mundo e atravessado em especial a América Latina, e vê nas questões de gênero uma ameaça, principalmente ao tratar de gênero na educação, o qual o Brasil se insere, pois aqui não tem sido diferente, essas forças reacionárias conservadoras ficaram latentes com as disputas presidenciais nos anos de 2018 e 2022.

Ao explicar como as forças conservadoras tem ganhado proporção no mundo, vale destacar que, “Nós só conhecemos o mundo por meio da nossa relação com ele: às vezes, essa relação obscurece o mundo, mas às vezes, ela o ilumina.” Burawoy (2014, p.275).

Para Lacerda (2018), o neoconservadorismo se constitui de modo ideológico a ser seguido, conservador e de direita que traz como núcleo os valores morais cristãos, os quais se encontram a família, reprodução e sexualidade. Vaggione (2020) diz que o neoconservadorismo se forma nas bases católicas. Assim, para o autor se fortalece como algo ainda não visto, a igreja católica em parte unida à igreja evangélica. Nesse viés, esse fortalecimento do neoconservadorismo de base religiosa também geraria repercussões nas relações internacionais, o que conseqüentemente pode criar um cenário de polarização global, com conseqüências tanto para a cooperação internacional quanto para os direitos humanos e as liberdades individuais em escala global.

O gráfico nº 10, demonstra uma variedade nesse aspecto. Entre o grupo composto por dez profissionais, três dos dez dizem não ter religião, enquanto sete dos dez se consideram religiosos, os quais são pertencentes a vertente judaica-cristã, três se declaram católicos, dois evangélicos e dois espíritas.

No entanto, entre as sete que se declaram como religiosas, até porque o único professor presente na amostra afirma não possuir religião, apenas três dessas professoras, ou seja das religiosas, não detectaram traços machistas na ambiência escolar, as quais se declaram, sendo duas evangélicas e uma espírita. Pode-se inferir que a religião assim como afirma Lacerda (2018), Biroli (2020) e Vaggione (2020), pode estar interferindo de algum modo, junto ao neoconservadorismo como frente ampla reacionária, e em como alguns docentes veem o machismo no espaço escolar, estando imbricado, nesta diversidade religiosa. Diante disso, é possível notar que a situação se difere ao analisar o grupo daqueles/as que afirmam não possuir religião, pois ambos compreenderiam o machismo em todos os aspectos analisados. Entretanto, por outro lado, é necessário pontuar que as demais professoras que se declaram religiosas compondo o quantitativo de quatro das sete professoras, foram capazes detectar tais traços, o que permite inferir que essas profissionais não foram impactadas do mesmo modo.

Portanto, é relevante não generalizar a ausência de percepção do machismo como uma característica inerente a determinados grupos religiosos. Em vez disso, deve-se considerar falas de Bourdieu (2012, p. 122) “[...] a dominação entre os homens e as mulheres, tal como ela se estabelece em todos os espaços e subespaços sociais, isto é, não só na família, mas também no universo escolar e no mundo do trabalho, no universo burocrático e no campo da mídia[...]”. Diante dessa amostra e também das falas de Bourdieu (2012), fica nítido como somos atravessados por diferentes campos, inclusive o religioso, o qual também age com diferentes e contraditórias disputas ideológicas. Logo o/a professor/a também sofre esses atravessamentos.

Gráfico nº 11 – Como os/as professores/as se autodeclararam em relação ao tempo de atuação.

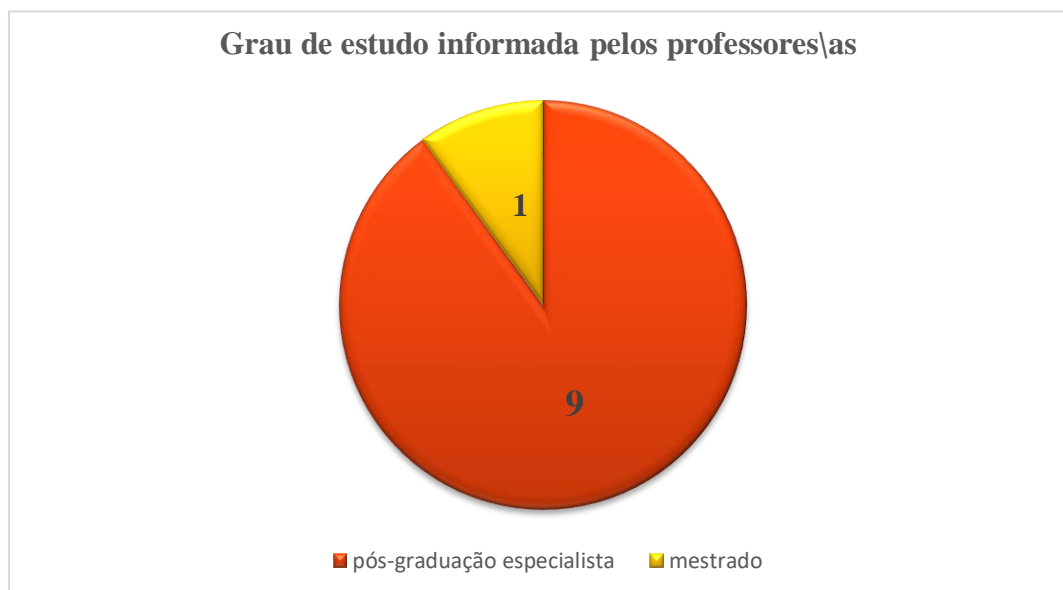


Fonte – Elaborado pela autora com base nos dados oriundos do questionário.

O tempo de atuação varia, perpassando aqueles que se enquadram como iniciantes com atuação de 03 anos, até aqueles com percurso mais longínquo, uma professora chega a possuir seus 33 anos de atuação docente. Esse tempo está expresso no gráfico 11, e pode ser entendido da seguinte forma: com 03 anos (P.6 e P.7), 8 anos (P.3), 10 anos (P.5), 12 anos (P.2), 13 anos (P.9), 14 anos (P.8), 17 anos (P.10), 23 anos (P.4), 33 anos (P.1).

Ao interseccionar o tempo de atuação com machismo, nota-se, que aquelas professoras que não encontraram aspectos do machismo na ambiência escolar, o seu tempo de atuação varia entre 03,12, 17 anos, sendo possível observar que o machismo tem permeado tanto na atuação de profissionais iniciantes quanto aqueles que já possuem uma certa experiência, o que vai ao encontro também com a compreensão e detecção desse fenômeno machista no espaço escolar, pois tem atravessado aqueles em tempo inicial, bem como os profissionais com experiência adquirida, o que é demonstrado com 03, 08, 10, 13, 14, 23 e 33 anos de atuação. Infere-se, portanto, que o fato de compreender e saber lidar com o fenômeno do machismo pode estar ligado a fatores em qualidades de formação da/o professor/a, que segue de modo continuado ao longo de sua carreira e isso pode estar interferindo e pode explicar alguns quesitos, no que concerne ao seu tempo de serviço.

Gráfico nº 12 – Como os/as professor/as se veem em relação à formação.



Fonte – Elaborado pela autora com base nos dados oriundos do questionário.

No tocante à formação destes profissionais, é importante observar que dos dez profissionais docentes que participam desta pesquisa, nove declaram possuir formação educacional com título de especialistas, e apenas uma profissional possui mestrado. Contudo é preciso salientar que a profissional que possui o título de mestre também possui uma especialização. Importante lembrar, que nesta amostra há uma integrante cursando mestrado, pois que de acordo com as informações oriundas do diário de campo, expõe-se o fato de que a P.7 está cursando mestrado em educação, curso este ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade do município de Paranaíba, a qual ingressou na turma de 2022 a 2024.

É pertinente destacar de acordo com Bianchetti e Fávero (2005. p. 3) que somente “No final de 1965 foi aprovado o primeiro mestrado em educação, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). ” Também veio de modo tardio no país, contudo é um passo de suma importância e que merece destaque, pois nota-se de acordo com informações do questionário estruturado, ambas as professoras que estão inseridas neste quesito de formação, uma já com mestrado concluso e a outra ainda a concluir. Ambas compreendem o machismo em todas as proporções que esta pesquisa se propôs a tratar, e a partir dessa perspectiva pode-se inferir que a formação foi um divisor de águas para que elas pudessem ter tal dimensão sobre essa questão. E Gatti *et al.* (2019) faz a seguinte leitura sobre esse avanço concernente a formação dos professores:

Quando se compara o grau de formação de professores de licenciatura em exercício, em 2009 e 2016, por grupos de idade, [...] fica evidente o crescimento de mestres até os 29 anos, indicando certa tendência de titulação cada vez mais jovem. Por outro lado, no período considerado, o crescimento de doutores ainda aparece nas faixas de idade maiores. Isso indica que docentes foram se titulando ao longo de suas carreiras, estando em exercício há algum tempo. Estímulos diversos, como afastamentos remunerados, bolsas ou liberação parcial do trabalho, bem como possibilidade de progressão na carreira, contribuíram sem dúvida para isso. Com o aumento do grau de formação, em 2016, professores apenas graduados passaram a não ter significância percentual. (Gatti *et al.* 2019, p.276)

As considerações são oportunas, pois ao analisar o cenário da formação do público dessa pesquisa, pode-se observar alguns aspectos traçados pela autora, que se alinham com a realidade deste público. Dessa forma, todos possuem especialização, haja vista que Gatti (2019) afirma que só graduação já seria insuficiente, com insignificância. Além disso, há um aumento de profissionais com mestrado, e mostrando que esse aumento tem ocorrido aos 29 anos, com professores jovens. Ao concluir o mestrado, a P.7 entrará para este rol. Isso porque estará uma jovem mestra professora com 26 anos e com uma compreensão já formada para combater o machismo. Outro aspecto, é o fato da P.3 ter declarado no diário de campo [...] *quando cursei mestrado recebi bolsa UEMS, recebo pelo título de mestre no concurso de Aparecida do Taboado, pois aqui em Paranaíba estou em estágio probatório*, o que versa com as declarações da autora, quando diz que tais estímulos contribuíram para o aumento de professores/as nos quesito do aumento do grau de sua formação, contudo não temos neste público nenhum/a doutor /a.

Há professores/as que possuem apenas especialização e também compreenderam as questões machistas em partes e outros não. Diferentemente daqueles/as que estão vinculados ao mestrado, pois, todos apresentam compreensões reflexivas em todas as esferas propostas por essa pesquisa em relação ao machismo. O que permite inferir que o machismo se faz presente quando a formação está em menor proporção. Diante disso, é oportuno destacar os dizeres de Santos (2019) em relação aos conhecimentos pós-abissal²² que traz as seguintes afirmações:

²²A lógica do pensamento pós-abissal é completamente diferente, ancorando-se num movimento centrípeto. Neste caso, o mundo é um projeto coletivo (e não um dado prévio), um horizonte de possibilidades. Essas possibilidades não são partilhadas de modo igual devido às iniquidades de poder e de conhecimento produzidas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Tanto a luta pelo reconhecimento de outros saberes como os critérios para a avaliação que estes merecem são partes constituintes da luta por uma distribuição mais equitativa das possibilidades de partilha e de

[...] os educadores não são os aliados dos oprimidos, são antes os que efetivamente lutam e assumem riscos, por vezes fatais, para sobreviver à exclusão e para resistir à dominação em nome da possibilidade de uma sociedade mais justa e mais digna de ser vivida. Diferentes dos educadores são os mestres(os sábios, os superautores e os artesãos)[...]. Os educadores são seres especiais porque detêm um conhecimento especial; os mestres têm um conhecimento especial porque são seres especiais. As epistemologias do Sul assumem e valorizam a diversidade epistemológica e cultural do mundo e a consideram um recurso fundamental para construir alternativas às monoculturas do saber, das escalas, das classificações, das temporalidades e das produtividades que caracterizam as epistemologias do Norte. O modo de transformar essa diversidade num recurso libertador reside na tradução intercultural[...] (Santos. 2019, p.369 - 370)

Diante disso, as epistemologias do Sul reconhece que os mestres estão melhores preparados, em relação aos demais, contudo por considerar outros tipos de saberes, reconhece que os demais também tem sua importância. Contudo, o foco sempre deve ser na desconstrução das verdades postas, principalmente aquelas oriundas das epistemologias do Norte, saberes eurocêntricos, criando novas possibilidades a partir de pedagogias democrática e sobressairá aqueles/las que se tornarem seres especiais.

Tais afirmações validam o seguinte pensamento, que de fato a amostra da pesquisa faz sentido com o que condiz com o pensamento do crivo do campo científico, no quesito que os mestres demonstram estar repletos de conhecimento crítico, reflexivo. O qual privilegia temas que adentra a diversidade, o que se chama de minorias, aqueles que ficaram às margens da sociedade.

Entretanto, ressalta-se também que esta amostra com dez professores/as fazem parte de um todo, um corpo docente ainda maior, que seria a Secretaria Município de Educação, pertencente ao município de Paranaíba (SEMED) e diante disso, o qual fica responsável por oferecer a formação continuada a esses profissionais. Posto isso, foi constatado por Paula, Oliveira e Zimmermann (2023) que os professores/as não receberam formação continua na perspectiva de gênero entre o período de 2018 a 2022, mesmo diante do delinear dos documentos vigente permitirem que ocorre tais formações nesta perspectiva, o que pode ser demonstrado:

Constatou-se que tanto o Plano municipal de Ensino (PARANAÍBA, 2015), quanto a Deliberação nº 008 (PARANAÍBA, 2013) contemplam temáticas na perspectiva de gênero, nos quesitos de formação continuada e conteúdos obrigatórios, contudo, a rede municipal, nos últimos cinco anos, de acordo

com a análise documental, não apresentou nenhuma formação continuada para garantir o que está prescrito nos documentos analisados, ou seja, nos últimos cinco anos a SEMED não ofereceu formação continuada na questão de gênero para as/os profissionais docentes da rede municipal de Ensino. Desta forma, podemos concluir que os documentos da educação do município de Paranaíba estão articulados com as questões de gênero, porém, a falta de conhecimento ou a vontade política podem ser os motivos geradores de conflitos, preconceitos e violência no âmbito escolar e para as demais esferas da sociedade, porque no quesito de pôr em prática essas ações, discussões e atuações, fica a desejar, haja vista que professoras e professores não estão recebendo formação continuada pela Secretaria Municipal de Educação, permanecendo uma lacuna entre PME, CME e a formação das/os profissionais da Educação. (Paula, Oliveira e Zimmermann, 2023, p. 66 -67)

O fato dos profissionais não terem acesso à tais formações, pode ser um dos principais eixos de impacto na questão da não percepção do machismo na ambiência escolar, até porque não se pode tratar de uma problemática, se não existir compreensão reflexiva sobre, lembrando que tais profissionais são atravessados por vários eixos de opressão como já pontuado por essa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa faz um convite à reflexão a respeito do machismo no tempo presente, um estudo de representações docentes sobre o machismo numa ambiência escolar. Para tal partiu-se de uma amostra composta por dez professores/as regentes atuantes no Ensino Fundamental I, da escola pública municipal Professora Maria Luiza Corrêa Machado, situada no município de Paranaíba/MS. E essa proposta aconteceu devido à compreensão sobre a urgência da temática, dadas às inúmeras ocorrências dos mais diversos tipos de violências contra as mulheres e dissidentes que são registradas no país, pois o machismo é preponderante nesses casos. E, nesse sentido, partiu-se da hipótese que o machismo é produzido de forma consciente ou inconsciente na sociedade e que a escola pode estar contribuindo com esse processo.

Nesta perspectiva, também é uma proposta que auxilia na compreensão e reflexão sobre a relação que o machismo estabelece com outras relações de poder, que de certo modo, se autoajudam, se autossustentam. E, nesse sentido, aparece como primeira ordem o patriarcado, o qual fica exposto no corpo da pesquisa ser a lei do pai e a partir dele surge o próprio machismo, que dividiu as mulheres. O patriarcado também é responsável por ocultar das mulheres a própria história, da qual elas fazem parte. Por isso, ao longo do tempo, seus direitos foram negados socialmente. Com isso

vai se entrelaçando outras relações de poder, entre elas, a masculinidade hegemônica e os mandatos de masculinidades, os quais agem por meio de corporações subjugando o feminino. Esses mandatos é um fenômeno que dessensibiliza o homem, tornando-o menos capaz de sentir dor e empatia pelo outro e, em especial, as meninas e mulheres, ou seja, seria uma pedagogia da crueldade e pode explicar as inúmeras ocorrências dos mais diversos tipos de violências contra as meninas e mulheres.

Conforme mencionado, os altos índices de violência contra o gênero feminino também suscitam reflexões sobre o fortalecimento do patriarcado e, conseqüentemente, do machismo a serviço do capital, em defesa dos seu interesse voraz. Em reação às forças reacionárias da chamada "frente ampla" considerada de direita cristã, que busca frear os avanços de gênero, o patriarcado se fortalece nesse contexto econômico vigente, assumindo o controle, assim como os donos da terra, logo do corpo das mulheres.

Fraser (2024) explica o processo de canibalização promovido pelo sistema capitalista através de uma metáfora, comparando-o a uma serpente que devora sua própria cauda, ou seja, que canibaliza a si mesma. O capital devora os próprios apoios dos quais depende, assim destroem as condições que possibilitam sua existência. Essa análise revela que o patriarcado e o machismo atuam em favor do capitalismo, visto que restringem tanto o meio social quanto o ambiental. Assim, tanto os seres humanos quanto a natureza são consumidos de algum modo, com o gênero feminino sendo um dos alvos principais desse processo.

Ademais, o machismo além de contar com todas essas outras relações de poder, que se auto apoiam possui uma estrutura em forma de um tripé, para se manter estrutural, assim, segue a seguinte forma: normatização que produz moral, hierarquização que produz valores masculinos sobre os femininos e a naturalização que via de regra permeia a sociedade em favor do masculino.

A priori, considera-se de suma importância a análise de conteúdo de Bardin (2011), a qual diz sobre os/as professores/as a partir das respostas do questionário estruturado, com isso possibilitou extrair o sulco das mensagens contidas nestas respostas e, até mesmo as informações que ficaram nas entrelinhas, de modos não ditos, sendo possível compreender as representações sobre o machismo desses profissionais na ambiência escolar.

Logo, a análise apontou que os/as dez professores/as foram capazes de compreender o que é machismo expressando suas percepções de formas distintas e variadas, ou seja, todos compreendem de algum modo. No que diz respeito à detecção

de traços machistas na ambiência escolar e à habilidade de lidar com tais questões, assim como com os membros superiores dentro da instituição escolar, os resultados foram os seguintes: sete dos dez profissionais detectam algum traço machista (ou mais de um), entretanto apenas quatro conseguiram intervir nas situações machistas e três não, ficando uma lacuna nas respostas sobre como os superiores lidaram com essas situações, indicando que alguns desses membros mesmo que detectando o machismo na ambiência escolar, possivelmente contribuiu para a perpetuação do machismo em sua posição de autoridade, por não saber lidar optaram pela neutralidade.

Apesar disso os/as professores/as foram unânimes em apontar situações que poderiam minimizar o machismo por meio da educação escolar e isso se deu de formas multifacetadas. Eles/elas acreditam que a educação é o caminho que possa instrumentalizar o processo que visa transformar as futuras gerações e que para isso os professores devem ter uma formação reflexiva, contínua, que busque parceria com outros órgãos, bem como se conectar com a família e não atuar em datas comemorativas de modo isoladas. É indubitável que, a educação é determinante perante a sociedade, é por meio dela que se instrumentaliza sujeitos para perceberem, denunciarem e para buscarem formas de superar a cultura machista.

Ao compilar os resultados extraídos como a análise interseccional, propõe-se um cruzamento de eixos interseccionais como: raça\etnia, gênero, sexualidade, religião. Esses marcadores sociais de diferenças, bem como outros condicionantes sociais são pertinentes a fim de demonstrar outras nuances da pesquisa, como o tempo de atuação formação docente. Desse modo, foi possível concluir que o machismo perpassa a ambiência escolar e que entre aqueles que não detectaram representações machistas nesta ambiência se apresentam os seguintes eixos: raça\etnia: brancos, pardos e negros; quanto ao gênero: feminino; quanto à sexualidade: encontram-se os héteros, religião: evangélicos e espíritas. Em relação ao tempo de atuação a não detecção perpassou desde o iniciante com 03, 12 e 17 anos sendo que ao interseccionar o tempo iniciante de uma das profissionais com formação em andamento em mestrado demonstrou que a mesma compreendeu representações machistas nesta ambiência. Dessa forma demonstrou que o quesito iniciante, se for visto de modo isolado, pode ser um implicativo para detectar o machismo, mas se interseccionar com formação mais aprofundada isso pode modificar.

Entre aqueles/aquelas que conseguiram ter representações sobre o machismo em todas as três questões abertas em análise seguem os seguintes perfis, P.3: 42 anos de idade, negra, feminino, sem religião, título mestre, 8 anos de atuação, lésbica. P.5: 35

anos de idade, branco, masculino, não possui religião, pós-graduação, 10 anos de atuação, hétero. P.7: 24 anos, parda, feminino, católica, pós-graduação/ mestrado em andamento, 3 anos de atuação, hétero. P.8: 37 anos de idade, negra, feminina, católica, pós-graduação, 14 anos de atuação, hétero. Concernente à formação é preciso destacar que ambas as profissionais que se declaram ter e estar cursando mestrado conseguem compreender o machismo em todas as vertentes propostas pela pesquisa. Logo, demonstra a importância que essa formação tem na atuação de um docente.

E preciso compreender que o fato de todos os docentes terem representações claras sobre os machismos, pode-se considerar um avanço e, com isso as lutas feministas estão sendo validadas, principalmente ao observar que o professor hétero, branco conseguiu compreender, detectar e lidar com as representações machistas na ambiência escolar. Entretanto, não se pode deixar de pontuar o longo caminho que é preciso percorrer. Pois, ainda de acordo com essa amostra, é perceptível que três de dos dez profissionais traz conceitos sobre o que é machismo, mas não perceberam o machismo na ambiência escolar, o que dá uma interpretação dubitável sobre suas compreensões. Além disso, entre aqueles/ aquelas sete que foram capazes de perceber somente quatro souberam lidar, fazer intervenção diante desse machismo, uma vez que não basta somente terem representações claras para combater o machismo, por isso é preciso saber lidar a partir de uma educação crítica reflexiva, a qual promova mudança de pensamento que emancipe os indivíduos. E isso ainda não ficou expresso em seis dos dez professores/as presentes nesta amostra.

Até por que, na análise de conteúdo na segunda pergunta aberta, há um silenciamento quando se questiona como a escola age em relação ao machismo, quando é citada a escola refere-se aos superiores, membros hierárquicos, coordenação, direção, e isso demonstra uma escola sonolenta, adormecida e neutra que pode estar colaborando com a perpetuação e manutenção do machismo nesta ambiência.

Muitas das representações dos professores vão ao encontro com o que autores demonstraram nesta pesquisa, em especial Bourdieu (2012), ao abordar a dominação masculina, que ocorre de modo imperceptível se naturalizando, agindo inclusive na escola e impondo às pessoas via de regra aceita a heteronormativa e excluindo o homo.

Portanto, é relevante salientar que a análise das representações dos professores sobre esse fenômeno evidenciou que a compreensão do machismo não está necessariamente relacionada ao tempo de atuação, mas sim à qualidade e nível de formação dos profissionais. Destarte, ficou claro que professores/as com formação mais

avançada, como aqueles/aquelas que possuem mestrado, tendem a ter uma compreensão mais profunda das questões de gênero e são mais eficazes em enfrentar o machismo na escola. Isso ressalta a importância de investir em formação continuada e em programas de conscientização sobre gênero e machismo para os profissionais da educação.

Nessa perspectiva, os estudos possibilitaram a compreensão de que a inclusão de discussões sobre gênero e machismo na formação inicial e continuada dos professores surge como uma estratégia fundamental para a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário. Além disso, os resultados destacaram a necessidade de políticas públicas e práticas institucionais que visem o incentivo à reflexão e ações para combater o machismo no contexto escolar. Até porque a educação escolar é uma via para o processo de desconstrução de dominância em favor do masculino, pois este estudo também aponta que no ambiente privado e na questão da divisão sexual do trabalho a mulher mesmo que obteve inúmeros aspectos positivos, entretanto devido as múltiplas jornadas de trabalho que perpassa por sua realidade social, o que não mudou em relação ao homem, podemos dizer que caminhamos em alguns aspectos mas não houve evolução social.

Em suma, os resultados deste estudo contribuem para avançar o conhecimento na área ao fornecer reflexões sobre a influência da formação dos professores na percepção do machismo e oferecer orientações práticas para combater esse fenômeno no ambiente escolar. Essas conclusões são relevantes não apenas para a academia, mas também para profissionais da educação, gestores escolares e formuladores de políticas públicas interessados em promover uma educação mais igualitária e livre de discriminação de gênero.

Por fim, entende-se, então, a partir da proposta deste trabalho que o mesmo abre margem para outros, e que possa emergir inquietações, as quais problematizam opressões permeadas à tessitura social, inclusive dentro da ambiência escolar, que tem vigorado no tempo presente, permitindo desconstruir antigos padrões de dominação que outrora não foram contestados.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**, série Pesquisa; v13. Brasília: Líber Livro, 2005.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Editora Artmad S.A, 3ª ed. São Paulo, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70 ed. São Paulo, 2011.

BASTOS, Maria Clotilde Pires; FERREIRA, Daniela Vitor. **Metodologia científica**. Londrina-PR, Editora e distribuidora educacional S.A. 2016.

BIANCHETTI, Lucídio; FÁVERO, Osmar. História e histórias da pós-graduação em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.30, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/WnyNvHfpMyhmKW7LzfX33Wf/?lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BIROLI, Flávia; MACHADO, M. D. C; VAGGIONE, J. M. **Gênero neoconservadorismo e democracia: disputa e retrocesso na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9.ed. Campinas SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP**. Indicadores de qualidade da educação superior ,CPC e IGC de 2021 avaliam formação docente no País. Disponível em:<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/cpc-e-igc-de-2021-avaliam-formacao-docente-no-pais>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBN), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos [...] e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.164-de-10-de-junho-de-2021-325357131>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Tese da legítima defesa da honra é inconstitucional. Brasília: STF, 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511556&ori=1#:~:text=Por%20unanimidade>. Acesso em: 29 Set. 2023.

BUENO, Samira; LAGRECA, Amanda; NASCIMENTO, Talita; CARVALHO, Thais. Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2023. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contrameninas-e-mulheres-

no-1o-semester-de-2023/. Acesso em: 29 set. 2023.

BORAWOY, Michael. **Marxismo sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. 1. ed. Tradução de Marcelo Cizaurre Guirau e Fernando Rogério Jardim. São Paulo: Alamedda, 2014.

BRUSCHINI, Cristina; RIDENTI, Sandra. Trabalho Domiciliar Masculino. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 363, 1995. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16446>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade; tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **DOSSIÊ. PARÁGRAFO. JAN/JUN. 2017 V.5, N.1 (2017)** - ISSN: 2317-4919.

CONNELL, Robert. W; MESSERSCHMIDT, James. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241- 282, jan./abril. 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Dossiê III. Conferência Mundial contra o Racismo **Revista de Estudos Feministas**. 10 (1). Jan 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104->. Acesso em: 05 Jan. 2024.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. In: KRUG, Etienne G. et al. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2022. Disponível em: <file:///J:/Asus%20Book/Asus/Downloads/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 173-178

DICIO, Dicionário Online de Português. 2009-2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 18 abril. 2024.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo**: Perspectivas. São Paulo, 3: 81-85, 1980.

FERNANDES, Maíra C. Corrêa; SANTOS, Thays C. da Costa. O que é interseccionalidade? In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENNER, Paula Rocha Gouvêa. (Org.) **Gênero, Sexualidade e Direito: Uma Introdução**. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

FERRAREZI JR, Celso. **Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. ISBN: 978-65-89596-21-9. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/violencia-contra-meninas-mulheres-2023-1sem.pdf>. Acesso em: 29 Nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1: a vontade do saber.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRASER, Nancy. **Capitalismo Canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito**. 1.ed. Tradução Aline Scatola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, 41 ed. Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernadete *et al.* **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO. Disponível em: https://www.fcc.org.br/livros/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

GUIMARÃES, Marina Gonçalves; MARINHO, Míriam. O que é machismo? In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENNER, Paula Rocha Gouvêa. (Org.) **Gênero, Sexualidade e Direito: Uma Introdução**. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

HINTZE, Helio (org). **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2ª ed. n. 38, Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 02 out. 2023

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do (a) Pesquisador (a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 464–480, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/52579>. Acesso em: 10 dez. 2023.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos deputados**. 2018. Tese (doutorado) – Universidade do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2018.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. Planeta Brasil, 2017.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 6.060, de 29 de maio de 2023**. Diário Oficial Eletrônico, Campo Grande, ano XLV, n. 11.173. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO11173_31_05_2023. Acesso em: 22 out. 2023

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise quantitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v.17, n.3, p. 621 – 626, ISSN 1413-8123. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & saúde coletiva**, 10 (1): 18- 34, 2005. Disponível em Acesso em: 03 mar. 2023.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Tradução: Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna, 1999.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOURA, Jéssica. Femicídio em alta afasta Brasil de igualdade de gênero. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 de nov. de 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/11/femicidio-em-alta-afasta-brasil-de-igualdadegenero.shtml?pwgt=kw338ikmpv5e8ft7dqlcfytxu6vfdamhzp0k7gl1fkyg7ima&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift. Acesso em: 28 Nov. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na

Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2003

NOLASCO, Sócrates, Alvares. **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

O GLOBO. Encontro com a morte: mulher viaja para conhecer namorado, é assassinada por ele e tem seus órgãos removidos. **Ela / Gente / O Globo**. Atualizado em 26/11/2022 11h42. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/gente/noticia/2022/11/encontro-com-a-morte-mulher-vai-conhecer-namorado-pela-primeira-vez-e-e-assassinada-e-tem-seus-orgaos-removidos.ghtml>. Acesso em 14 jun. 2024.

OLIVEIRA, Jéferson. Garzlaff. **O “estranhamento” da figura masculina na educação infantil**: desafios e oportunidades da profissão. Osório: Uergs, 2023.

Disponível em:

https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2855/_tcc_jeferson_garzlaff_oliveira_2.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 16 out. 2023

PARISOTO, Dyeniffer Jessica Bezerra; FAVORETO, Aparecida. Trabalho feminino e desigualdade de gênero a partir da percepção de fajovens. **Caderno Espaço Feminino [S. l.]**, v. 35, n. 1, p. 165–190, 2022. DOI: 10.14393/CEF-v35n1-2022-10. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/67107>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PAULA, Kátia Celene de; OLIVEIRA Lidianne Malheiros Mariano de; ZIMMERMANN Tânia Regina. Formação continuada de professores na perspectiva de gênero na rede municipal de ensino de paranaíba – MS. In PEIXOTO, Reginaldo. (Org.) **Formação de professores no Brasil**: história, políticas e desafios. 1.ed. Curitiba-PR, Bagai, 2023.

PORTAL QEDU. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/5006309-paranaiba/busca> . Acesso em 21 jun. 2024.

PROJETO na Assembleia passa prédio da Escola Maria Luiza para o município de Paranaíba. **Jornal Tribuna Livre**. 27 de abril de 2022. Disponível em: <https://jornaltribunalivre.com/projeto-na-assembleia-passa-predio-da-escola-maria-luiza-para-municipio-de-paranaiba/> . Acesso em: 03 Fev. 2024.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal Professora Maria Luiza Correa Machado**. Paranaíba – MS. Atualização em 21 Setembro de 2023. Acesso em: 31 Jan. 24.

RAMOS, Marcel Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. O que é lgbtfobia? In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENNER, Paula Rocha Gouvêa. (Org.) **Gênero, Sexualidade e Direito: Uma Introdução**. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis-Rj:Vozes Latda. 1976. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf. Acesso em: 26 abril. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SCHNEIDER, Élen Cristiane. A violência das múltiplas jornadas de trabalho atribuídas às mulheres. *In*: TONATTO, Regiane Cristina; OLIVEIRA Renata Peixoto de (Org.) **Por Elas e por nossas lutas: igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas**. 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEC, 2020.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História, Gênero e Subjetividades**. Tradução: Ana Carolina E. C. Soares. São Paulo, v. 45, pp. 327-351, jul\dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>. Acesso em: 10 Abr. 2022

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%c3%aaner-o-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 04 Abr. 2022.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial**. 1. ed. Tradução de Ayelén Medail. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SHIRBON, Estelle; GRZANKA, Pola. Soldados israelenses debocham com roupas íntimas de mulheres de Gaza e publicam nas redes sociais. **UOL**, 28 de março de 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/03/28/soldados-israelenses-brincam-com-roupas-intimas-de-mulheres-de-gaza-em-publicacoes-online.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 abril. 2024.

SILVA, Julia Rocha Chaves de Queiroz e; SANTANA, Isabel José. A construção da sociedade patriarcal no Brasil e a naturalização da violência contra a mulher. *In*: HINTZE, Helio (org). **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

SILVA, Tomas. Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 18–42, jul. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nSkXqD7jKvgdrTFYGmTF8gP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 Dez. 2023.

SOUZA, Livia de. O que é violência de gênero? *In*: **Gênero, sexualidade e direito: uma introdução**. RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENER, Paula Rocha Gouvêa(Org). Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

VAGGIONE, Juan Marco. A representação legal o neoconservadorismo e o direito na

América Latina. *In*: BIROLI, Flávia; MACHADO, M. D. C; VAGGIONE, J. M. **Gênero neoconservadorismo e democracia: disputa e retrocesso na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 32, p. 157-170, dez. 2009. Disponível em: scielo.br/j/ha/a/ZqxMGvJtb5f79JCFzBwcNnz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 dez de 2023.

APÊNDICE

Caros/as professores/as, receba o convite para participar da pesquisa O machismo no espaço escolar: um estudo sobre a percepção docente na rede municipal de ensino de Paranaíba - MS, desenvolvido pela mestrandia Katia Celene de Paula junto ao Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Saiba que a qualquer momento, você pode decidir não continuar com a pesquisa sem nenhum ônus. Espero poder contar com sua vasta experiência sobre o assunto e, para isso, sugerimos que use a quantidade de linhas que julgar necessário para expor sua experiência.

QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

1 - NOME: _____

2 -IDADE: _____

3 QUAL SUA RAÇA\ETNIA?

() Pardo () Preto () Branco () Amarelo () Indígena

() Outra. Qual? _____

4. GÊNERO:

() Masculino () Feminino () não binário

() Outro: qual? _____

5. POSSUI RELIGIÃO?

() Sim () Não - Caso a resposta seja afirmativa diga qual: _____

6. NASCEU E VIVEU SEMPRE EM PARANAÍBA?

() Sim () Não

Caso a resposta seja **negativa** diga de onde veio e a quanto tempo:

7. QUAL É O SEU GRAU DE ESTUDO?

- () Ensino médio () Graduação () Pós-graduação () Mestrado
() Doutorado

8. VOCÊ TEM QUANTO TEMPO DE DOCÊNCIA?

➤ **RESPONDA DE MANEIRA OBJETIVA:**

9. O QUE VOCÊ ENTENDE POR MACHISMO?

10- VOCÊ JÁ IDENTIFICOU ALGUM TRAÇO DE MACHISMO NA ESCOLA?

- () Sim () Não

- Caso a resposta seja **positiva**, diga exemplo e como lidou com essa questão, assim como a escola.

11- COMO DIMINUIR A OCORRÊNCIA DO MACHISMO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR?

Data: ____ \ ____ \ ____.

Assinatura